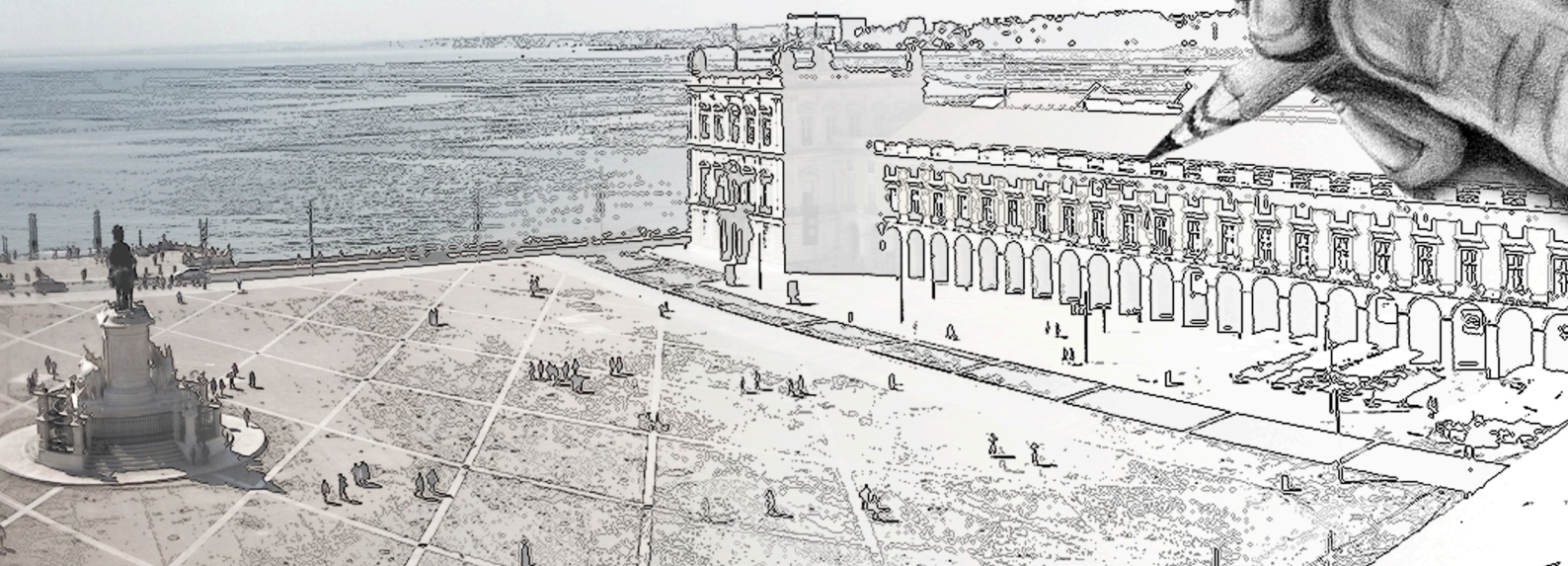


ESTUDOS SOBRE A CIDADE

ESPAÇOS

VIVIDOS • CONSTRUÍDOS



Volume 1 | Número 9 | 2020

ISSN 2183-4644

SLUM UPGRADING

COLLECTIVE GARDENING

CATALYZING THE COMMONS

ASSOCIATION OF URBAN PLANNERS IN TURKEY

A GLOBALIZAÇÃO DO M2

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE HABITAÇÃO

VOZES DO LUGAR NA PESQUISA DE CAMPO

BAIRROS AUTOPRODUZIDOS

Ficha Técnica

Título

Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº9

Coordenação

José Luís Crespo (CIAUD, FAUL)

Edição

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Rua Sá Nogueira | Pólo Universitário | Alto da Ajuda

1349-055 Lisboa – PORTUGAL _ Tel.: +351 21 361 5817

E-mail: ciaud@fa.ulisboa.pt _ Sítio: <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/>

Indexação

Latindex

Conselho de Redação

Maria Manuela Mendes; Teresa Sá; José Luís Crespo; Carlos Ferreira; Jorge Nicolau

Conselho Editorial

Alessia de Biase, Laboratoire Architecture Anthropologie, ENSA Paris La Villette; Elisabete Freire, FAUL; Fernando Moreira da Silva, FAUL; Filipa Ramalhete, UAL; Frank Eckardt, Bauhaus-Universität Weimar, Fakultät Architektur und Urbanistik; Graça Índias Cordeiro, CIES-ISCTE; Graça Moreira, FAUL; Hugo Farias, FAUL; Inês Simões, FAUL; Isabel Guerra, ISCTE-IUL e UCP; Isabel Raposo, FAUL; João Cabral, FAUL; Jorge Macaísta Malheiros, IGOT-UL; Rita Almendra, FAUL; Sofia Morgado, FAUL; Tânia Ramos, FAUL; Tommaso Vitale, Centre d'études européennes, Sciences Po Urban School; Virgílio Borges Pereira, ISFLUP

Diretora

Maria Manuela Mendes

Créditos

Ilustração da Capa

Miguel Rafael

Design gráfico

Samantha Alves Martinho

Edição digital

ISSN: 2183-4644

url: http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos_e_espacos_construidos09.pdf

Apoios

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação e Ciência

CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Apresentação de originais:

Os textos submetidos para publicação terão que respeitar um conjunto de normas formais indicadas em lugar próprio (ver Índice).

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

ESPAÇOS

VIVIDOS • CONSTRUÍDOS

Revista número 9
Setembro 2020

ÍNDICE

7

Editorial

9

Lista de Autores

11

Nota de apresentação

» Artigos

12

Slum upgrading and housing policies in Rio de Janeiro. Challenges for participatory processes, *Mariana Simpson*

20

Collective gardening as a form of resident participation in the revitalization of open spaces in high-rise housing estates, *Ivana Protić, Milena Branković, Jelena Dekić, Mihailo Mitković*

26

Catalyzing the commons. Architects as Participants in Urban Commons Projects, *Antje Steinhullera*

36

The association of urban planners in Turkey in neo-liberal era: The example of Ankara, *Sinem Ataya*

» Dossier: Direito à Cidade (1968-2018)

42

Nota de apresentação

44

A globalização do m²: a disputa por um lugar na cidade,
Adriana Lima

52

Políticas e Práticas de Habitação em Marvila: Passado,
Presente e (que?) Futuro, *João Martins*

60

As vozes do lugar na pesquisa de campo: possibilidades
de acolhimento e abordagem de narrativas, *Polyana Coelho,
Raquel Gonçalves*

68

Arquitectos nos bairros autoproduzidos: renovar as prá-
ticas nas margens da cidade e à margem da profissão,
Marie Segonne

76

Normas para apresentação

78

Referees

Editorial

O número 9 da Revista *Espaços Vividos e Espaços Construídos: Estudos sobre a Cidade* tem como objeto de análise e na sequência do número anterior, os processos participados em projetos e intervenções urbanas e arquitetónicas.

Os 4 textos aqui publicados em língua inglesa assumem um carácter pedagógico relevante, na medida em que versam sobre experiências de carácter concreto, envolvendo um intenso e profícuo trabalho com as comunidades locais, em países tão distintos como o Brasil, a Turquia, a Suécia, a Holanda, a Espanha e a Alemanha em que as pessoas e as comunidades são os principais protagonistas das intervenções em análise. O investigador e o profissional assumem basicamente o papel de co-participantes no processo.

Estas intervenções embora distanciadas no tempo, não deixam de ter como enquadramento de fundo o legado de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço e o direito à cidade, o qual é revisitado no dossier temático que integra este número, intitulado: Direito à Cidade (1968-2018), celebrando os 50 anos da publicação da obra de referência - *Le Droit à la Ville*. Os autores convocam alguns dos conceitos mais emblemáticos da herança lefebvriana como o *direito à cidade*, o *direito à obra*, o *direito à apropriação* e a *auto-gestion*, para ler e interpretar fenómenos patentes em realidades tão diversas, como a francesa, portuguesa e brasileira.

Este número contou a coordenação geral de José Luís Crespo, enquanto que o dossier temático foi da responsabilidade de Sílvia Jorge, Sílvia Viegas, Vanessa Melo, Joana Lages, Fabiana Pavel e Murad Vaz.

Agradecemos a todos o trabalho inestimável que desenvolveram.

Votos de uma boa leitura.

Maria Manuela Mendes

Lista de Autores

Adriana Lima - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo na Escola Superior de Propaganda e Marketing (Brasil) e investigadora Estagiária de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. E-mail: projetocidadefuturo@gmail.com

Antje Steinnullera - Assistant Professor. California College of the Arts. Email: asteinmuller@cca.edu

Ivana Protić - Phd, assistant. University of Nis, Faculty of Civil Engineering and Architecture, Serbia. Email: ivanab76@yahoo.com

Raquel Gonçalves - Arquiteta-urbanista, Professora Associada do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: raquelgargon@hotmail.com

Mariana Simpson - Mestre em Desenvolvimento Urbano e Planejamento, Pesquisadora. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Email: marianadiasimp@gmail.com

João Martins - Sociólogo, investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL), joaomartins.cf@gmail.com

Jelena Dekić - Phd Student, assistant. University of Nis, Faculty of Civil Engineering and Architecture, Serbia. Email: jelena_djuric@ymail.com

Sinem Ataya - Graduating from the department of Political Science and Public Administration at Middle East Technical University and finishing Masters of Art at the department of Public Policy at Sabanci University, the author is currently enrolled to Doctoral Program at the department of Political Science and Public Administration (Urbanization and Environmental Sciences) at Ankara University where she is also working as a research assistant. Research Assistant at Ankara University. Email: sinematay@sabanciuniv.edu

Mihailo Mitković - Phd Student, assistant. University of Nis, Faculty of Civil Engineering and Architecture, Serbia. Email: mihailo.mitkovic@gmail.com

Milena Branković - Phd, assistant professor. University of Nis, Faculty of Civil Engineering and Architecture, Serbia. Email: milena_dinic@yahoo.com

Marie Segonne - Arquitecta e estudante de doutoramento em Sociologia da Universidade Paris VIII, no centro de investigação LAVUE (equipa ALTER). E-mail: marie.segonne@outlook.com

Polyana Coelho - Arquiteta-urbanista, Professora da Faculdade e Colégio Santa Rita (Brasil) e arquiteta da Secretaria de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. E-mail: polyanapcoelho@gmail.com

Nota Introdutória

O congresso internacional “PROJETAR A CIDADE COM A COMUNIDADE: Reflexões sobre processos participados” teve lugar nas instalações da Faculdade de Arquitetura – Universidade de Lisboa, nos dias 8 e 9 de junho de 2017. Surgiu como uma reflexão e desenvolvimento do trabalho de investigação do grupo de Investigação GEU (Grupo Interdisciplinar de Estudos Urbanos), para apresentar alguns dos resultados da experiência obtida nos 2 *workshops* que decorreram nos meses de abril e maio de 2017, na área histórica de Carnide e no Bairro Padre Cruz, Carnide. Esteve em debate o tema da participação na Arquitetura, Urbanismo e Design e a sua importância na definição das práticas e dos mecanismos das políticas e na gestão urbana. Contámos com a parceria entre o CIAUD (Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design), a FA.Ulisboa (Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa), a JFC (Junta de Freguesia de Carnide), a FCT (Fundação para a Ciência e a Tecnologia) e a APC (Associação Portuguesa da Cor). Neste congresso participaram mais de 150 pessoas. Realizaram-se 3 conferências, 4 sessões de mesas redondas, 18 sessões paralelas com 71 apresentações, o lançamento do número 4 da *E-Revista: Espaços Vividos Espaços Construídos: estudos sobre a cidade* e ainda o evento de encerramento com um churrasco para o convívio de todos os participantes. Organizaram-se dois eventos fora da FA: uma visita guiada ao Bairro Padre Cruz, em Carnide; o lançamento do livro *Architecture and the Social Sciences* e uma sessão

de curtas-metragens com apresentação de projetos em Lisboa por parte de 5 coletivos de arquitetura, urbanismo e design e do grupo GEU.

Como resultado e expressão do congresso foram apresentadas 41 propostas de artigos para publicação na *E-Revista: Espaços Vividos Espaços Construídos*, e após um período longo e difícil de revisão e edição, apresentam-se 2 números com 16 artigos. Os artigos que integram esta publicação refletem abordagens e reflexões teóricas sobre os processos participados e projetar com as comunidades, mas principalmente experiências e práticas em contextos geográficos diferentes. Na sequência do número 8 desta revista, este **número 9** é composto por 4 textos em língua inglesa, apresentando exemplos que se focalizam sobre diferentes realidades: Brasil, Turquia, Suécia/Holanda, Espanha/Alemanha.

Mesmo com o hiato temporal entre a realização do Congresso e esta publicação, consideram-se as reflexões e as práticas apresentadas nestes artigos sobre os processos participados e projetar com as comunidades, relevantes e atuais para a comunidade académica.

José Luís Crespo
Lisboa, Março 2021

Slum upgrading and housing policies in Rio de Janeiro

Challenges for participatory processes

Mariana Simpson^a

Resumo

Uma série de programas que procuram a melhoria dos bairros precários e pobres, ou a “urbanização das favelas” têm sido implementados no Rio de Janeiro, enquanto tentativas para integrar as favelas no tecido da cidade. Nas últimas décadas, a urbanização tornou-se a principal prioridade sobre todos os outros aspectos do desenvolvimento; enquanto que a habitação, está sendo negligenciada ou está regredindo em termos de relevância, já que o Estado insiste em recorrer a métodos ineficientes e que falharam no passado. Identificada a falta de participação do cidadão como a principal razão para o fracasso, a autora argumenta que as intervenções só terão um impacto positivo se permitirem que a habitação seja um processo que acontece na cidade e se o cidadão urbano e pobre se tornar no principal ator.

Palavras-Chave

Habitação, Favelas, Participação, Rio de Janeiro

Abstract

A number of programmes pursuing slum upgrading, or the “urbanisation of favelas”, have been implemented in Rio de Janeiro in attempts to integrate favelas into the city fabric. In the last decades, urbanisation became the state’s main priority over every other aspect of development programmes whilst housing, people’s main priority, is being overlooked or looked through regressive lenses, as the state insists on resorting to inefficient methods that failed in the past. Identifying the lack of citizen participation as the main reason for failure, the author argues that interventions are only going to reach a positive impact if they allow housing to be an on-going process that happens in the city, where the urban poor is the leading actor.

Keywords

Housing, Favelas, Participation, Rio de Janeiro

Introduction

Perhaps the first step for solving “the issue of slums” is to understand that they are not an aberration, but rather a part of existing city structures that needs to be improved (Somsook, 2005). Informal settlements are part of the solution found by over one billion people living in poverty in a context of “accumulation by dispossession” (Harvey, 1973) that has made land unavailable to so many urban dwellers in the world. Slums are not disassociated parts of the city. They are city. They present a different paradigm and show that diverse urban spaces may coexist, provided inequities are overcome and adequate living standards are universalised (Silva, 2011).

A journey to solve the problems present in slums must be part of “the more difficult journey towards ‘poverty eradication’, which is essentially a journey for sustainable urban livelihoods” (UN-Habitat, 2003, p. 53). When slums are per-

ceived as a threat, struggles and strategies for guaranteeing the right to a habitat are ignored: occupations are perceived as invasions, fights for rights are translated as threats against the private property, and systems based on self-construction are defined as urban chaos. Nevertheless, this is the perspective which often guides public policies that fail in Rio de Janeiro (Simão, 2011).

The history of Brazilian housing policies and programmes mirrors approaches and methodologies set by international organisations such as the World Bank. And this history is clearly reflected in interventions that have taken place in the *favelas* of Rio de Janeiro, the object of this article. Since the appearance of Rio de Janeiro’s first *favela* at the end of the 19th century, governmental responses have undergone several non-linear stages: negligence; centralised conventional policies with attempts to eradicate slums while mass producing housing; alterna-

^a Mestre em Desenvolvimento Urbano e Planejamento, Pesquisadora. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase). Email: marianadiasimp@gmail.com

tive policies, through aided-self-help, sites-and-services and basic slum upgrading; neoliberalisation reforms; and, finally, comprehensive slum upgrading and urbanisation. All these stages have run in parallel to the constant growth of slums in every part of the city.

Since the mid-1990s, period from when this paper is going to focus on, Rio de Janeiro has been at the forefront of *in situ* slum upgrading experiences. A number of programmes pursuing the “urbanisation of favelas” have been implemented in attempts to integrate *favelas* into the city fabric. The expectation was/ is that the arrival of urban infrastructure would requalify these territories and transform them into regular neighbourhoods, leading to the spatial and social integration of *favelas* and the rest of the city.

Despite its relevance, this objective, so far, has not been accomplished. It is estimated that by 2020, the total invested in slum upgrading by the national, state and local governments and international organisations will have passed the US\$ 9 billion mark. This considerable amount of money is an indicator of the central importance of *favelas* to the city’s life as well as of the political weight attached to promises of “solving the problem of favelas”. The challenge, however, presents itself as extremely complex and despite the billions invested, projects are rarely fully delivered and promises just remain unfulfilled.

In Rio’s *favelas*, “urbanisation” has become the state’s main priority over every other aspect of development, whilst housing, people’s main priority, is being overlooked or looked through regressive lenses, as the state insists on resorting to inefficient methods that failed in the past. Yet, adequate housing brings immediate and systemic benefits for its residents and, as such, should be a strategic priority also shared by the state.

Identifying the lack of citizen participation as the main reason for failure, the author argues that interventions are only going to reach a positive impact if they allow housing to be an on-going process that happens in the city, where the urban poor is the leading actor.

Slum upgrading and housing policies

1990s: Comprehensive approach to Poverty

This paper will focus on the latest slum upgrading and housing policies and programmes implemented in Brazil and Rio de Janeiro. Concerns

with the impacts of globalisation and the recognition that neoliberalisation promoted through “Structural Adjustment Programmes”¹ had adverse effects on living conditions brought poverty back into the international agenda in the 1990s (Fiori and Brandão, 2010). Studies concerned with issues of “relative poverty”, marginalisation, vulnerability and the central role of the poor in defining solutions were abundant in this period when poverty began to be understood as a multidimensional phenomenon that must be addressed comprehensively.

Respecting this understanding, a “new generation” of housing policies emerged in the mid-1990s, focusing on the issue of poverty alleviation with integrated, multisectoral, city-scale and participatory approaches (Fiori and Brandão, 2010). Acknowledging that sectoral policies cannot deliver comprehensive solutions, policies were now meant to “address the underlying causes of poverty” whilst involving “the people who live in poverty and their representative organisations.” (UN-Habitat, 2003, p. 136).

In this framework, “the enabling or integrative approach refers not only to housing delivery systems, but to urban development and management as a whole” (Fiori and Brandão, 2010, p. 29). These “‘non-conventional’ housing policies and programmes are more ambitious and part of a multisectoral attack on poverty, aiming at the integration of the poor, their housing and settlements into the city fabric, economy and social and political institutions”. (ibid)

Nevertheless, as the goal shifts from isolated projects to integrated urban policies, housing ended up losing its central role. In this “new generation” of multidimensional poverty policies that started in the 1990s, housing became so many “things” that it pretty much disappeared from poverty alleviation strategies altogether. “Housing lost its own urban portfolio in government and was subsumed into social security in many countries. Expenditure on housing also fell substantially.” (UN-Habitat, 2003, p. 123)

1994-2003: Slum Upgrading – Favela-Bairro

Rio de Janeiro’s city government’s Favela-Bairro programme was labelled a “best practice” by the World Bank and UN-Habitat and was considered “one of the most ambitious and advanced illustrations” of the “new generation of comprehensive slum upgrade policies” to date (Fiori *et al.*, 2000, p. 22). Since the project was launched in 1994, Rio de Janeiro has been in the forefront of *in situ*



Image 1 - A typical Favela-Bairro intervention: Hillside improvements and the construction of public spaces

Source: unavailable, n.d.



Image 2 - Hillside improvements implemented by Favela-Bairro in Salgueiro

Source: Jauregui, 2011

slum upgrading and urbanisation initiatives in the world.

Favela-Bairro was the largest slum upgrading programme to ever be implemented in Latin America. It took place in 178 favela and counted on the unprecedented investment of US\$ 600 million, funded by the Inter-American Development Bank and the city government. The programme was implemented by the Municipal Housing Department, and due to its comprehensive objectives, also involved other governmental departments, non-governmental organisations, the private sector and grass root leaders.

Favela-Bairro inaugurated a goal that has been the objective of every slum upgrade intervention implemented in Rio ever since: to unify a city that, for a number of reasons, has been divided into “formal” and “informal”, “slum” and “city”, “*favela*” and “*asfalto*” (“asphalt”), despite both “sides” being intrinsically dependent and connected with each other. Hoping to blur boundaries, since Favela-Bairro projects have attempted to connect the spatial differences between the two territories through the “urbanisation of *favelas*”. The ex-

pectation was/ is that the introduction of urban aspects would be able to requalify the perception of these territories so that they may be seen as a regular neighbourhood of the city (*a bairro*).

The Favela-Bairro programme did not aim to meet housing needs of individual families, but, instead, it “addressed the collective needs of favelas as a whole” (SMH, 1995 cited in Fiori and Brandão, 2010, p. 194). The head of the Municipal Housing Department defined Favela-Bairro as “a housing programme that is not about housing” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 1996), as authorities shared the belief that residents would spontaneously improve their homes as a side effect of the upgrading process.

Together with a national governmental bank, Favela-Bairro did create a special credit line for the purchase of construction materials, but because favela residents were unable to pass the governmental bank’s risk assessment, the initiative never thrived (Magalhães, 2011). This bottleneck is one of many examples on how the programme’s comprehensive intentions were jeopardised by institutional and political fragmentation. The list is long and includes, for example, crèches without staff; public spaces without management; abandoned sewage systems as the water company refused to connect pipes.

Yet, the programme produced very positive results: physical conditions were indeed improved in 178 *favelas* and having these communities as the central object of public investments and commitment gave dwellers a sense of secure tenure (Perlman, 2010). However, the social and economic components which were part of the initial ambition to comprehensively improve the quality of life in *favelas* through a multisectoral alliance were never accomplished. Furthermore, with political changes and the lack of consistent social policies, slums (and violence) continued to expand and many of the Favela-Bairro improvements were quickly “swallowed” by the growth of *favelas*. The programme slowed down significantly in early 2000s and was officially discontinued in 2006.

Today, it is agreed that despite physical improvements, Favela-Bairro did not fulfil its strategic objective to blur boundaries between the informal and the formal city. “The stigma attached to living in a favela runs too deep to be obliterated by appearances”. (Perlman, 2010, p. 281).

Furthermore, it is important to note that, despite its positive ambitions, Favela-Bairro prioritised urbanisation over every other dimension of development. In a rich and necessary evolution,

the programme took a step forward in recognising that housing is a process and should not be treated as an object to be delivered ready by the state. Nevertheless, it culminated in the loss of a fundamental dimension: housing in itself – a concern to men and women and a strategic dimension to urban development.

“The biggest stumbling block to achieving cities without slums is, in fact, housing, because formal sector housing is well beyond the reach of most slum dwellers and without formal housing, areas are usually automatically considered to be slums” (UN-Habitat, 2003, p. 190).

2000s: A millennium development goal

When the United Nations announced its Millennium Development Goals (MDG) in 2000, development agencies aligned activities to meet these goals, bringing a certain shift to poverty reduction policies (The World Bank, 2008). Goal number seven of the MDG was to “ensure environmental sustainability”, aiming “to have achieved a significant improvement in the lives of at least 100 million slum-dwellers” by 2020 (UN, 2000). Through the *Cities without Slums* Action Plan, the World Bank and UN-Habitat highlighted that scaling-up slum upgrading was “central to the Bank’s poverty-reduction mission and urban development strategy”, being the “centrepiece of a global strategy for improving the living conditions of the urban poor.” (Cities Alliance, 1999, p. 12).

The Action Plan reinforced the role of *in situ* slum upgrading as the main strategy recommended for addressing infrastructure and service needs. The challenge of addressing poverty as a multidimensional phenomenon remained, as even successful slum upgrading programmes seem to have failed to support, for instance, the generation of income and employment, the provision of direct housing subsidies, the creation of social safety nets, the promotion of quality education, health, transport, and so on, together with the challenge of promoting equity and reduce exclusion for the attainment of socially just cities.

2007-present: PAC/Favelas

In 2007, the federal government announced the investment of US\$ 650 million (from national, state and city funds) in slum upgrading in Rio de Janeiro. Known as PAC/ Favelas, this investment was the social slice of the so-called “Programme

for Growth Acceleration” (*Programa de Aceleração do Crescimento – PAC*), a national strategy to reach and maintain a 5 per cent annual growth rate whilst investing in infrastructure implemented during Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff’s presidency mandates (Ministério das Cidades, 2009).

Differently from Favela-Bairro’s attempts to reach city-level scale through intervening in *favelas* spread throughout the city, PAC/ Favelas focused on some of Rio’s largest “complexes of *favelas*”: Complexo do Alemão, Complexo de Manguinhos and Rocinha. Together, these *favelas* are home to approximately 500,000 people and are known for being some of the most violent areas of the city and the “headquarters” of powerful drug trafficking organisations.

The bulk of PAC/ Favelas’ investments was destined for urbanisation – this time in the form of large-scale infrastructure. Inspired by the slum upgrading model implemented in Medellín’s informal settlements in Colombia, the three enormous projects aimed to create public spaces and transport alternatives for these complexes of *favelas*: swimming pools and libraries in Rocinha; a cable car flying over Complexo do Alemão; and a public park underneath train tracks in Manguinhos; among other interventions, such as roads and mid-rise flats (for relocation). It was also expected that the presence of the state in these territories would help to regain spaces “privatised” by drug traffickers. (Dias Simpson, 2009).

It is important to highlight that, from start to end, PAC/ Favelas was imposed on people and carried out in a very top-down manner². Community leaders from all three favelas battled for years (and still do) to denounce the lack of citizen participation in PAC/ Favelas. They publicly emphasized that interventions being carried out were not at all in agreement with their community’s priorities. For instance, Manguinhos’ Social Forum published a manifesto declaring:

“We want the opportunity of an honest and less discriminatory dialogue, where people can discuss the course of their lives with the government and the various political and social movements engaged with the problems of favelas (...). Laws that could ensure the sustainability of the PAC/ Favelas investments are being ignored. The communities of Manguinhos and their social actors have not found effective means for social participation. We did not participate in the formulation of Manguinhos’ development plan, [and the plan] was not even present-

² Following federal laws, 2 to 3 per cent of slum upgrading resources were spent in “technical social work” (i.e. impact management and territorial development). This “social work”, however, had no power to influence decision-making or echo people’s demands, being usually restricted to ticking bureaucratic boxes.



Image 3 - In Rocinha, PAC's main interventions included a footbridge designed by Niemeyer and a swimming pool. Both were built in the entrance of the *favela*, where dwellings also received a coat of colourful paint for pleasing aesthetics on the "border" of the *favela* and an upper-class neighbourhood

Source: Governo do Estado, 2009; Folleto, 2010



Image 4 - Project to create a public park under rail tracks (left); Police officer "protects" construction workers from local drug traffickers (right); The area destined to become a park is known as Rio's Gaza Strip. Although millions were spent to elevate tracks, the plan of having a public park underneath them was not accomplished and the space remains occupied by violence

Source: Jauregui, 2011; O Globo, 2011



Image 5 - Cable car built in Complexo do Alemão, at an approximate cost of US\$70 million
Source: Janderson Cruz, 2012

Image 6 - "Meanwhile... Public policies in Alemão". Art created by local community leader David Amen (2017), when the cable car was officially switched off in March 2017, as it was considered to expensive to run. US\$73 million have been tracked as stolen in corruption from PAC in Complexo do Alemão alone
Source: unavailable, n.d.

ed to the public. (...) The investments made by the PAC/ Manguinhos are not at all in agreement with the communities' priorities. We have numerous needs in Manguinhos and we see the elevation of the rail tracks as a secondary element to the improvement of our quality of life, given the urgent demands for basic sanitation and housing for all." (Forum Social de Manguinhos, 2008).

As another example, in the day the president Dilma Rousseff inaugurated Complexo do Alemão's cable car, a young community leader wrote: "I wonder if, from up there [where the president was riding a cable car], the problems that affect our every-day lives are visible. On the ground, we live a reality that deserves more attention than a cable car: attention to a population that feels in their bones what living in a *favela* means and therefore knows what our real demands are. (...) I felt like screaming "hey, there are people living down here, and we still have problems". But who would hear me, when all the spotlights are turned to the embellishment of *favelas*?" (Amen, 2011).

Overall, the local populations remained distant from the process. Research carried out by an independent NGO showed that only 20 per cent of residents interviewed felt they were well informed about interventions taking place in their communities. Most actually mistakenly believed the project's main objective was to build houses (Ibase, 2009).

As the numbers indicated, again, the improvement of housing conditions was in the forefront of local's expectations. This argument was also confirmed by the fact that among all groups formed by the technical social work, "housing commissions" always attracted the highest number of participants.

In fact, over 4,000 mid-rise flats were built on site by the PAC/ Favelas in the three complexes of *favelas*. Although a significant number, these units were destined to replace homes demolished to give room to PAC's large physical interventions and for the clearance of "areas of risk", curtailing the impact on the actual housing deficit. Furthermore, the high number of relocations can be seen as an indicator that the architectural approach promoted during the Favela-Bairro period, which aimed to "build upon and respect the existing layout of houses, roads and walkways" (Fiori and Brandão, 2010, p. 194), was replaced by interventions that were too big to exist in harmony with the organic layout of *favelas*. Cable cars, elevated train tracks and new roads led to

the (often forced) displacement of hundreds of families, leaving dwellers with the feeling that resources would have been spent differently if their voices were heard.

Furthermore, as it often happens when housing is seen as an object rather than a process, families relocated to the new flats quickly struggled to pay for the costs of living in a formal home. Moreover, the low quality of the constructions led to the rapid deterioration of brand new estates; regulations stopped households from part-using their residence for commercial purposes, a common practice in these communities (e.g. it is forbidden to sell products or rent out rooms in the new flats); among many other issues that come about as consequences of sudden obligations which did not correspond to the residents' needs or previous ways of living. Once again, top-down housing proved to be unsustainable and, as a result, cases of (illegal) sales and rent are abundant, especially in the wealthier parts of the city.

Responding to a legitimate demand, the housing element that was lost in Favela-Bairro reappeared with more strength in the PAC/Favelas. However, housing was brought back into the equation in its "conventional" form, ignoring the lessons learned. Amidst Rio's large scale slum upgrading initiative, we witnessed, once again, housing being delivered ready as an object to "beneficiaries" who did not participate in decision-making in any form and who were simply informed that they would need to move for reasons they did not always agree with.

With so little transparency, it is not possible to precise how many hundreds of millions more were spent in PAC/Favelas, besides the initial US\$ 650 million. The programme, though, phased out after Rousseff's impeachment in 2016 and Rio's current bankrupt situation, leaving behind incomplete constructions. This contributes to the feeling shared by so many families that they "lost their homes for nothing", as many houses were demolished to give room to new roads and public equipment that were never delivered. Tens of families are still living on "social rent" whilst waiting for a housing unit that is not likely to ever be built. This benefit/compensation is under threat of being cut, as Rio's bankrupt state declares to have no money left to pay these families. The construction companies in charge of PAC's physical interventions are currently in the public eye and have been officially charged with widespread corruption. In Complexo do Alemão alone, US\$73 million have been officially tracked as stolen in corrup-

tion schemes involving the government and construction companies.

In this way, slum upgrading and housing policies seem to have completed a full circle in Rio de Janeiro's *favelas*: until the mid-1970s, housing as an object of four walls and a roof was the only dimension taken into consideration during a period in which mass produced estates in the outskirts of the city were seen as the solution to rid Rio de Janeiro of its slums. After three decades of failure, decision-makers realised that in situ improvements are a more social, political and cost-effective approach to the "problem of *favelas*". In an important step forward, Favela-Bairro recognised that urban poverty needs to be tackled through a comprehensive approach. Focusing on the urbanisation of favelas, this optimistic experiment hoped issues related to housing would solve itself as a side-effect of environmental improvements. As a result, however, housing lost its centrality and direct investments disappeared from interventions altogether. With PAC/Favelas, housing returns to the agenda, but with regressive methods of failed policies. Minha Casa Minha Vida, presented below, and the high number of forced evictions promoted by the state in preparation to the Olympic Games in 2016 close the circle and bring housing policies back to where they started.

2009-present: Minha Casa Minha Vida

Closing the full circle, the programme "My House, My Life" (Minha Casa, Minha Vida – MCMV) brings Brazil fully back into the failed conventional housing policies implemented



Image 7 - Mid-rise flats built for relocation in Complexo do Alemão

Source: Governo do Estado RJ, 2012

Image 8 - Houses demolished during PAC/ Favelas and houses earmarked by the city government for demolition

Source: Ratião Diniz, 2015

³ When launching Minha Casa Minha Vida, Lula promised to deliver 1 million housing units. After its initial "success", the federal government launched MCMV 2 and 3, raising the goal to 3 million units.



Image 9 - Houses in non-cities
Source: Archdaily, n.d.

in the past. Announced in a period of global financial crisis, the programme aimed to deliver 3 million ready-to-occupy units³ for middle and low-income households throughout the country whilst fuelling economic growth through the construction industry. It is, thus, an anti-cyclical financial strategy dubbed as a housing policy.

The programme targets three different ranges of income: households who earn up to US\$1,000; up to US\$2,250; and up to US\$3,060. In five years, between its launch in 2009 and 2014 (when the latest official numbers were publicised), MCMV invested nearly US\$80 billion in subsidies; contracted 3.7 million housing units; and delivered 1.87 million housing units, from which one-third were delivered to families earning up to US\$540.

With MCMV, authorities rewinded a film of failed policies whilst ignoring lessons that should have been learned. MCMV is based on strategies to enable the construction sector (through subsidies, tax exemption, etc.) and augment the supply of housing and access to credit, “without any connection with urban or land strategies, confusing housing policies and income generation policies” (Nakano and Rolnik, 2009, p. 4). Many have pointed out that the construction companies – the same ones that are currently in the heart of corruption scandals – were the main beneficiaries of the programme.

Units are typically located in “non-cities” where land is cheap, but far from education, work, health and cultural opportunities, deepening socio-spatial segregation, increasing public expenditure on infrastructure and individual expenditure on mobility. “Building houses is producing cities. It is essential to discuss the impact of real estate in the living conditions, in the institution or removal of social rights, in land use and functioning of cities. Let's not fall into the trap of seductive numbers: 1 million homes? Yes, but where, how and for whom?” (Nakano and Rolnik, 2009, p. 4).

As Brazil currently lives a political turmoil and economic recession, the delivery of housing units has significantly slowed down. Public equipments that were supposed to come with these communities were never built. Poor construction standards and the lack of funds for general maintenance are leading to the rapid deterioration of these states. Now, many of the MCMV condominiums have become crime ridden neighbourhoods controlled by drug traffickers and militia groups. Overnight, thousands of non-cities with the population of mid-sized cities were created as private, gated communities throughout the country. Through the programme, families are reaching their dream of owning a home, but for so many, the dream has become an individual and collective bitter-sweet nightmare.

Conclusion

The cases presented in this article show that housing policies and initiatives where residents are not allowed to play the leading role of their own development are doomed to fail. As such, at the core of Rio de Janeiro's programmes' problems lie the lack of citizen participation. Amidst mega slum upgrading projects, people's on-going demands for public security, education, health and income earning opportunities and continue to be overlooked.

To change that, for once and for all, a paradigm that insists on the delivery of ready, unsustainable housing for the poor must be broken. Housing is a verb (Turner and Fichter, 1972). Especially for the urban poor, housing is a long, incremental, personal yet community-building process. And participation – or even better, “people's protagonism” – are intrinsically linked to institutional and political reforms.

In this, however, lies a conflicting political issue that must be overcome: the “problem” with sustainable housing processes is that it takes time and cannot be squeezed into a four-year political mandate. Neither can it be massively delivered by powerful construction companies that gain multi-million contracts after generously sponsoring political campaigns⁴. “Processes” do not bring the immediate political benefit that comes with the public handing over of a key to a poor family by a populist politician. Processes do not win immediate votes.

Nevertheless, history has shown too many times that the belief that informality can be replaced by formal housing delivered by govern-

⁴ A background story on one of such construction companies and their on going corruption scandals can be read on “Brazil's Odebrecht corruption scandal” at <http://www.bbc.com/news/business-39194395>.

ments is unattainable, expensive and inefficient.

Housing must be a people-led process that happens in the city to be sustainable, as it' is one of the most important factors in making just cities.

Bibliography

- Amen, D. (2011), Quando mudar, me avisa e me inclua, *Rio de Janeiro: Viva Favela*, s/n, Rio de Janeiro (August).
- Cities Alliances for Cities without Slums (1999), *Action Plan for moving slum upgrading to scale*, [<http://web.mit.edu/urbanupgrading/sponsor/ActionPlan.pdf>], (accessed on 14 July 2017).
- Dias Simpson, M. (2009), *PAC/Favelas*, Pacto pela Cidadania, Rio de Janeiro: Ibase.
- Fiori, J., Riley, L., Ramirez, R. (2000), *Urban Poverty Alleviation through Environmental Upgrading in Rio de Janeiro: Favela Bairro*, Draft research report for DFDI, London: DPU.
- Fiori, J. and Brandão, Z. (2010), “Spatial Strategies and Urban Social Policy: Urbanism and Poverty Reduction in the Favelas of Rio de Janeiro”, in Hernandez, F. *et al.* (eds.), *Rethinking the Informal City: Critical perspectives from Latin America*, New York: Berghahn Books, pp. 182-205.
- Fórum Social de Manguinhos (2008), “Discurso de Patrícia Evangelista da Comunidade Manguinhos”, *Pacto pela Cidadania*, Rio de Janeiro: Ibase.
- Galas, D. (2017), *Brazil's Odebrecht corruption scandal*, [<http://www.bbc.com/news/business-39194395>], (accessed on 04 April 2018).
- Harvey, D. (1973), *Social Justice and The City*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Ibase (2009), *Pesquisa Dimensões da Cidade*, Rio de Janeiro: FGV.
- Ministério das Cidades (2009), *PAC: Urbanização de Favelas*, [<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao/pac>], (accessed on 14 July 2017).
- Nakano and Rolnik, R. (2009), “Armadilhas do Pacote Habitacional”, *Le Monde Diplomatique*, Brasil, March 2009, pp. 4-5.
- Perlman, J. (2010), *Favelas: Four decades of living on the edge in Rio de Janeiro*, Oxford: Oxford University Press.
- Prefeitura do Rio de Janeiro (1996), “Programa Favela-Bairro: Resgatando a cidadania”, *Institutional video*, Rio de Janeiro: Municipal Housing Department.
- Silva, I. (2011), “Favela é cidade (e cidade é favela)”, *Rio de Janeiro: Democracia Viva*, 47, Rio de Janeiro: Ibase (August).
- Simão, M. (2011), *Favelas: mais política e menos polícia*, Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, [<http://www.oabrij.org.br/artigo/2653-favelas-mais-politica-e-menos-policia---mario-pires-simao>], (accessed on 14 July 2017).
- Soomsook, B. (2005), Baan Mankong: going to scale with “slum” and squatter upgrading in Thailand, London, *Environment and Urbanization*, 17(1), pp. 21-46, [<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/095624780501700104>], (accessed on 14 July 2017).
- Turner, J. and Fichter, R. (eds.) (1972), *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*, New York: The Macmillan Company.
- United Nations (2000), *Goal 7: Ensure environmental sustainability*, [<http://www.un.org/millenniumgoals/envIRON.shtml>], (accessed on 14 July 2017).
- UN-Habitat (2003), *The Challenge of Slums: Global report on human settlements 2003*, London: Earthscan Publications.

Collective gardening as a form of resident participation in the revitalization of open spaces in high-rise housing estates

Ivana Protić^a, Milena Branković^b, Jelena Dekić^c, Mihailo Mitković^d

Resumo

Os espaços abertos em conjuntos habitacionais de grande altura são frequentemente espaços negligenciados evidenciando estar em ruptura com os indicadores de qualidade de vida são interrompidos. Algumas das causas chave da tendência de declínio progressivo de sua qualidade têm um caráter contínuo, resultam da negligência e concentração de problemas, assim como, da falta de um sistema eficiente de manutenção e gestão. Na atualidade e em vários países europeus existem diferentes modalidades de revitalização em espaços abertos, sendo recorrente a crescente participação no processo de revitalização. As atividades e modalidades de participação variam, podendo ser implementadas por meio de vários instrumentos. Um dos instrumentos mais populares da participação dos moradores é a jardinagem coletiva, o que pode ser observado em numerosos exemplos de revitalização em países europeus. O objetivo deste artigo é analisar alguns exemplos de implementação de jardinagem coletiva no processo de revitalização de espaços abertos em conjuntos habitacionais de grande altura. O artigo destaca os benefícios do uso deste instrumento na revitalização em espaços abertos no sentido de se alcançar soluções sustentáveis, de acordo com os interesses e objetivos dos residentes. O fortalecimento do sentido de territorialidade e do sentimento de pertença dos residentes é algo particular importância para o ambiente vivencial. Os resultados também evidenciam que a jardinagem coletiva contribui para a recuperação da boa vizinhança e para a construção de comunidades residenciais, bem como, para a exortação dos residentes para que participem de forma coletiva na melhoria de seu ambiente de vida.

Palavras-Chave

Espaços Abertos, Revitalização, Residentes, Participação, Jardinagem Coletiva

Abstract

Open spaces in high-rise housing estates are often neglected spaces in which fundamental indicators of the quality of life are disrupted.

Some of the key causes of the trend of progressive decline of their quality are continuous neglect and accumulation of problems and the lack of an efficient system of maintenance and management. Under current conditions in European countries, there are different modalities of open-space revitalization. The common fact that can be identified is the increasing participation in the revitalization process. Thus, activities and modalities of participation vary and can be implemented through various instruments. One of the most popular instruments of the participation of residents is collective gardening, which can be observed in numerous examples of revitalization in European countries. The aim of this paper is to analyse the examples of the implementation of collective gardening in the process of open-space revitalization in high-rise housing estates. The paper highlights the benefits of using this instrument in open-space revitalization to achieve sustainable solutions in accordance with the requirements of residents. The strengthening of territoriality and the sense of belonging of residents to the living environment are of particular importance. The paper also points out that collective gardening contributes to good neighbourhood relations, to the building of residential communities, as well as to exhortation to residents to jointly participate in the improvement of their living environment..

Keywords

Open spaces, Revitalization, Residents, Participation, Collective gardening

^a Phd, assistant. University of Nis, Faculty of Civil Engineering and Architecture, Serbia. Email: ivanab76@yahoo.com

^b Phd, assistant professor. University of Nis, Faculty of Civil Engineering and Architecture, Serbia. Email: milena_dinic@yahoo.com

^c Phd Student, assistant. University of Nis, Faculty of Civil Engineering and Architecture, Serbia. Email: jelena_djuric@ymail.com

^d Phd Student, assistant. University of Nis, Faculty of Civil Engineering and Architecture, Serbia. Email: mihailo.mitkovic@gmail.com

Introduction

Striving to improve the quality of life is the central and universal preference policy for the development of cities of all countries, the primary goal of any political subdivision, and a permanent feature of architecture and urbanism. The mechanisms and instruments that help cities achieve the best possible living conditions are different, and one of the most important priorities is to improve the quality of housing and associated open spaces. A variety of current processes and changes in the social, political, environmental, and cultural domain bring along the transformation in the field of business and leisure, together with the daily emergence of new technologies, which reflect a range of negative impacts on the system of social values and the quality of life. All these changes are also manifested in the sphere of high-rise housing complexes, specifically in the state of the physical structure and in the state of the associated open spaces that constitute the relevant spacious and utilitarian items of people's everyday life. Modern urban development and changes in the socio-economic sphere lead to the changing needs of residents. This, along with the aforementioned negative tendencies, emphasizes the need to adjust the open spaces of high-rise housing complexes by introducing new requirements. One of the modalities for the promotion of open spaces, with resident participation, is the implementation of the concept of collective gardening, which is the topic of this paper.

Overview of the problems of open spaces in a high-rise housing complex

Many multidisciplinary studies of the quality of life indicate the poor state of the high-rise housing complexes (Madanipour, 2004; van Kempen *et al.*, 2005; Coorey, 2012), which is characterized by a lack of basic human values and neglect of the immediate surroundings – functional, health, environmental, social, and aesthetic values of open spaces. Despite the multiple significance of open spaces for the quality of life in complexes with high-rise housing, the said author concluded that these areas are unable to meet the requirements of residents towards achieving their basic role – creating a friendly and attractive environment for a wide range of leisure activities. The current status of open spaces in most European countries is manifested through various forms of deprivation and mal-

adjustment of open spaces to the changing social, demographic, economic, and cultural trends and the needs of residents of high-rise housing complexes. Given the wide range of problems of open spaces, it is important to explore the potential and effective mechanisms for revitalization aimed at ensuring the protection of existing values while providing new opportunities in line with the modern trends of open-space design and new lifestyles of residents, and aimed at providing a higher quality of life. Significant problems in high-rise housing complexes include the residents' sense of alienation, lack of a feeling of belonging to the community, and lack of interest in improving the environment, which particularly affect the quality of life. Contemporary examples of open-space revitalization indicate that the implementation of collective gardening can improve the quality of open spaces, provide residents with adequate hygienic, space-functional, and aesthetic requirements for comfortable living, as well as strengthen the feeling of belonging and territoriality.

Conceptual guidelines of collective gardening

Numerous examples of revitalization (Castell, 2009; Tiessens *et al.*, 2007) of open spaces indicate multiple benefits of resident participation, which ensures the effectiveness of the harmonization of different opinions, ideas, and knowledge. It is a democratic process of finding common solutions of various actors in cooperation with the users of the space – residents – in accordance with their needs. Participation contributes to finding better solutions, with the need to meet the following requirements: to motivate residents to actively participate, to inform residents about the importance of planning actions for open-space revitalization, to educate them on the topic, and to involve them in a timely manner (Bogdanović and Mitković, 2006). The effectiveness of resident participation can be seen in all stages of open-space revitalization, and participation is used as a driving force for mobilizing resources in the community and implementing activities through its own resources. This contributes to the sustainability of the planned activities. It also contributes to the achievement of better solutions, greater cooperation between the various stakeholders, strengthening of local democracy, education, and development of new skills, thus improving the culture of living and raising the awareness of residents, which is im-

portant for achieving sustainability of residential neighbourhoods, one of the main goals of the Lisbon Strategy (2010).

One of the most effective instruments for open-space revitalization is collective gardening. Collective gardening is a form of resident participation in the promotion of open spaces. It can be understood as a form of joint activity in which residents of high-rise housing voluntarily participate in the planning, promotion, and management of open spaces (Castell, 2009). The following activities of residents are possible in collective gardening: brainstorming, problem solving and working together with others, discussions, sharing of responsibilities, and other forms of interaction, where the individual is a part of a collective process. These activities include information gathering, socializing, discussions, and other formal relationships that connect local groups of residents with external actors which represent society as a whole. However, conflicts also arise, whereby visible or sharp divisions are created between different neighbourhood groups in the process of collective gardening. There are several cases of initiating collective gardening:

- the case where companies engage residents to participate in the tasks of garden and open-space maintenance, the so-called “self-management” – e.g. in the neighbourhood of Augustenborg (see 4.1 below);

- the case where residents can use the garden with plots within the open space – e.g. in the neighbourhood of Poptahof (see 4.2 below);

- the case where the residents’ association signs an agreement to take over the responsibility of collective garden maintenance from housing maintenance companies;

- the case where the residents’ association can establish a garden in an undeveloped open space in the housing complex as a key mechanism of the process of open-space and residential complex revitalization (Castell, 2009).

In terms of open-space revitalization, multiple contributions of collective gardening can be seen in numerous residents’ activities (Aalbers, 2012). These effects are important from the residents’ perspective, as well as from the perspective of the housing neighbourhood and the society as a whole. An important step for implementing collective

gardening is to establish the residents’ association and to identify key individual residents interested in taking charge of creating a collective garden as a special type of open space. The most important effects of collective gardening implementation are the following:

- resolution of existential issues – collective gardening can help younger or socially excluded residents become actively involved in the community as it can provide them with employment;

- security improvements – achieved through informal social contacts, whereby neighbours can familiarize themselves with the process of collective gardening and the development of local norms;

- learning and knowledge enhancement, skill transfer, and exchange of experiences among residents;

- creation of a space to meet the needs of residents, territoriality, and personalization through resident participation;

- effective management and promotion of open spaces by residents;

- strengthening of the residential community.

Examples of collective gardening in European counties

Among the numerous examples of collective gardening in the process of open-space revitalization, two examples from the European practice were chosen for the purposes of this study: residential neighbourhoods of Augustenborg in Malmö (Sweden) and Poptahof in Delft (The Netherlands).

Residential neighbourhood of Augustenborg in Malmö (Sweden)

The residential neighbourhood of Augustenborg in Malmö was built in the 1950s as one of the first within the Swedish social housing policy. Initially, it was considered a successful joining of housing and social facilities, and had the potential recruitment of residents. In recent decades, Augustenborg experienced a period of socio-economic deterioration, so significant revitalization projects were implemented from 1998 to 2002 (Kazmierczak and Carter, 2010). The main triggers for initiating the revitalization

were difficult social and economic conditions in the neighbourhood, problems with the waste management, flooding hazards, and marginalized and devastated open spaces. The initiative for the revitalization began in 1990 and has since developed into a project called Ekostaden Augustenborg. The key objective of this project was to create a residential neighbourhood with a higher degree of social, economic, and environmental sustainability. Significant changes in the physical infrastructure included, among other things, the creation of sustainable drainage systems, green roofs, and green areas. In addition to infrastructure changes, a significant goal of the program was to improve open spaces, which resulted in improving the image of the entire neighbourhood. One of the main objectives of the Ekostaden program was to enable residents to actively participate in the planning and implementation of revitalization programs. Accordingly, public discussions through regular meetings, workshops, and informal gatherings at sports and cultural events were organized. Access became more open and consultative. The residents participated in the dialogue at meetings about the project, and some of them became very active in concrete actions on the reorganization of open spaces. Constant communication and participation allowed the needs and wishes of residents to be incorporated into the project.

We should emphasize the importance of this project from the perspective of collective gardening. It was initiated by the residents who started to grow vegetables on small open spaces (Hybrid Parks, 2016). In addition, residents were given larger spaces, where people of all ages and ethnic backgrounds were welcome. After smaller areas, much larger spaces for collective gardening were formed around the neighbourhood (Image 1). The city housing company derived benefit from this project and introduced a program of providing green boxes to residents in order to encourage and support collective gardening. Experiences from these projects showed that collective gardening significantly contributed to connecting people with nature and to their mutual cooperation, strengthening the sense of belonging, territoriality, and good-neighbourly relations. Residents are assisted by gardeners of the district. Days of gardening and internal market are organized in order to promote community spirit and common interests, which further encourages residential involvement in collective gardening.

With the introduction of collective gardening and other types of interventions, the program provided the following benefits: ecological improvement, improvement of the built environment and open spaces, and strengthening of the local housing community and good-neighbourly rela-

tions. The remodelling of open spaces between the blocks, the creation of a place for leisure and attractive spaces for children to play, as well as the creation of collective gardens where residents can grow food, have contributed to Augustenborg's becoming an attractive place to live positively, as assessed by the residents.

Residential neighbourhood of Poptahof in Delft (Netherlands)

The residential neighbourhood of Poptahof was built during the 1960s. It is one of the first residential complexes outside the historic centre of Delft and it was envisaged as a form of modern housing for members of the working and middle classes. The main problem in this neighbourhood was a low level of regulation and anonymity of open spaces, which led to a feeling of insecurity among the residents and the absence of a sense of community, belonging, and territoriality. For the purpose of its revitalization, a master plan with the following objectives was created (Tiessens *et al*, 2007): improving the monotonous residential complex, which is quoted very low in the housing market, improving security and disrupted attractiveness, and reorganizing and constructing new open spaces, as part of an integrated reconstruction of the neighbourhood (Image 2 a, b, c,).



Image 1 – Collective gardening residential neighbourhood of Augustenborg

Source: <http://www.hybridparks.eu/publications/>



Image 2 – left (a): master plan for the revitalization of Poptahof; middle (b): design of Poptapark; right (c): image of Poptapark

Source: Tiessens *et al*. (2007)



Image 3 – Collective gardening in the neighbourhood of Poptahof
Source: Tiessens *et al.* (2007)

The idea was that the revitalization of the park should stimulate the modernization and create a positive perception of the entire residential complex, as well as help attract additional investments by different interest groups in the mixed content in the complex (IMAGE project). Poptapark is centrally located and it was completed in 2008 on the former site of the river with tall trees; it provides the following infrastructure for leisure activities: a play area for children; lawns; a green hill used for sunbathing, sledding, organizing festivals, and other events; trails for walking and cycling that runs through the park and connects it to the main street and the shopping zone; and a space where the residents engage in collective gardening (Image 3), which contributes to strengthening community spirit and territoriality.

It was revealed that collective gardening was one of the key points of successful improvement of open spaces in Poptahof. It was confirmed that the involvement of residents contributed to improving their responsibility for the housing environment, particularly through the activities of collective gardening. The effects of collective gardening have contributed to creating a positive attitude of residents towards other cultures and lifestyles, thus strengthening the good-neighbourly relations and mutual tolerance. The effect of variability in the arrangement of and the cultivation of various types of health food and vegetation is particularly significant. In addition to their medical importance, colourful properties were designed to enhance the aesthetic component of the open spaces (along with other types of interventions in this respect). Finally, collective gardening contributed to the neighbours' cordiality, strengthened their sense of territoriality and of belonging to the living environment, and also helped reduce crime rate and vandalism.

Conclusion

A review of selected examples of open-space revitalization showed that collective gardening provides a favourable framework for overcoming the negative trends of development of open spaces and for directing their improvement. The analyzed cases revealed multiple positive effects of collective gardening, the most important of which are the following: improvement of the general characteristics of open spaces in all aspects of their quality; satisfaction of residents with the housing environment; strengthening of good-neighbourly relations and residents' responsibility for their own environment; and general improvement of the quality of life. It is particularly important to recognize the significance and effectiveness of collective gardening in the process of open-space revitalization by the local authorities. Connecting to the local community or to the residents and local officials is also important, both for initiating collective gardening and for financial support and implementation. A key factor for the implementation of collective gardening is a proper organizational and institutional framework concerning maintenance and management. In conclusion, collective gardening takes on increasing importance in the process of open-space revitalization and it can be considered an effective instrument for improving the quality of life and the sustainability of the high-rise housing complexes.

Bibliography

- Aalbers, C. (2012), "Case II: Contacts through Contracts: Residents managing public green space in Utrecht", in Aalbers, C. et al. (Eds), *Work Package 4: The Utrecht-Houten case study*, EU 5th Framework project Communicating Urban Growth and Green (GREENSCOM), Alterra Green World Research, Wageningen.
- Bogdanović I. and Mitković, P. (2006), "Revitalizacija slobodnih i rekreativnih prostora u kontekstu unapređenja kolektivnog stanovanja", *Proceeding of "Rekonstrukcija i revitalizacija grada"*, Društvo Urbanista Beograda, pp. 359-371.
- Castell, P. (2009), "Collective gardening as a coping strategy for residents in deprived urban neighbourhoods: a literature review", *Proceeding of "Changing Housing Markets: Integration and Segmentation (ENHRO9)"*, European Network for Housing Research (ENHR), Prague.
- Coorey, S. (2012), *Design of open spaces in high density zones: case study of public housing*

estates in Hong Kong, Phd Thesis, University of Hong Kong.

- Kazmierczak, A. and Carter, J. (2010), *Adaptation to climate change using green and blue infrastructure, A database of case studies*, Augustenborg, Malmö: Retrofitting SUDS in an urban regeneration area.

- Madanipour, A. (2004), "Marginal public spaces in European cities", *Journal of Urban Design*, Vol. 9(3), pp. 267-286.

- Tiessens, W. et al. (2007), *The image project new tools for neighbourhood regeneration, regenerating neighbourhoods by improving their image*, An INTERREG IIIB Project.

- van Kempen, R., Dekker, K., Hall, S., Tosics, I. (Eds.) (2005), *Restructuring large housing estates in Europe*, Chicago: University of Chicago Press.

Catalyzing the commons

Architects as Participants in Urban Commons Projects

Antje Steinmuller^a

Resumo

Este artigo examina o papel catalisador dos arquitetos como participantes em dois projetos sobre comuns urbanos. Analisa-se a relação dos arquitetos, dos cidadãos e dos municípios na evolução de processos participativos que levaram ao recente ressurgimento dos comuns e equaciona-se as implicações desta participação em projetos sobre comuns urbanos e sobre a *expertise* em arquitetura. Especificamente, propõe-se o uso de termos como 'hardware', 'software', 'orgware', e 'brandware' para abordar a arena expandida de tarefas que os arquitetos têm de enfrentar sempre que participam neste tipo de projetos.

Palavras-Chave

Participação, Comuns Urbanos, Experiência Arquitetônica, Urbanismo Participativo

Abstract

This paper examines the catalytic role of architects as participants in two urban commons projects. It reviews the relationship of architects, citizens and municipalities in the evolution of participatory processes leading up to the recent resurgence of the commons, and considers the implications that this participation in commons projects has on the definition of architectural expertise. Specifically, it proposes the use of the interrelated terms 'hardware', 'software', 'orgware', and 'brandware' to approach the expanded arena of design tasks confronting architects who aim to contribute to this type of projects.

Keywords

Participation, Urban commons, Architectural expertise, Participatory urbanism

Introduction

The form and role of public space in urban environments has been transforming in recent years (Gandelsonas *et al.*, 2012). Public funding sources have all but dried up in many cities as a consequence of the financial crisis; public private partnerships in the development of downtown outdoor spaces have led to an increasingly tangible privatization of urban space; and different types of migration patterns to, from, and within cities make urban space as a space of social encounter subject to new populations and different needs. Inevitably, these developments have also led to different processes for the production of public space, in which altered roles and relationships of citizens, architects, and local government bodies have emerged. Recent years have seen a resurgence of citizen-initiated urban commons projects as an immediate and often opportunistic response to shared local needs. This paper examines the changing role architects — both practitioners and architecture students — take on in the resulting landscape of spaces and stakeholders.

Citizen participation in the production of urban space, first the subject of debate as a consequence of citizen revolts against the tabula rasa urban regeneration projects of the 1960s, has since taken on a range of manifestations. Since the 1990s, bottom-up and often temporary urban interventions have provided a forum for direct citizen engagement with urban spatial resources. Most recently, hybrid processes have been pioneered in which bottom-up interim use by citizens operates in dialog with long-term planning processes. Situated between the poles of government-led and citizen-initiated efforts, the role of the architect/designer has been shifting and expanding in response to these experiments. The research presented in this article begins with a review of the constellation of initiators, stakeholders, and funding mechanisms that form the context for the designer/architect in the evolution of participatory processes. Positioning urban commons projects and their specific issues and needs in this lineage, the main body of the paper provides a detailed description of two urban commons projects and highlights

^a Assistant Professor. California College of the Arts. Email: asteinmuller@cca.edu

the specific role that architects (and in this case, architecture students) have taken. The research makes the case that the involvement of architects in urban commons projects constitutes an inversion of the more typical constellations within participatory processes, in which citizens provide intermittent feedback at select points of planning or design. In community-led urban commons projects, it is instead the architect who is consulted intermittently as a catalytic participant in citizen-led production of urban space. The paper also puts forward a framework for addressing the complexity of such projects for the design task, and highlights emerging areas of expertise that expand beyond conventional disciplinary understandings of architecture.

Participation's Many Forms

Beyond the implementation of early citizen planning commissions in the United States in the 1920s, citizen participation in design or planning processes became the subject of intense public debate in the 1960s, when large-scale urban renewal projects displaced established urban communities. Jane Jacob's critique of New York City's plans for renewal portrayed citizens not only as key contributors to the vibrancy and safety of urban neighborhoods, but ultimately laid the groundwork for positioning citizens as local experts whose participation in decision-making was vital (Jacobs, 1961). Architects and designers began to view themselves as advocates of citizen groups (Davidoff, 1965) that were excluded from the large-scale redevelopment projects threatening to destroy their communities. To enable architecture and planning as a more inclusive and participatory processes, Community Design Centers (CDCs) emerged, through which architects provided citizen groups with design assistance. While the work of the early CDCs has its roots in political resistance to top-down planning projects, over time, CDCs have increasingly reoriented their work towards local community initiatives. They remain committed to grassroots involvement in the planning and design of urban space (Heyden, 2008).

Beyond the mere engagement in dialog with urban government bodies, Jacob's notion of participation included the space for citizens to act and innovate directly independently (Cuzzolino, 2015). Through small local actions like the organization of a free bus service within a New York City neighborhood, Jacobs traced the impact of citizen initiative on the larger system of

the city (Jacobs, 1969). Around the same time, the noticeable failures of the Modern Movement brought forth an increased interest in recalibrating the power relationships between architects and citizens in Europe. Architects like Lucien Kroll and N. John Habraken developed a form of participatory architecture, understood as a built framework designed by architects, within which interior walls and exterior envelopes could be added by inhabitants, and could adapt to individual users' needs (Habraken, 1972).

Eventually, citizen participation became an integral part of local governments planning processes. While it initially implied a redistribution of power - between government, citizens, and by default, architects - in practice, it proved to be time consuming and often without effect. In addition, planners and architects often perceived citizen engagement in community meetings as an interference with professional knowledge. At times, it became a forum for citizens with special interests rather than representative of a full spectrum of community members. Not surprisingly, the form and degree of participation became the subject of debate and contention, most pointedly exposed by Arnstein's Ladder of Citizen Participation (Arnstein, 1969). Arnstein's typologies divided the gradient of power distribution between municipality and citizens into eight categories, from empty placating rituals (non-participation) to truly delegated control over decision-making (citizen power). More recent views of community participation have been more modest and pragmatic, focusing on information exchange, conflict resolution, and supplemental engagement in design and planning (Sanoff, 2000). The appropriate form of citizen participation was found to depend on the project and its specific local conditions, which should determine who participates, when in the process, and what the specific goals of the citizen participation are. Yet, participatory processes evolved, showing consensus amongst scholars of community design and planning on citizen participation as an educational tool that enriches processes and results for all involved (Glass, 1979; Smith, 1973; Sanoff, 2000).

As funding for CDCs from federal programs slowly dried up in the 1970s and 80s in the United States, their initial idealistic motivation gave way to more pragmatic and increasingly entrepreneurial models (Comerio, 1984). Architects at Asian Neighborhood Design, a CDC in San Francisco, developed and built furnishings for Single Room Occupancy dwellings as a means of generating income for the organization, gradual-

ly shifting the focus of their work from political to practical, and from process to product. While this shift can be seen as a decline in professional concern towards political and social justice, it simultaneously is testament to a change in attitude, from the mostly reactive stance of early CDCs vis-a-vis municipal planning projects, towards a more active if not pro-active role in supporting community goals. At the same time, this reorientation also signified a shift away from the focus on large-scale reform towards small-scale local action. CDCs began to see the potentials of individual, smaller actions to be cumulative with the potential to trigger larger-scale change.

While the CDCs were founded on architectural expertise in close collaboration with local communities, a more direct form of citizen participation in shaping urban environments emerged in the following decades. In the absence of clear property ownership in East Berlin after the fall of the wall, citizens initiated interim use of underused urban sites and buildings. In this emerging bottom-up urbanism, participation took the form of opportunistic spatial interventions without the involvement of architects. In the resulting projects, these spontaneous architectures became a tool to moderate between top-down planning knowledge and everyday practice (Heyden and Fetzer, 2004). Many of these projects began as informal interventions, but were often institutionalized over time. In most cases, architects and planners were not involved in the ensuing negotiations with city agencies and property owners to determine the duration and future of these bottom-up interventions. Yet in 2004, the Berlin Senate commissioned a study of vacant areas in the city that had been the subject of interim use through citizen initiative (Overmeyer, 2007), acknowledging—and ultimately formalizing—that bottom-up temporary as a targeted and integral part of long-term urban revitalization. If participation is a direct reflection of the political circumstances and context of power relationships (Heyden and Fetzer, 2004), the bottom-up projects of the past two decades are evidence of an increase in community-driven and community-controlled urban space, and of the growing acceptance and incorporation of direct citizen action in the production of urban space. This type of process can be described as informal, critical or conflictual participation - as a form of pro-active citizenship in which citizens bypass expert disciplines and power structures in order to spark political discussion and catalyze change by self-identifying and seizing opportunities for intervention (Miessen, 2010).

A number of projects that emerged from this form of participation began through citizen-initiated interim use that later developed into non-profit organizations or independent institutions whose presence activated and transformed the neighborhood context around them, ultimately with the approval of the respective municipality. The postindustrial area of Revaler Viereck in Berlin, relinquished by the German railway operator Deutsche Bahn AG in 1994, is an example of the way informal processes have gained a foothold in long-term planning. Following initial informal uses of the site as a nightclub, local citizens founded the non-profit organization RAW-Tempel e.V. in 1998 in order to gain permanent legal access to the Revaler Viereck site for various neighborhood uses. When the property owner decided to develop the site, the RAW-Tempel submitted a citizen-developed proposal that included an “interim use catalog”. The local government subsequently used this submission in their development of the land-use plan, and as part of the architectural competition brief issued for the site. Following an initial meeting between the developer and RAW-Tempel members, the municipality also implemented a communication forum for regular exchange with neighborhood citizens as a planning instrument. The Revaler Viereck, while still not developed, can be seen as an incidence in which the local municipality embraced ongoing citizen participation as part of long-term development — demonstrating an openness towards unplanned and changing uses that reflect local citizens’ needs (Rostalski, 2007). It is one case study in which initially informal and radical participation led to a mutually beneficial dialogic process between citizens and municipal planning departments. Ultimately, the positive impact of projects like Revaler Viereck contributed to a rise of municipal interest in phased developments in which temporary use scenarios play an active and catalyzing role.

Many of today’s larger urban developments, including the planning and implementation of public urban space, occupy timeframes that continuously change as the process evolves. Plans are met with opposition by various parties, environmental reviews reveal site contamination, or historical resources that require assessment are uncovered in the process. Traditional planning’s focus on the end result leads to long periods in which the respective development sites lie fallow. In this context, a new discourse has developed around a more evolutionary planning process (Marshall, 2009) and interim use through active

citizen participation as an integral part of the process (Overmeyer, 2007). Pioneering projects like the Dynamic Masterplan for Berlin Tempelhof incentivized local community initiatives and encouraged entrepreneurial action through the so-called Pioneer Fields, in which different interventions initiated by citizens were tested over the course of three years with the intent to draw lessons for the longer-term development of the site. This allowed community members to contribute their expertise on the resources and needs of the neighborhood to the evolution of the larger project. Rather than building on initial informal citizen initiative as in the case of Revaler Viereck, the Tempelhof Dynamic Masterplan actively solicits such initiative as part of the planning process.

Urban Commons as Participatory Projects

Many of the projects that took their beginnings in citizen-initiated appropriation and interim use have been considered a form of urban commons. Commons, by nature, require active participation. They take the form of urban gardens and parks, improvised playgrounds, and small-scale agriculture. Commons are, in equal measure, a spatial resource that is initiated, shared, and maintained by a self-defined group of citizens (Harvey, 2012), and a process that builds local relationships and establishes mechanisms for use, maintenance, and basic conflict resolution (Ostrom, 1990; Linebaugh, 2014). The resulting spaces are collaboratively implemented in response to shared needs and desires, and self-managed by their users. Rather than being the outcome of long-term visions and planning or design expertise, these projects are often also characterized by open-source peer production (Bradley, 2015). The initial instructions for appropriating or ‘hacking’ urban space may come from architects, as in the case of the Rebar Group’s open sources instructions for Park(ing) Day, a process of temporarily taking over city parking spaces and turning them into public parks for one day (Bradley, 2015; Rebar Group, 2009). Park(ing) Day exemplifies a situation in which architects help identify and leverage public spatial resources towards new types of collective urban spaces, yet citizens take initiative and action for each individual project themselves. Projects of this kind serve as examples of how architects become ‘agents of progressive politics’ through their collaboration with citizens, rather

than through their status as individual authors of buildings (Schneider and Till, 2009). Following the success and popularity of such projects, there are now also examples in which municipal governments develop programs that incentivize citizen appropriation and management of city space as urban commons. Park(ing) Day evolved into the San Francisco Planning Department’s Parklet Program, a program that incentivizes citizens to create a more permanent public park in the footprint of former parking spaces adjacent to their residence or business. Similarly, San Francisco’s Living Alleys Program incentivizes citizens to develop their local alleyway into a neighborhood commons.

As part of these new hybrid models for the creation of urban commons, this paper reviews two specific urban commons projects - one in Madrid and one in Berlin - as case studies for a process that highlights a facet of the potential role architects can take on in the participatory process of citizen-led commons production. The two case studies have in common a collaboration between a specific community, non-profit organizations, and an architect/artist collective that initially provided help with identifying and leveraging an underused urban space and still consults the community. Both projects have arrangements with the respective municipalities and property owners of the territories they occupy. The respective property owners are aware of, and have agreed to the use of land, either through formal agreement (Berlin), or verbal agreement (Madrid). Finally, each project aim to operate both as recreational spatial resources, and informal outdoor cultural spaces for exchange and learning. Yet, over the course of their existence, both urban commons projects have struggled with the complexity of their economic needs and socio-cultural aspirations vis-a-vis the spatial conditions they occupy. The process outlined below describes how architects and designers take on the role of ‘participant’ in these ongoing urban commons projects — joining the projects for a brief and catalyzing moment in their evolution.

The Architect as Participant: Two Case Studies

An specific aspect of these urban commons projects’ evolution was taken on by an interdisciplinary team of architecture and design students in the framework of a summer intensive design course under the leadership of the author and a

colleague, both professors at a California-based art and design college. This team of ‘experts’ was brought in as momentary participants in the long-term evolution of the commons. The following paragraphs detail the premise of the intervention, the individual circumstances of these two projects, as well as the nature of what was developed by the team of architects and designers as a catalyst for the next steps of the commons project.

To capture the complexity of factors inherent in urban commons, both case study interventions were based on the premise that the long-term evolution of a commons project needs more than a physical intervention in a space. As a guiding framework for the team of architects and designers, the two projects used the term ‘hardware’ to describe the physical parameters involved, and augmented this consideration of the physical realm with the terms ‘software’, ‘orgware’, and ‘brandware’. The term ‘software’ has been used to describe Henri Lefebvre’s observation that space is produced not as a physical construct, but collectively through processes of social interaction and local rhythms of use (Dijkstra *et al.*, 1995). In the context of the commons projects, the term ‘software’ was employed to capture considerations of use and activation of space. ‘Orgware’ (organization-ware) as the third parameter describes the organizational intelligence, rules, and structures that allow any plan to be realized (Dijkstra *et al.*, 1995). In the case study projects, this term was used to describe mechanisms that help connect stakeholders, structure interactions and financial resources, and distribute responsibilities. The final parameter, ‘brandware’, has been used to describe issues of the public perception of a space, and the manipulation of this perception through marketing that brings information to a target audience (El Khaffif, 2009). For the commons projects, this term was used to consider factors

of knowledge and lived experience within a community, as well as ways in which the commons represent themselves to a broader public.

The parameters of ‘hardware’, ‘software’, ‘orgware’, and ‘brandware’ were understood as co-dependent and interlinked. While architects are conventionally involved in the development of physical spaces and their use, the parameters of ‘orgware’ and ‘brandware’ expand the conventional toolkit of architects. Yet, in the context of working with a community on an urban commons project, these case studies revealed that architects need to be involved in all of the parameters, in order to develop strong connections between them (Steinmuller, 2016).

Urban Activators in Madrid

The predominantly immigrant neighborhood of San Cristóbal on the outskirts of Madrid has been lacking in public space as an infrastructure for events, outdoor play, and space for youth activities. Basurama, a Madrid-based artist collective has been working as part of the community of San Cristóbal in the framework of their so-called Autobarrios (Self-Made Neighborhoods) project. Autobarrios uses the collective production of an urban condition or space as a tool for empowering the community. As part of this effort (and the ‘orgware’ for the space), Basurama connected the community to local resources and has assisted in building a network of economic and professional support. Initially, Basurama provided help in identifying a well-shaded site to be turned into an urban commons initiative. The urban commons site, now known as Puente de Colores (Image 1), is a large open space under a freeway overpass, divided by a street with frequent car traffic. The goal for the space is to become an outdoor cultural center for the community and a larger public, while serving informal local activities on a daily basis. When the California-based student team arrived, the site contained three sets of wooden platforms for seating that had been installed at an earlier date. Yet, the space was not used on a daily basis and its furnishings were falling into disrepair. Trash had accumulated.

The task for the summer course was the development and construction of a setting for an upcoming TEDx Madrid Salon event to be held at the commons, including a screen for projection, and a stage set. At the same time, the student team was asked to provide assistance with the longer-term needs of the community, namely



Image 1 – The San Cristóbal site in its original state (left), and in 2015 before the studio’s intervention (right)

Source: Basurama (left), Lujac Desautel (right)

providing infrastructure for small-scale learning environments and other activation of the space for everyday informal use. Respecting the urban commons project as citizen-led and evolutionary in nature, the summer course understood its task as a catalytic intervention that should support and trigger next steps in the use of the space, but also remain adaptable to new ideas.

The course that traveled from California to Madrid was set up as a cross-disciplinary collaboration between architecture students in their final years of a BArch or MArch program, and Design MBA as well as Sculpture students with interest in public space and community engagement. Local collaborators in Madrid included members of the community through Casa San Cristóbal (the local neighborhood organization and cultural center), Fundación Montemadrid (a center for culture and social exchange), and members of Basurama. Teamlabs (an educational company that generates platforms for social entrepreneurship) provided additional assistance with community outreach.

To facilitate the development of the ‘hardware’ in dialog with local citizens, tensile membrane structures were proposed as a construction method that can deal with short time frames for construction, financial constraints, and easy assembly and disassembly. Prior to traveling to Madrid, the instructors held a workshop in order to explore and document a range of options and possible directions for working with this construction method. The results of this workshop were sent to the community, providing a three-week feedback period before the student team arrived in San Cristóbal. This allowed for fast and productive discussions with the community upon arrival, and jump-started the collective decisions on a design direction to take. The students then formed three interdisciplinary teams, each of which worked at the intersection of two of the four parameters (‘hardware’, ‘software’, ‘orgware’, and ‘brandware’) that served as a way of addressing the complexity and longer-term requirements of a commons project. Working across more than one of the terms was a crucial tool in order to realize and develop the interdependence of the parameters in the development of the intervention.

Team 1 worked at the intersection of ‘hardware’ and ‘software’, developing four deployable and flexible interventions that could provide the setting for both the required long-term and short-term activities on the site. Since a fixed installation of the constructs was not an option for the community, the design focused on

easy set-up, flexible connections, and compact storage when the constructs were not in use (Image 3). The second team tackled ‘software’ and ‘orgware’, focusing on information gathering around additional uses for the site (defining additional requirements for the first team), and on finding and connecting local organizations with the site. This was done through interactive posters, interviews, and a questionnaire about activities and desires for the space under the bridge (Image 2, left). A permanent message board was also installed on site to support future exchange about the evolution of the site (Image 2, right). The third team used its focus on ‘orgware’ and ‘brandware’ to analyze the perception of the Puente de Colores space both inside the community of San Cristóbal, and in the broader public. Their research gathered and connected the information on the urban commons available in social media, news and blogs. The team organized a more centralized presence of the site through a logo and a Wikipedia page that linked the information scattered elsewhere. It also worked on communicating the developments on the site to locals and invited members of the community to participate in the ongoing activity.

Ultimately, kids from the community summer camp and local youth assisted in producing temporary signage to the space, and were taught new skills as they helped with construction of the tensile membrane interventions in the space.



Image 2 – Community input through poster and final message board

Source: Photos by author



Image 3 – Final physical constructs

Source: Photos by author

The resulting hardware for the space formed a successful infrastructure for the TEDx event (Image 3, left) as a stage backdrop with multiple spaces (Image 3, center), a projection screen and way-finding ‘shells’ as entrance to the seating space (Image 3, right). The physical constructs could be set up in 10 minutes, and a set of easy-to-follow image-based instructions were left with the community for future use (Image 4). The four different components lend themselves as settings for photography classes, children’s reading groups, movie screenings, and small-scale learning environments on the site. The student teams also produced a document that outlined potential synergies in collaborating with additional local organizations, candidates for sponsorship, and suggestions for different set-ups of the physical constructs on the site for a variety of formal and informal uses. The bilingual Wikipedia page went live, and the story of the urban common and its TEDx event was picked up by a variety of online and print media, contributing to shaping awareness of the space in a broader public.

Mechanism for the Production of Collective Space in Berlin:

The Berlin neighborhood of Neukoelln has been shaped by the culture of Turkish immigrants who

migrated to the city in the 1960s. Most recently, a large influx of refugees has arrived in the city from African and Middle Eastern countries, with the adjacent old Tempelhof Airport serving as temporary housing. The larger neighborhood is home to a number of organizations that support the refugees in finding housing and jobs, but many are faced with long waiting periods until their status becomes clear. The artist/architect collective Raumlabor together with a local educational non-profit organization assisted a group of recent refugees in this state of limbo in finding and developing a collective space in the neighborhood that serves as a daily destination and gathering space for refugees, many of whom are eager to fill their time productively. Known as Die Gaertneri (the gardening space), this commons space is located on the grounds of a former cemetery and stone mason workshop under the runway lights in the approach to the old Tempelhof Airport (Image 5). The urban commons took the shape of a community garden and refugee school, offering gardening instruction as well as language lessons and training for navigating the German bureaucracy. The space is also intended to host regular events that facilitate casual encounters between refugees and people in the larger neighborhood. The site of the project currently contains a partially planted garden divided by a wooden walkway that is too high off the ground to easily cross (Image 5, right), and a kitchen, workshop, and seminar space in the old stone mason building. Both garden and building are hidden from the surrounding streets by a tall wall and other one-story structures. At the time the California team arrived, the project was supported by a government grant, but this funding was about to run out.

The task for the student team was to address the lack of connections with the surrounding neighborhood that affected both the physical spaces inside the commons territory, and the ability of this community to better connect socially with people in the area. Another request was to consider the uncertain financial future of the space. As in the project in Madrid, the challenge was to conceive of a small and immediate intervention that could have a catalytic effect on the next steps in the life of the commons. To address the needs of the project comprehensively, the student team for this summer course was also set up as a cross-disciplinary collaboration between architecture students, Design MBA students, and students from the Interior and Product Design programs. Local collaborators in Berlin included members of the refugee commu-

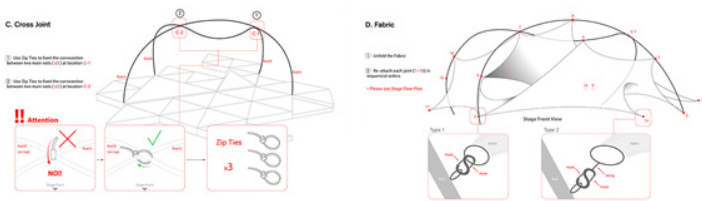


Image 4 – Excerpts from the assembly instructions
Source: Drawings by Jonathan Weichung Joong

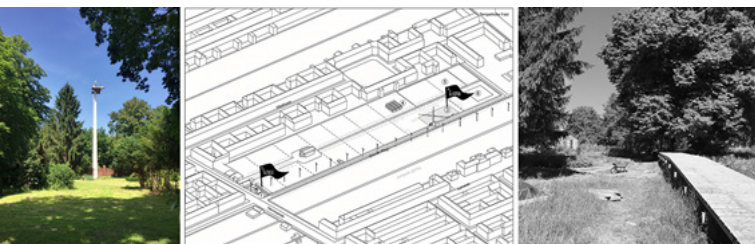


Image 5 – Die Gaertneri garden site
Source: Drawings by Jonathan Weichung Joong

nity, the artist/architect collective Raumlabor, and members of the education non-profit Schleissche 27.

In dialog with members of the community, the team developed physical interventions for the garden space, a mobile piece of architecture to better connect with the neighborhood, and a strategy for generating income through small-scale sale of garden products. As in the other case study project, students worked in three cross-disciplinary teams that focused their work on the intersection of two of the terms 'hardware', 'software', 'orgware', and 'brandware'. Team 1 (hardware/software) focused on the internal disconnect within the garden itself and developed a set of platforms that allowed easy crossing of the existing walkway as well as a place to gather in the shade (Image 6). The platforms facilitate use of the garden, and foster exchange and interaction among those working there. Team 2 (software/orgware) focused on the connections with the neighborhood, imagining ways in which cultural exchange could happen informally while also increasing the visibility of the Gaertneri space through activities outside its physical boundaries. The result was a mobile kiosk that provided a place to serve mint tea (grown in the garden), sell products of the garden, and hold small gatherings around recipes and different food cultures that foster dialog between refugees and local residents (Image 7). As a kind of 'instant urban space', the kiosk could be wheeled to the adjacent Tempelhof Airfield and places in the neighborhood, and otherwise attract attention as part of the front yard of the stone mason building. The third group (orgware/brandware) developed a business model for the financial sustainability of the commons, based on the kiosk and a set of products from the garden. Together with the assessment of the goals and strategic methods for the survival of the commons, the team developed a logo and simple packaging for honey, mint, and tea (Image 8). Together, these interventions became the ingredients for future events and actions without anticipating a specific final result.

Conclusion: The Architect's Participation and an Expanded Field of Expertise

Traditional planning processes for urban projects have been controlled by property owners and municipalities in dialog with architects and designers. Citizen participation was implemented



Image 6 – Platforms in the garden

Source: Photos by author



Image 7 – Mobile kiosk - concept and final form

Source: Photos by Raumlabor, digital model by Jigao Wu



Image 8 – Business plan excerpt and products

Source: Collaborative student work

in the form of intermittent meetings, designed to disseminate information about the project, and to gather feedback. In the best scenarios, this citizen feedback would then inform subsequent decisions in the planning and implementation of the project. Urban commons are by their very nature participatory processes. They are initiated, controlled, and managed by citizen groups based on local needs and resources. Commons models in recent years have pioneered a process in which architects, and sometimes municipalities, aid communities in identifying spatial resources and in navigating the initial process of space appropriation. The case studies in this research identify an additional role for architects in urban commons projects - one that can be described as an inversion of the traditional participatory process. Rather than controlling the design and implementation of a final outcome, architects and designers become themselves intermittent participants of the evolution of the commons,

providing input to the community based on their specific disciplinary knowledge. The community itself guides the longer-term process as ‘citizen-experts’ of the commons.

This role in urban commons projects brings with it an extension of architectural expertise beyond the common definition of the discipline. First, any intervention in commons projects needs to be seen as catalytic in nature. It has to be seen as a device rather than a finite object in order to operate as a kind of source code for the community to use and adapt to their evolving needs. This entails considerations of flexibility and adaptability over time, as well as inherent possibilities for different scenarios and events in time. The integration of multiple use conditions (software), changing constellations and interactions of local actors (orgware), and the implications for the perception of the commons (brandware) have to become integral elements to the design input if it is to have a productive impact on the commons over time. As such, these areas of consideration mandate an expansion of the traditional expertise of architects, and impose new tasks on architecture education. Furthermore, the results from the work in these case studies point to the need to work collaboratively across disciplines. The ‘site’ for design in commons projects is no longer limited to physical conditions, but includes input on an evolving process in which architects participate as facilitators, contributing interconnected spatial, social, and economic considerations. The multi-disciplinary team work in the case studies provided a highly productive platform for learning and exchange, and for the integration of different disciplinary expertise across the parameters addressed by the respective design interventions. The type of project-based, collaborative learning in real-life situations has been successful as an educational tool to help architecture students leverage their disciplinary agency productively while learning from collaborators with different expertise — modeling an attitude of creative initiative and resourcefulness for their future professional life.

As the two commons projects in Madrid and Berlin continue to evolve, additional research is needed to assess the productivity of this ‘intermittent participation’ of architects over time. Issues like the degree of exchange with the local community, the duration of the collaboration between the team of designers and local citizens, and the need for support during the use of the outcomes of the interventions are critical factors in the success of short-term catalytic interventions by architects. In the two case studies de-

scribed in this paper, the time frame and scope of the collaboration was framed by the academic constraints of a summer travel studio. An ideal duration and framework for such collaborations would need to be studied in a context unconstrained by the academic calendar. In addition, longer-term studies will be needed to document and assess the success catalytic interventions over time. At the point of writing this article, the interventions in Madrid and Berlin continue to benefit the activities of the commons, catalyzing both known and unanticipated events under the bridge in Madrid, and in the streets surrounding the garden in Berlin-Neukoelln.

Bibliography

- Arnstein, S. (1969), “A Ladder of Citizen Participation”, *Journal of the American Institute of Planners*, 35 (4), pp. 216-224.
- Bertolino, N. and Delsante, I. (2017), “Urban Spaces’ Commoning and its Impact on Planning: A Case Study of the Former Slaughterhouse Exchange Building in Milan”, *Der öffentliche Sektor - The Public Sector*, 43 (1), pp. 45-56.
- Bradley, K. (2015), “Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons”, *Footprint*, 9 (1), pp. 91-107.
- Cozzolino, S. (2015), “Insights and reflections on Jane Jacobs’ legacy: Toward a Jacobsian theory of the city”, *Territorio*, 72, pp. 151-158
- Comerio, M. (1984), “Community Design: Idealism and Entrepreneurship”, *Journal of Architectural and Planning Research*, pp. 227-243.
- Davidoff, P. (1965), “Advocacy and Pluralism in Planning”, *Journal of the American Institute of Planners*, 31(4), pp. 331-338.
- Dijkstra, R., Provoost, M., Vanstiphout, W. (1995), “30,000 Houses near Utrecht”, *Archis* 8, pp. 70-80.
- El Khafif, M. (2009), *Inszenierter Urbanismus: Stadtraum für Kunst, Kultur und Konsum im Zeitalter der Erlebnisgesellschaft*, Saarbrücken: VDM.
- Gandelsonas, M., Segal, R., Verbakel, E. (eds.) (2012), *In Search of the Public: Notes on the Contemporary American City*, Princeton: Center for Architecture Urbanism+ Infrastructure.
- Glass, J. (1979), “Citizen Participation in Planning: The Relationship Between Objectives and Techniques”, *Journal of the American Planning Association*, 45 (2), pp. 180-189.
- Habraken, J. (1972), *Supports: An Alternative to Mass Housing*, London: Architectural Press.
- Harvey, D. (2012), *Rebel Cities: From the Ri-*

ght to the City to the Urban Revolution, New York: Verso.

- Heyden, M. and Fetzer, J. (2004), *Hier Entsteht - Strategien Partizipativer Architektur und Räumlicher Aneignung*, Berlin: Metrozone B_books.

- Heyden, M. (2008), "Community Design: Involvement and Architecture in the US since 1963", *An Architektur*, pp. 19-21.

- Lefebvre, H. (1996), "The Right to the City, Writings on Cities", *Oxford: Blackwell*, 63 (2), pp. 63-181.

- Linebaugh, P. (2014), *Stop Thief!: The Commons, Enclosures, and Resistance*, Oakland: PM Press.

- Marshall, S. (2009), *Cities, Design and Evolution*, London/New York: Routledge.

- McGuirk, J. (2015), "Urban Commons Have Radical Potential", *The Guardian*, accessed Sept. 22, 2015, <http://www.theguardian.com/cities/2015/jun/15/urban-common-radical-community-gardens>.

- Miessen, M. and Basar, S. (eds.) (2006), *Did Someone Say Participate: An Atlas of Spatial Practice*, Boston: MIT Press.

- Miessen, M. (2010), *The Nightmare of Participation*, Berlin: Sternberg Press.

- Ostrom, E. (1990), *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*, Cambridge: Cambridge University Press.

- Overmeyer, K. (2007), *Urban pioneers. Temporary Use and Urban Development in Berlin*, Berlin: Jovis.

- Rebar Group. (2009), *Park(ing) Day Manual*, https://www.asla.org/uploadedFiles/CMS/Events/Parking_Day_Manual_Consecutive.pdf.

- Rostalski, M. (2007), *Informelle Prozesse der Beteiligung bei der Stadtentwicklung: Die Genese der Zwischennutzung*, University of Weimar.

- Rudofsky, B. (1964), *Architecture Without Architects: A Short Introduction to Non-Pedigreed Architecture*, Albuquerque: UNM Press.

- Sanoff, H. (2000), *Community Participation Methods in Design and Planning*, New York: John Wiley & Sons.

- Schneider, T. and Till, J. (2009), "Beyond Discourse: Notes on Spatial Agency", *Footprint* 4, pp. 97-111.

- Smith, R. (1973), "A Theoretical Basis for Participatory Planning", *Policy Sciences*, 4 (3), pp. 275-295.

- Steinmuller, A. (2016), *The Act(ivat)or's Toolbox: Expanded Roles, Actions, and Parameters in the Production of the Urban Commons, Shaping New Knowledges*, Seattle: Proceedings of the 104th ACSA National Conference.

The association of urban planners in Turkey in neo-liberal era: The example of Ankara

Sinem Atay^a

Resumo

O objetivo desta pesquisa é evidenciar a importância da Associação de Urbanistas na Turquia, com ênfase especial em Ancara. Uma vez que não lhe é permitido que faça parte da governança enquanto parte interessada por administradores e investidores locais, esta Associação desempenha um papel importante para proteger o termo lefebvriano "direito à cidade". Embora as políticas urbanas neoliberais afetem negativamente os moradores das cidades, estes são altamente dependentes das Associações para lutar contra tais políticas. O papel destas é ainda mais proeminente quando falta uma oposição organizada na sociedade e uma consciência pública, como acontece na Turquia. A Associação tenta enfrentar os impactos negativos das políticas urbanas que são determinadas e implementadas pelos atuais administradores municipais, acionistas e empreiteiros em Ancara. Neste sentido, procura-se encontrar uma maneira de participar no processo de urbanização. Na maioria dos casos, tal envolve procedimentos negativos, como a crítica às políticas e a participação em ações judiciais. Apesar de seus esforços, não é muito fácil atingir estes objetivos sem a participação ativa dos cidadãos e sem um contexto conveniente para o fazer. A pesquisa sobre a Associação dos urbanistas e a entrevista realizada com o diretor da delegação de Ancara desta Associação sustenta o argumento apresentado acima.

Palavras-Chave

Direito à Cidade, Governança, Associação de Urbanistas, Ancara

Abstract

The aim of this research is to put forth the importance of the Association of Urban Planners in Turkey with special emphasis to Ankara. Not allowed to be a part of governance as stakeholders by local administrators and investors, they play an important role for protecting the Lefebvrian term 'the right to the city'. Although neoliberal urban policies negatively affect city dwellers, they are highly dependent on the Associations to fight against them. Their role is more prominent when there is a lack of organized opposition in the society and public consciousness as in Turkey.

The Association tries to put an end to the negative impacts of urban policies determined and implemented by current municipality administrators, shareholders and building contractors in Ankara. They try to do their best to find a way to take part in urbanisation process. Most of the cases, they involve in a negative proceedings by criticizing policies and bringing lawsuits. In spite of their efforts, it is not too easy to achieve the goals without active participation of citizens and convenient environment to do so. The research on the Association of Urban Planners and the interview conducted with the Director of the Ankara branch of this Association support the argument stated above.

Keywords

The right to the city, Governance, The Association of Urban Planners, Ankara

Introduction

Neoliberal urban policies contain not only spatial but also social dimension. This makes necessary all parts in the society participate in policy making process for defending the right to the

city, the term which is highly related to governance understanding. According to this understanding, decisions about city should be made in a participatory manner and different parties living in the city should take part in the process.

Although since 1990s governance in adminis-

^a Graduating from the department of Political Science and Public Administration at Middle East Technical University and finishing Masters of Art at the department of Public Policy at Sabancı University, the author is currently enrolled to Doctoral Program at the department of Political Science and Public Administration (Urbanization and Environmental Sciences) at Ankara University where she is also working as a research assistant. Research Assistant at Ankara University. Email: sinematay@sabanciuniv.edu

tration has gained importance and has been accepted by many, it has not been really actualized in every country. Turkey with the lack of democratic institutions in real terms, pass through a painful process of neoliberalism. While cities are shaped in accordance with the interests of capitalists, the needs of the real users of the city are neglected. In order to make decisions in favor of city dwellers who are not regarded in the process, there is a need for politicized organizations. In Turkey, the struggle for the right to the city is highly dependent on the Associations, since they are the most powerful opposition to the neoliberal urban policies for protecting the right of the city dwellers.

The argument of this study is that the Association of Urban Planners plays an important role against neoliberal policies, especially, through negative participation, since the society as a whole is not encouraged to take part in policy making process in Turkey. They try to protect the right to the city of the majority by bringing lawsuits against urban plans, fighting in the fields and organizing academic, scientific meetings and competitions for creating liveable urban space and a healthy society. However, it is necessary to admit that these efforts are condemned to be ineffective without the support of city dwellers. In fact, this is the reason for all these efforts made by the Association being ineffective in the presence of local administrators and investors.

In order to show what kind of a role is played by the Associations, it is necessary to mention the status of the Association of Urban Planners in Turkey. After giving this information, examples of the struggle given by the Association of the Urban Planners are referred. For that purpose, newspapers and lawsuits were searched for. Moreover, an interview was conducted with the Director of the Association of Urban Planners Ankara section. Another attempt of the current study is to touch upon what kind of difficulties the Association of Urban Planners faces. It is obvious that the findings of the study support the central argument stated above, as expected.

City under neoliberal era and the right to the city

Since 1970s, neoliberal view and capitalism have been determining urban policies. Urban space is shaped and reshaped in order to fulfill the needs of capitalism. The reason for that is “a general consensus emerging throughout the advanced capitalist world that positive benefits are to be

had by cities taking an entrepreneurial stance to economic development” (Harvey, 2007, p. 347). As a result, cities became the victims of unbreakable capitalist development for converting the capital into investment. Under the light of these developments, one can claim that construction sector, especially restaurants, shopping malls, international fairgrounds and large infrastructure projects such as dams and highways are all the mediators for the absorption of surplus (Vives Miró, 2011).

While the role played by cities has changed immensely, it has been criticized by some scholars. Although they have differences in their approach towards urban issues, critical urban theorists such as Lefebvre, Harvey and Castells have the common understanding that cities are no more than operating as strategic sites where commodification processes take place, since cities, themselves, turned into commodities (Brenner and Marcuse, 2012).

By admitting capitalism’s dependence on space, Lefebvre (1991) claims each mode of production produces its own space, and capitalism does the same for a capitalist surplus. This type of production of urban space is an important tool for reproduction of capitalist social relations. While urban space, itself, has become a production that serves for the interest of capital, thanks to this exploration of urban space, capitalism ensures its continuity.

This process continues with the changes in relations between local and national governments. As a result of the prevalence of neoliberal order, states have lost their domination over urbanization, environment, culture, history and architectural values (Keleş, 2013). With the effect of globalization ideals and international cooperation rules, cities have been assigned important roles. These roles are planned to be played by local actors, with the effect of changing understanding in city ruling which is named as governance.

Under the governance understanding, decisions should be made with the participation of local governments, capitalists and other stakeholders. Nevertheless, in reality, it “has often been the prerogative of the local Chamber of Commerce, some cabal of local financiers, industrialists and merchants, or some ‘round table’ of business leaders and real-estate and property developers.” (Harvey, 2007, p. 351). Local governments also play crucial role by being responsible to create infrastructure for production, circulation, exchange and consumption relations (Şengül, 2001). Neil Brenner and his colleagues support this idea as well by asserting [in a neoliberal era] state and ur-

ban planning play critical role in the transformation of urban space (Brenner and Marcuse, 2012).

However, the problem is that such kind of an association cannot respond the needs of city dwellers. In contrast, it intensifies injustices in the city. It is necessary that this association should be broken, and this can be only realized through struggles giving in an organized manner (Şengül, 2008). Moreover, in order for an urban strategy to be effective, it should stand for political power. This strategy cannot take an action on its own without it (Şengül, 2001).

At this point, a highly important role falls to urbanists in order to organize and politicize the struggle. Lefebvre (2016) declares that urbanists are “space doctors” and they should know to distinguish healthy spaces from unhealthy ones. Their function is to grant qualifications associated to healthy spaces to the urban space.

At this point, one can ask how urbanists can touch the issue and what kind of contributions can be made by these ‘space doctors’. The most prominent contribution of urban planners is their struggle for the benefit of city dwellers who favor the use value of urban land. They demand liveable and qualified spaces that are far from exchange value and profit making. By fighting against capitalist understanding of the city and making policies accordingly, urbanists can protect the city dwellers’ right to the city.

Lefebvre (1995, p. 34) explains the right to the city as the following:

“The right to the city, complemented by the right to difference and the right to information, should modify, concretize and make more practical the rights of the citizen as an urban citizen and user of multiple services. It would affirm, on the one hand, the right of users to make known their ideas on the space and time of their activities in the urban area; it would also cover the right to use of the center, a privileged place, instead of being dispersed and stuck in ghettos.”

Right to the city, in a sense, is the design of the city according to the desires and needs of the city dwellers. This shows the importance of urbanists once again because this right to the city necessitates the collective action and politicization. Nevertheless, society itself seems to be far from collectivity and those who can bring them together to fight are the urbanists.

The struggle of the urban planners

Turkey has started to feel the immense effects of neoliberalism in various fields. Especially in local administration, there was a shift from social municipality approach to merchant municipality understanding¹. This shift has influenced the boundaries of right to the city. David Harvey (2012) argues the boundaries of right to the city is too narrowly confined in today’s world and city is shaped by very few political and economic elites in line with their own interest. An alliance is easily forged by bankers, developers and construction companies, the true beneficiaries of the state subsidiaries are again these people.

Despite his opinion of the right to the city should rise up from streets, instead of being arisen out of intellectual fascinations (Harvey, 2012), in countries such as Turkey where citizens do not actively participate in decision making, organized structures can and should play a critical role to protect the right to the city.

According to Akkoyunlu Ertan (2014), in Turkey, the future of the city is up to those who hold power in their hands, while the city dwellers as the real owners of the city are neglected in decision making. The idea also is supported by Kuban who refers to the concept of ‘planning real’. Invented in the United Kingdom, this term reflects the democratic structure of the society requires active participation of people in the planning process. Turkey cannot realize it due to its undemocratic administrative tradition since Ottoman Empire (Kuban, 2011).

Considering the lack of city dwellers who are politically active and organized, this gap is tried to be filled by the Association of Architects and the Association of Urban Planners. Nevertheless, most of the time, they cannot find the opportunity to raise their voice in the planning process and cities are not shaped according to their design. Although the most important responsibility of architects and urban planners is not to be used as a tool for unscientific and speculative programmes (Kuban and İncedayı, 2006), there are many professionals who act oppositely. Power holders support these professionals, since they are not against to implement the power holders’ plans (Kuban and İncedayı, 2006). Hence, an important contribution of urbanists against neo-liberal urbanism does not occur as an active participation. On the contrary, they are taking part in the processes through negative participation by filing a claim and declaring counter-view.

Association of Urban Planners in Turkey is a professional organization with public institution

status and they have public legal personality according to the Constitution. They are different from civil society organizations, since they are not out of administration. In fact, these organizations are regarded as a part of administration by being assigned two duties: monitoring public institutions on behalf of public and regulating the relations among colleagues.

In order to understand how Associations approach towards urbanization practices in Turkey, especially in Ankara, it is important to give information about recent urbanization process there. Despite the attempts and investments in order for converting İstanbul into the most favorite city, Ankara protects its own importance as the capital. However, for 10-20 years, there have been attacks to it by undercutting the values that make Ankara prominent. On the one hand Ankara has undergone the same urbanization process with other cities in Turkey. On the other hand, it is losing its prominence and the ideological dimension as the capital of the Republic.

What is seen in today's Ankara is the immense impacts of the construction-based economy as any other cities. There are many luxurious buildings and consumption centers in various parts of the city. In addition, there are different types of interventions. Most notable one is related to Atatürk Forest Farm. On the farm, there is a thematic park, Ankapark, under construction. By spreading approximately 1.200.000m², it will be one of the biggest thematic parks in the World. It is located on Atatürk Forest Farm which dates back to 1920s with its founding philosophy to create cultivated and recreation area as stated in its establishment law. According to the law, on this area, there cannot be any structure with commercial or industrial purposes.

Ankara Metropolitan Municipality prepared a Conservation Development Plan and Implementation Plan for building that park on this area and that was brought to trial by the Association of Urban Planners and the Association of Architects. Court consulted for an expert opinion and experts submitted a report to the court. According to the report, this area should be a cultivated one and, in the plans, this qualification should have taken into consideration. In other words, experts claim that the plan constituting a base for Ankapark is illegal. Associations declare Ankapark Project aims at creating a profit-oriented area which neglects public interest and it cannot fulfil citizens' needs for green, natural and liveable places. It was also contradictory with original will of its creators to establish a forest-farm. Their assertion, in a sense, is support-

ed legally. However, metropolitan municipality does not care about the court decision and tries to find a way to complete the construction.

Nowadays, the new urban agenda is the Metropolitan Municipality's efforts for transformation of Ulus historical city center for displacing small tradesmen in return for building huge trade complex. In press, there has been news about new investments and transformation in Ulus. It is the central part of the city before Turkish Republic and still it has commercial functions. In 2014, Ankara Metropolitan Municipal Council approved Ulus Historical City Center Conservation Development Plan, which allows structuring without any research on this site. The plan also consists decisions that can break the traditional texture.

In 2015, after plan's enforcement, mayor announced that Ulus Bazaar, Anafartalar Bazaar and 100. Yıl Bazaar would be pulled down and a new square that is approximately 30.000 m² would be built. There is no clear information about why this new square is planned to be so huge, while the current one is 2250 m². More importantly, this project was not stated in the plan. The Association resorted to the jurisdiction and upon this objection, Ankara 7th Administrative Court cancelled the Conservation Development Plan. Nevertheless, it is easy to expect Ulus will be transformed under the rules of neoliberal urbanization, despite the efforts of the Associations.

In order to find out how the Associations fight against these interventions and what kind of difficulties they face; an interview was conducted with the Director of Chambers of Urban Planners Ankara section. As claimed by him, like other cities in Turkey, Ankara has become a victim of neoliberal understanding of the city. According to him, despite destructive effects of neoliberal urbanization, city dwellers are not interested in issues about their city. However, it is not fair to blame them because of this, due to two reasons. First, urban interventions happen as a fragmented manner. In order for dwellers raise their voice, the intervention should have been made on the space that they use, and they should be affected negatively. Second, macro politics in Turkey changes every day, so people cannot follow what is happening in their city.

As he adds, in this conjuncture, it is impossible to expect from political parties to participate urban opposition, because they are in the same boat with investors. This implies the fact that, in order to create opposition and politicize the urban issue, we are in need to stand for Professional As-

sociations. However, as the Director told, views of the Association are not taken into consideration by municipality, since request for an opinion and expression of that opinion extends the planning and building processes. Thus, negative participatory methods play more prominent roles.

Associations try to mould public opinion and increase public sensitiveness through popularization. They are somehow successful in that, because they have more opportunities to be visible. The interviewee says personally his main motivation is to influence public opposition. However, this is highly related to public consciousness. Moreover, popularization is not enough, and it is necessary to be localized, because dwellers cannot understand technical issues and chambers should try to inform and organize them. In addition, it is not too easy to have a common sense since local interests can vary in some cases: one person can demand transformation, while other opposes.

Furthermore, they prepare academic meetings and press declarations. What they do in all these cases is exposition that is the very first and really critical step towards achieving right to the city as asserted by Marcuse (2012).

If one searches other methods used by the Associations, applying to the judicial process is the most important one. As interviewee explained, they are highly successful in gaining lawsuits. Nevertheless, most of the time, their attempts go for nothing due to judicial process. As construction process is too fast and judicial process is really slow, destructive and irreversible effects of construction occur, even if Association succeeds in an action. In some cases, even if expert opinion is in favor, court can decide in an opposite way based on political and economic relations.

Conclusion

While protected areas are structured, green areas are destroyed and planlessness is dominated, only an organized power can resist all these interventions. The Association of Urban Planners and the Association of Architects by being in the same line as opposed to neoliberal urbanization process do their own part towards transformation of urban space into healthy one. Nevertheless, architects and urban planners cannot show extraordinary attempt in a society that they live in, despite being the most important organized power, as Kuban (2011) claims.

Considering all these dimensions of the neo-liberal urbanization, city dwellers should be aware of how dangerous current urban devel-

opment is and be active in order to protect their city. Each step towards fulfilling the needs of neoliberalism will pose a threat to them. As the majority, they have the right to city and the right raise our voice to shape it accordingly. Without active participation of city dwellers, all these attempts will be ineffective. For that purpose, it is important to create an environment to encourage public participation.

Bibliography

- Brenner, N. and Marcuse, P. (2012), *Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city*, London: Routledge.
- Ertan, K. (2014), *Kent ve kentli hakları*, Ankara: TODAİE.
- Harvey, D. (1978), "The urban process under capitalism: a framework for analysis", *International Journal of Urban and Regional Research*, 2 (1-3), pp. 101-131.
- Harvey, D. (2007), "From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban governance in late capitalism", *Spaces of capital: towards a critical geography*, Edinburgh: Edinburgh University Press, pp. 345-368.
- Harvey, D. (2012), *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*, London: Verso.
- Keleş, R. (2013), "Kentli hakları üzerine", in Ertan, K. (Ed.), *Yeni Kuşak İnsan Hakları*, Ankara: TODAİE, pp. 58-59.
- Kuban, D. and İncedayı, D. (2006), "İktidarın Kent Politikası Karşısında Mimarlar ve Kent Plancıları", in *Mimarlar Odası'ndan mimarlıkta planlama: planlamada mimarlık için*, Ankara: Yalçın Matbaacılık, pp. 152-153.
- Kuban, D. (2011), "Tematik sunuş", in *Toplum hizmetinde bir mimarlık için kent, kültür ve demokrasi forumu*, İstanbul: Pelin Ofset, pp. 25-34.
- Lefebvre, H. (1995), *Writings on cities*, Oxford: Blackwell.
- Lefebvre, H. (2016), *Şehir hakkı*, (I. Ergüden, Trans.), İstanbul: Sel Yayıncılık.
- Marcuse, P. (2012), "Whose right(s) to what city?", in Brenner, N., Marcuse, P. & Mayer, M. (Eds.). *Cities for people, not for profit: critical urban theory and the right to the city*, London: Routledge, pp. 24-41.
- Şengül, H. (2001), *Kentsel çelişki ve siyaset: kapitalist kentleşme süreçleri üzerine yazılar*, İstanbul: Demokrasi Kitaplığı.
- Şengül, H. (2008), "Kapitalist kentleşme dinamikleri, küreselleşme ve Türkiye kentleri", *Adana Kent Sorunları Sempozyumu*, pp. 281-290.

- Vives Miró, S. (2011), “Producing a “successful city”: neoliberal urbanism and gentrification in the tourist city- the case of Palma (Majorca)”, *Urban Studies Research*, pp. 1-13.

Nota de apresentação do Dossier: Direito à Cidade (1968-2018)

Em Dezembro de 2018, o Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e de Ação Local do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (Gestual/CIAUD-FAUL), organizou o Seminário Direito à Cidade (1968-2018), comemorando o 10º aniversário da sua constituição enquanto grupo e os 50 anos da publicação da obra de referência de Henri Lefebvre - *Le Droit à la Ville*. Este evento foi desenvolvido no quadro do projeto *Africa Habitat, da sustentabilidade do habitat à qualidade do habitar nas margens urbanas de Luanda e Maputo*(IC&DT/FCT-AKDN/333121392/2018), coordenado por Isabel Raposo e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e pela *Aga Khan Development Network*.

A revisitação deste conceito norteador, em pleno contexto neoliberal, teve como objetivo analisar criticamente algumas estratégias, políticas e práticas sócio-espaciais em curso, a partir dos territórios abrangidos pelo projeto *Africa Habitat*, nomeadamente Angola e Moçambique, mas também do Brasil, Portugal e outros países europeus. Para o efeito, o direito à cidade foi primeiramente explorado teoricamente, abordando-se o tema do papel do ensino e da extensão académica na produção de outro(s) espaço(s), a Nova Geração de Políticas de Habitação em Portugal e, por fim, a importância e impactes da (des)marginalização do espaço público.

Os quatro artigos que integram esta publicação espelham esta reflexão em contextos histórico-geográficos diferentes, complementando outras visões sobre o mesmo tema apresentadas no número temático designado por *Políticas urbanas e produção de outros espaços na construção do direito à cidade*, que também co-editámos para a Revista *Finisterra* (LV(114)), publicada em Agosto de 2020.

Adriana Lima, através de uma metodologia hipotético-dedutiva, propõe uma reflexão teórica acerca do direito à cidade no artigo “A globali-

zação do m2: a disputa por um lugar na cidade”. A autora centra a sua reflexão nos diferentes discursos que se articulam à volta da disputa por um lugar na cidade destacando, por um lado, o papel do mercado imobiliário e da indústria turística e, por outro, o dos moradores e dos imigrantes. Analisa-se ainda o papel do Estado nesta disputa, com enfoque no caso de Lisboa (Portugal) e na comunidade brasileira aí residente.

João Martins, no seu artigo “Políticas e práticas de habitação em Marvila: passado, presente e (que?) futuro”, analisa as significativas transformações socioespaciais em curso nesta freguesia de Lisboa (Portugal), decorrentes da reutilização do seu património tangível em geral, desde o período pós-industrial, e dos vazios urbanos em particular. Neste contexto, é dada igualmente atenção ao papel dos cidadãos nestas transformações e abordam-se os conceitos de direito à cidade ‘verde’ e de gentrificação.

Marie Segonne explora o papel dos arquitetos e urbanistas na melhoria e qualificação dos meios urbanos mais desfavorecidos. No artigo “Arquitectos nos bairros autoproduzidos: renovar as práticas nas margens da cidade e à margem da profissão” é feita uma análise crítica e reflexiva de um leque de iniciativas urbanas desencadeadas em três realidades acompanhadas pela autora em França, pensando e refazendo o ato de projetar à luz do direito à cidade, numa perspectiva emancipatória.

Polyana Coelho e Raquel Gonçalves, refletem sobre o direito à cidade a partir da experiência das lutas populares por melhores condições de vida no distrito de António Pereira, em Minas Gerais (Brasil), no artigo “As vozes do lugar na pesquisa de campo: possibilidades de acolhimento e abordagem de narrativas”. Aqui, analisam-se os acontecimentos que versam a ocupação de espaços da cidade, a luta urbana e os momentos de desobediência civil que conduziram à construção da autonomia destes grupos

até então afastados da possibilidade de efetivarem o seu pleno direito à cidade.

Apesar do tempo transcorrido desde a realização do Seminário até esta publicação, consideramos que as reflexões presentes nestes artigos sobre a noção de direito à cidade permanecem relevantes e mais atuais do que nunca, dado o presente contexto de pandemia global.

Sílvia Jorge, Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (CIAUD/FA-UL)

Sílvia Viegas, Bolseira FCT (SFRH/BPD/118022/2016 - FSE/POCH), Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (CES-UC)

Vanessa Melo, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico, Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores (CEEApI-UA)

Joana Lages, Centro de Estudos sobre a Mudança Sócioeconómica e o Território do ISCTE (DINÂMIA-CET- IUL)

Fabiana Pavel, CIAUD/FA-UL e Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, da Faculdade de Letras, Universidade do Porto (CEGOT-UP)

Murad Vaz, CIAUD/FA-UL, Universidade Federal da Fronteira Sul, DALE-UNILA.

A globalização do m2: a disputa por um lugar na cidade

Adriana Lima^a

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo identificar como se articulam os diferentes discursos sobre a cidade e apresenta como hipótese, de um lado, o mercado imobiliário e o turismo reivindicando o melhor aproveitamento do espaço e, de outro, os moradores que vivem e convivem com os diferentes tipos migratórios que disputam o espaço da cidade. No centro, o Estado como mediador em franca tentativa de conciliar as reivindicações de cidadãos e consumidores. O *corpus* da pesquisa é composto por recortes de jornais (impressos e digitais) portugueses sobre o tema a partir de duas datas simbólicas neste período emergente: A Lei de Alojamento (AL) em Lisboa (23/10/2018) e o cancelamento de vistos feito pelo Consulado Português no Brasil (18/10/2018). A lente de análise para este debate é a dos estudos de comunicação e consumo, considerado um terreno fértil para apontar diferentes posições e lugares de fala. Tomamos como orientação os autores Henri Lefebvre, David Harvey e Milton Santos para articular as noções conceptuais sobre capitalismo, globalização e cidade e atualizar o debate sobre o tema.

Palavras-Chave

Comunicação e consumo; Capitalismo; Globalização; Cidade.

Abstract

This paper aims to identify how the different discourses about the city are developed and presents as hypothesis, on the one side, the real estate market and tourism claiming the best use of space and, on the other side, the residents who live and coexist with different migratory types that also compete for city space. In the center, the Government acting as a mediator in attempt to reconcile the demands of citizens and consumers. The *corpus* of the research is carried out by Portuguese printed and digital newspapers clippings about the theme from two symbolic dates in this emerg-ing period: The Housing Act (AL) in Lisbon (23/10/2018) and Visa Cancellation made by the Portuguese Consulate in Brazil (18/10/2018). The lens of analysis for this debate is that of communication and consumption studies, considered fertile ground to point out different positions and places of speech. We take as orientation authors Henri Lefebvre, David Harvey and Milton Santos to articulate the conceptual notions about capitalism, globalization and city and to update the debate on the theme.

Keywords

Communication and consumption; Capitalism; Globalization; City.

Introdução

O ano de 2018 foi emblemático para Lisboa. Primeiro foi o *Web Summit* que, na figura do seu *Chief Executive Officer* (CEO), Paddy Cosgrave, anunciou a permanência do evento na cidade até 2028. Porquê Lisboa? “*E que melhor cidade do hemisfério norte do que Lisboa, cidade da moda, do turismo e do empreendedorismo internacional?*”, foi a resposta do CEO. Em seguida, a cidade foi reconhecida com o prêmio *World Travel Awards*, considerado o Óscar do turismo mundial. Conquistou, pela primeira vez, a medalha de *Melhor Cidade Destino do Mundo*,

deixando para trás lugares como Londres, Nova Iorque, Paris, Rio de Janeiro, Sidney e São Petersburgo.

O cenário privilegiado é extensivamente publicizado e cria uma imagem de Portugal e, localmente, Lisboa como cidade do futuro. Assim, nosso objetivo com este trabalho é identificar como se articulam os diferentes discursos sobre a cidade e, mais especificamente, no que compete o direito à cidade e suas implicações em diversas instâncias: de um lado, o mercado imobiliário e o turismo reivindicando o melhor aproveitamento do espaço em defesa de incentivos governamentais que retornariam em benefícios para

^a Doutoranda do Programa de Pós-Graduação e Práticas de Consumo na Escola Superior de Propaganda e Marketing (Brasil) e investigadora estagiária de doutoramento na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal em Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 0001. E-mail: projetocidadefuturo@gmail.com.

a própria cidade e seus cidadãos. De outro lado, os moradores que vivem e convivem com os diferentes tipos migratórios (turistas, estudantes, descendentes ou, simplesmente, aqueles que estão em busca de uma oportunidade) que disputam o espaço da cidade. No centro, o Estado como mediador em franca tentativa de conciliar as reivindicações de cidadãos e consumidores. Neste sentido, tomamos como objetivos específicos: (i) compreender o contexto contemporâneo do espaço globalizado; (ii) identificar os mecanismos de produção de discurso sobre a cidade a partir das lentes dos estudos de comunicação e consumo; e, finalmente, (iii) refletir sobre a disputa por um lugar na cidade, atualizando o tema sobre o direito à cidade. Ressaltamos, ainda, que o nosso entendimento sobre esse direito configura-se além daquele que garante o acesso a bens públicos. Privilegiamos o espaço socialmente produzido, considerando a tríade “percebido-vivido-concebido” apresentada por Henry Lefebvre e que tem no cotidiano sua fundamentação. O direito à cidade, portanto, está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade (HARVEY, 2012 [2008]).

Colocar a cidade no centro não é por acaso. Pela primeira vez na história temos uma mudança no *locus* da atividade econômica: a mudança do eixo que residia na “cidade como lugar de negócio” para a “cidade como negócio” encontra resposta no papel de uma nova geografia urbana para a manutenção de padrões de rentabilidade. Para atrair capitais a partir do seu potencial de valorização, as cidades são reestruturadas e reproduzidas (revitalizadas); dessa forma, vende-se a cidade como imagem de um potencial de valorização, e é tanto maior o seu preço quanto mais verossímil for essa imagem (SANTOS, 2006). Contornar as barreiras para a expansão do capital e o reinvestimento proveitoso (e lucrativo) do seu excedente tornam-se fatores determinantes para a urbanização capitalista. O que singulariza esse fenômeno na contemporaneidade é o facto de estar inserido em um cenário global. Esse tipo de globalização contemporânea conforma a interdependência dos lugares, a planetarização dos sistemas técnicos dominantes e o imaginário da velocidade como um dado irreversível na produção da história (SANTOS, 2008[2000]). Em outras palavras, são lugares em “movimento” (URRY, 2007). Não se trata de um processo de desterritorialização pós-nacional e o fim dos Estados como recipientes para a sociedade, mas de uma “retórica da circulação” que implica o en-

dosso de discursos sobre o enriquecimento multicultural, liberdade, mobilidade, comunicação e hibridismo cultural (id.). Esse cenário leva-nos a prestar especial atenção às coações econômicas e garantias políticas que limitam ou promovem essa circulação. E considerando a globalização e a conseqüente cosmopolitização das experiências como espaços privilegiados para os estudos da comunicação e do consumo, esta será nossa lente de análise e deverá nortear nossa questão de fundo: como atualizamos o direito à cidade em um cenário global?

Para dar conta de tal empreitada, tomamos como referencial teórico os autores: Henry Lefebvre (direito à cidade), David Harvey (produção capitalista do espaço) e Milton Santos (por uma outra globalização). E, de forma complementar, dialogamos com outros autores como John Urry (paradigma da mobilidade) para dar sustentação às nossas reflexões sobre os discursos em disputa.

O texto está dividido em três partes que direcionam para uma reflexão final. A primeira trata do contexto em que emerge a globalização do espaço urbano. Qual o funcionamento desse sistema e os discursos implicados? Neste cenário, a ênfase recai sobre a produção capitalista do espaço versus o paradigma da mobilidade e dos fluxos. Na sequência, tratamos dos discursos em disputa: o consumo da cidade ou a cidade do consumo? O *corpus* da análise tem como base os discursos em jornais portugueses sobre o tema a partir de duas datas simbólicas neste período: a Lei de Alojamento (AL) em Lisboa (23/10/2018) e o cancelamento de vistos feito pelo Consulado Português no Brasil (18/10/2018). A dimensão da comunicação e do consumo na construção desses discursos nos auxiliará na identificação de uma narrativa universal que fixa os lugares (e segrega) nos espaços da cidade. A terceira e última apresenta o conceito de direito à cidade, tão caro em nossos dias, na forma de uma proposta em três categorias: os diálogos, os debates e os embates. Em outras palavras, procuramos atualizar o tema a partir dos movimentos discursivos do mercado, do Estado e do sujeito na cidade. Existiria uma forma de se apoderar da cidade que não passe pelo sistema privado? Essa pergunta direciona para as considerações finais do artigo, em que respondemos aos objetivos de investigação e apresentamos as reflexões sobre o que significa o direito à cidade hoje.

Esperamos com este trabalho contribuir para o debate sobre a complexidade da construção de um modelo de cidade no século XXI.

A globalização do espaço urbano

A cidade tornou-se palco das mais variadas investidas, não somente de ordem arquitetônica e urbanística, mas também, de toda a sorte de intervenções econômicas, sociais, culturais e políticas. Isso reflete uma análise prospectiva que aponta para uma população urbana que deverá duplicar em 2050 com o conseqüente aumento da precariedade das condições de vida oferecidas pelas cidades e grandes metrópoles. Na emergência de um novo paradigma que abarque as contradições impostas, sociólogos como Carlos Fortuna (2001[1997]) apontam para a (inevitável) necessidade de se construir não apenas "mais" cidades, mas também "melhores" cidades. E a questão central colocada e que nos é cara é a de saber se seremos capazes de construir a cidade que imaginamos.

Deparamo-nos com a necessidade de desvendar os conteúdos mais profundos do processo de urbanização a partir das contradições colocadas em movimento constante entre forças de resistência e transformação. Isso implica tratarmos do conceito de globalização e suas determinações no espaço urbano. E o que molda a política do capitalismo global é a perpétua necessidade de encontrar territórios férteis para a geração do lucro e para seu reinvestimento. Deste modo, podemos inferir que o consumo da cidade e as lógicas do habitar encontram-se inseridos em diferentes reflexões urbanísticas, isto é, uma racionalidade operacional sobre a cidade. Esse racionalismo passa pelo que Harvey (2005 [2001]) define como "produção capitalista do espaço": tanto a expansão quanto a concentração geográfica são produtos do mesmo esforço de criar novas oportunidades para a acumulação do capital. Mas será que os valores herdados deste racionalismo são compatíveis com as grandes transformações em curso, como o movimento de desterritorialização e os novos princípios de organização do espaço baseados na ideia de fluxos - de mercadorias, de capitais, de bens, de pessoas, de informação?

Teóricos como David Harvey (2014 [2012]) apontam para o facto de que a financeirização da economia e as inovações tecnológicas, marcas da globalização, permitem a mobilidade necessária dentro desses fluxos de mercado. Neste sentido, a globalização sugere uma interdependência econômica, incorporando diferentes nações e diferentes setores dentro de cada nação, porém, sua relação com as culturas locais e regionais não pode ser pensada como se apenas procurasse homogeneizá-las. Como analisa Milton Santos (2008 [2000], p.19), "a imagem de um mercado

avassalador global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta quando, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas." Falamos na morte do Estado, mas o que nos é dado a ver é o seu fortalecimento para atender aos interesses do mercado cada vez mais internacionalizado.

Milton Santos (2008 [2000]), ainda ao tratar a questão da globalização, apresenta o mundo como "fábula", como "perversidade" e como "possibilidade". Essas imagens nos parecem férteis na medida que podemos pensar a globalização não como lugar dado, sentido, definido e justificado para um desenvolvimento qualitativo das cidades, mas, ao contrário, identificar seu caráter impositivo e a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que suscita. No entanto, sem desqualificar o seu potencial de transformação, em que a convergência da técnica e o aumento do conhecimento em escala planetária também podem servir a outros objetivos e fundamentos sociais e políticos.

Esse potencial de transformação global está diretamente ligado ao paradigma da mobilidade e expõe um paradoxo: por um lado, a conexão técnica e o aumento nas transações financeiras internacionais promovem a capacidade para uma enorme dispersão geográfica e uma maior mobilidade; por outro lado, esses movimentos andam de mãos dadas com as concentrações territoriais que criam zonas de conectividade, centralidade e empoderamento em alguns casos, e de desconexão, exclusão social e inaudibilidade em outros tantos. Não se trata de privilegiar ou desqualificar uma "subjetividade móvel", em que o maior exemplo é o chamado cidadão do mundo, mas, sobretudo, de rastrear o poder dos discursos que operam sobre essas práticas. Neste sentido, ao refletirmos sobre uma racionalidade urbana em choque com o movimento de desterritorialização, inferimos que se trata de uma nova lógica de organização do espaço pensada não apenas no sentido arquitetônico de projetar e prever, mas também para tomar decisões estratégicas. Harvey (2005 [2001]) dá o nome de "empreendedorismo" a essa nova governança urbana. Essa mudança tem a ver com as dificuldades enfrentadas pelas economias capitalistas, nomeadamente a desindustrialização, o desemprego e uma austeridade fiscal aos níveis global e local. Neste cenário, o discurso torna-se elemento central na formação do consumo da e na cidade. Para compreender as lógicas de produção desses discursos dedicamo-nos a analisar a cidade, concebida em plena era neoliberal, de financeirização da economia, urbanização global e vertiginosa especulação imobiliária, estabele-

cendo uma conexão entre seus contextos.

O discurso em disputa: a cidade do consumo ou o consumo da cidade?

Em outubro de 2018 a manchete do Jornal Público anunciava que *“Comprar uma casa em Portugal custa quase mil euros o metro quadrado”*. Dados no Instituto Nacional de Estatística (INE) indicavam que no Porto e Lisboa os preços dispararam, respectivamente 24,7% e 23,4%, em apenas um ano. Outro dado relevante é o facto de que, no segundo semestre de 2018, todas as cidades portuguesas com mais de 100 mil habitantes registraram uma subida dos preços da habitação. Especialistas chegavam a falar em uma bolha especulativa imobiliária, uma tendência, segundo o Instituto Alemão de Investigação Econômica, em vários países europeus e na América do Norte. Passados dez anos sobre a declaração de falência da Lehman Brothers (e a crise provocada pelo rebotamento da bolha imobiliária nos Estados Unidos da América), essa notícia causa preocupação. Mas o discurso subsequente fala em recuperação do mercado imobiliário. E, segundo os representantes do setor bancário, não há motivo para preocupação: *“Não há razão para falar em excessos no mercado imobiliário e no crédito. Lisboa e Porto já fazem parte de outro mercado, o mercado global”*.

O mercado global seria a justificativa para as alterações impostas no desenvolvimento local. A materialização desse discurso surge na construção de mecanismos de regime jurídico como é o caso do SIGI, acrônimo de Sociedade de Investimento e Gestão Imobiliária, um instrumento criado pelo mercado imobiliário português e que garante o fomento de um alargado leque de setores - imobiliário, consultores, fiscais, revisores de contas, contadores, advogados e serviços financeiros. Mecanismos como esse reforçam a tese da produção capitalista do espaço, excluindo parte da população que não está apta a participar desse jogo especulativo. O espaço globalmente mediado passa não apenas pela competição do mercado, mas também por estratégias fiscais que garantam o lucro indefinidamente. Para concretizar negócios altamente lucrativos, as gestoras de fundos de investimento montam uma construção acionista em cascata na qual fica difícil identificar sua origem. Essa dependência entre governo, empresas e capitalistas de diferentes países, além de marcar simbolicamente a ideia de progresso e desenvolvimento, muito por conta dos avanços no transporte, na comunicação e na informática, também apela para o agravamento das desigualdades, isto porque as mudanças na maneira de consumir alteram as possibi-

lidades e as formas de exercer a cidadania. Isso fica mais claro quando observamos Lisboa e sua transição de uma crise econômica, acompanhada por severas políticas de austeridade para a fase atual de dinamismo econômico, "mas sem conseguir inverter antigas e novas estruturas de desigualdade social e territorial" (Seixas; Tulumelo; Allegretti, 2019, p.221).

Por isso, quando nos deparamos com notícias que colocam a cidade como protagonista de um futuro possível e desejável, em contrapartida, faz-se necessário um olhar mais atento aos movimentos derivados dessas atividades. Ao mesmo tempo em que Portugal é considerado o melhor destino do Mundo e Lisboa a melhor cidade para promover o empreendedorismo e a tecnologia, a Lei de Alojamento (AL) e a entrada de estrangeiros no país causam constrangimentos.

O peso dos alojamentos locais funcionando em bairros centrais como Bairro Alto, Madragoa, Castelo, Alfama e Mouraria, atinge mais de 20% quando comparado à média da cidade que é de 12%. Nestas condições, alguns autores falam do fenômeno *terremoturismo* que ameaça as moradias em Lisboa. E essa corrida ao mercado expõe um longo e produtivo caminho para a especulação. Nas palavras de Elad Dror, CEO da Fortera, uma empresa de promoção imobiliária: *“As coisas estão a andar muito depressa aqui e temos de aproveitar agora porque este ritmo não vai durar sempre”*. Elad Dror é israelita e se mudou para o Porto em 2010, na época da crise financeira em Portugal. Em 2015 fundou, juntamente com Nir Shalom, a Fortera, uma empresa, segundo seus criadores, *“100% portuguesa, mas de capital israelita”*. Este tipo de investimento está em linha com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários (APPII) que, ao tratar o Orçamento do Estado (OE) para 2019, criticou as propostas apresentadas pelo Governo que considerou *“injust[as], irresponsáveis[is] e até fruto do ódio ideológico que existe contra proprietários”*. Mas será que o cidadão, proprietário de um imóvel, pode ter suas atividades comparadas aos grandes investidores imobiliários? A universalidade dos discursos impõe uma racionalidade horizontal para o cumprimento das políticas públicas e outra totalmente vertical para os lucros advindos dessas atividades, bem como o acesso a esses empreendimentos.

Colada a este cenário, temos a questão do desembarque de inúmeros brasileiros em Portugal, o que ocasionou o congelamento da emissão de vistos por parte do Consulado Português em São Paulo (Brasil), em virtude da forte procura. Em

2018 aumentaram 34% os pedidos de visto, estamos falando de quase seis mil pedidos, sendo que 61% correspondem a vistos de estudo.

A divulgação de Portugal como um país seguro e em crescimento econômico juntamente com a crise no Brasil explicam essa tendência. Só em Lisboa habitam 35 mil brasileiros. Segundo Cyntia de Paula, presidente da Casa do Brasil, *“os brasileiros de nova vaga, como lhes chamo, com um ano ou dois em solo português, são estudantes, empregados de balcão, proprietários de gabinete de estética, mas também profissionais qualificados que ocupam cargos de topo em empresas, criativos e reformados”*. Podemos atestar essa fala com o número de imóveis vendidos para não-residentes: só em 2017 foram 7,7%, correspondendo a 11,5% do montante total transacionado e com valor médio superior a 50% à média global, segundo o INE (Instituto Nacional de Estatística).

Destacamos dois pontos necessários para refletirmos sobre esse novo cenário português em que o turismo urbano vem afirmando-se claramente como o segmento em maior crescimento no país e, paralelamente, a vulnerabilidade e endividamento das famílias portuguesas face aos aumentos registrados no mercado imobiliário. O primeiro deles é a questão do consumo: a cidadania associada à capacidade de apropriação de bens de consumo e à maneira de usá-los (CANCLINI, 2008 [1995]). Contudo, o tipo de cidadania valorizada na contemporaneidade é a do “cidadão do mundo”. Em outras palavras, atende aos desejos e necessidades do “turista” e excluem o “estrangeiro” que, muitas vezes, é o próprio morador local, instado a essa condição por não participar do processo produtivo e de consumo da cidade. Entre o “turista” e o “estrangeiro” temos uma distinção que se impõe por uma lógica de mercado. Outro ponto destacado é o da mobilidade que é garantida ao sujeito pela sua condição produtiva. Isto significa, mais uma vez, que produção e consumo estão diretamente ligados, e tomamos como exemplo a condição dos brasileiros que são a maior comunidade imigrante em Portugal e a que mais recorre ao programa de apoio ao retorno voluntário da Organização Internacional para as Migrações (OIM) - em 2018 os brasileiros representaram 90% das 684 inscrições totais. Muitos daqueles que recorrem ao apoio desta instituição, o fazem porque não encontram ou não têm uma rede de suporte no país, não conseguem um trabalho fixo que lhes permita estabilizar e encontram-se muito rapidamente numa situação de carência e vulnerabilidade. Nestes termos fica cada vez

mais difícil conciliar interesses econômicos com as demandas sociais, principalmente, pela desigualdade dos debates.

Nestas condições, a disputa por um lugar na cidade se impõe uma vez que os espaços são ocupados de forma distinta pelo morador da cidade, pelo turista que visita a cidade, pelo imigrante que busca refúgio na cidade e pelo investidor que especula com a cidade. Podemos observar esse descompasso no evento promovido pela Cushman & Wakefield intitulado *Welcome to What’s Next* que afirma que o futuro do imobiliário *“terá menos espaços privados para uso exclusivo de cada um e mais espaços comunitários para partilhar com outras pessoas”*. O que isto significa? Como conciliar o desenvolvimento econômico promovido pela mobilidade à fixidez daqueles que habitam e criam os sentidos da cidade?

Entender o espaço que é, ao mesmo tempo, um complexo urbano local e global, habitado por diferentes extratos por meio dos quais coincide o interno e o externo, o velho e o novo, o Estado e o mercado, nos ajuda a promover o diálogo, que nunca será eximido do debate e do embate sobre a cidade do consumo e o consumo da cidade.

O direito à cidade: diálogos, debates e embates

Até aqui podemos concluir que a privatização do solo urbano acarreta a apropriação desigual do espaço. E as questões impostas pela mobilidade - de informação, de bens de consumo, de pessoas e de recursos financeiros - traz um novo elemento para pensar esses espaços. Contudo, como explica João Seixas (2016), as cidades são hoje sistemas decisivos para um mundo obrigatoriamente mais inclusivo, mais sustentável e mais cosmopolita. E Lisboa tornou-se um caso exemplar que exprime todas essas mudanças.

É preciso seguir um passo adiante no sentido de identificar a cidade para o consumo e, de modo congênere, compreender como se dá o consumo da cidade. Se é no consumo que se constrói parte da racionalidade interativa e comunicativa de uma sociedade (CANCLINI, 2008 [1995]), nos falta verificar os discursos do Estado e do cidadão que se encontram em uma condição de submissão ou mesmo apagamento frente aos mecanismos do mercado. Considerando os media como um veículo que confere poder e modifica o ambiente onde este poder é exercido (SILVERSTONE, 2002 [1999]), a importância dos discursos provenientes dos meios de comunicação torna mais complexo esse organismo-

-rede (LEMOS, 2007) que são as cidades. Nesta direção, o discurso assume um papel central na definição do consumo para condição de cidadania a ser conquistada como a realização do direito à cidade.

Durante o período pesquisado, a maioria dos jornais locais traduzia o discurso do mercado, com poucas menções acerca do trabalho do Estado e menos ainda para a condição do morador da cidade. Por exemplo, com a entrada em vigor da nova lei de alojamento local, os periódicos apresentavam sistematicamente as mudanças na legislação mas consideravam pouco o debate sobre as mudanças no valor do arrendamento. Na mesma linha, o discurso sobre as dificuldades de crédito junto aos bancos, como nesta chamada do jornal Expresso: *“redução do peso do financiamento bancário nas compras de habitação face ao nível pré- crise é transversal às várias regiões do país”*, contrastava com o lançamento pela Câmara Municipal de Lisboa de um concurso para mais de 1200 casas com rendas baixas do Programa Renda Acessível (PRA): *“o principal critério de escolha dos concorrentes não é os que investem muito ou pouco. Mas sim os que pedem renda mais baixa”*, em uma franca tentativa de minimizar o problema da habitação em território português.

O embate ficou por conta de algumas manifestações publicizadas de forma tímida, como por exemplo, a notícia dos problemas enfrentados junto ao miradouro de Santa Catarina: *“Turismo massificado e repentino, vida nocturna vibrante, mercado imobiliário a ferver. Em Santa Catarina (e não só), a cidade é posta à prova. Como reage?”* Ao mesmo tempo, temos uma imagem de Portugal amigável ao problema dos refugiados: *“Portugal admitiu acolher até 2019 mais de 1010 pessoas que se encontram em campos de refugiados do Egipto e da Turquia”*. E, junto, algumas notícias mais emblemáticas, dada a gravidade da situação: *“Há quem se aproveite dos preços das casas para ter serviços sexuais. E gente que não consegue sair da prostituição para não ficar na rua”*. O impacto dessas notícias mostrou-se pequeno diante da força que os mercados imobiliários e turísticos adquiriram em escala global. E aqui, fazemos uma ressalva em relação à participação do sistema financeiro, nomeadamente dos bancos, como mediador privilegiado dentro das estratégias que envolvem a produção de conteúdo e a sua distribuição nos canais mediáticos. É o caso do Jornal Expresso que apresentava o seu Caderno Imobiliário patrocinado pelo Banco BPI. Neste ambiente, fica difícil não associar a produção das notícias com

interesses políticos e econômicos.

O diálogo acaba acontecendo por outras vias menos mediáticas e mais interativas. Em outras palavras, as iniciativas criadas para discutir esses temas, ainda que apareçam pouco na mídia, utilizam os canais abertos pela internet para ampliar o diálogo com os diversos públicos. É o caso da deputada Helena Roseta, que dispõe de uma página dedicada ao tema da habitação e sua atuação junto da Assembleia da República. Embora o alcance dos veículos tradicionais de mídia sejam expressivos, a internet surge como um facilitador e, destacadamente, propicia uma interação pouco explorada pelos meios massivos. Isso implica novos modos de participação que superem a descrença na política e nas instituições. Neste sentido, consideramos que cabe ao Estado ir além do papel de árbitro entre interesses conflitantes: é necessário posicionar-se frente às emergências sociais. E, corroborando a noção de direito à cidade apresentada por David Harvey (2013), saber que tipo de cidade queremos é uma questão que não pode ser dissociada de saber que tipo de vínculos sociais, relacionamento com a natureza, estilos de vida, tecnologia e valores estéticos nós desejamos. É por conta disso que o direito à cidade tem que ser entendido como um direito coletivo e não individual, já que essa transformação depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização.

Considerações finais

Para além do aumento do turismo, da regulamentação do alojamento local (AL) e das migrações, o que nos parece relevante para finalizar esse trabalho é a ideia da cidade como partilha do comum. Acreditamos ter aqui uma chave de leitura para atualizar o tema sobre o direito à cidade que não passe, necessariamente, pela lógica da produção mercantil e por uma racionalidade empresarial (empreendedora) do Estado. O comum representa a lacuna entre o espaço público e o espaço privado. E para promover esse ambiente comum, na esteira do que assevera Harvey (2013), faz-se necessário a descentralização das decisões e a busca de uma comunicação comum entre os movimentos sociais e a periferia. Muniz Sodré (2014) apregoa que quando as pessoas ocupam os mesmos espaços, as discriminações são abolidas pelas práticas, pelo afeto, pelas relações. Concordamos que a questão do espaço tem consequências práticas. Por isso, o direito à cidade está além do estabelecimento da lei e

suas institucionalidades, encontrando-se em suas práticas cotidianas. Essa categoria de espaço feita pelo autor pode e deve ser pensada em termos de comunicação e sua importância reside na quebra de um vínculo produtivo e de consumo com o mercado privado. A comunicação, neste sentido, deve ser entendida não somente como linguagem e mais no sentido de vínculos comunitários.

Com a descentralização dos poderes institucionais, incluindo a construção de uma policentrização espacial que se organiza em rede, temos a chance de incluir diferentes movimentos sociais (institucionalizados e não institucionalizados) no debate. O resultado objetiva uma democracia participativa como alternativa a uma democracia representativa.

A ideia de que vivemos num mundo único é reforçada pelo sentimento de interdependência. De facto, nos parece, vivemos no quintal do vizinho. Contudo, diante de uma realidade na qual as concentrações urbanas e o capital se converteram em sinónimos (Lefebvre, 2001[1968]; (Harvey, 2005 [2001]), torna-se necessário reconhecer que para existir um capitalismo sob dominância financeira é necessário criar instituições internacionais com carácter de Estado. Nesta lógica, quando os financeiros se tornam dominantes e quando os que deveriam ser regulamentados capturam o aparelho regulador do Estado, a indignação popular continuada é essencial para restabelecer o equilíbrio (Harvey, 2005). E para isso é preciso mais do que conhecer os mecanismos por trás dessas dinâmicas, é necessário saber interpretar esses mecanismos com as mesmas ferramentas que lhes dão sustentação.

Portanto, o papel central das relações sociais que se realizam e se desenvolvem no espaço urbano, até em cada gesto, na vida cotidiana dos atos de habitar e dos usos dos lugares da cidade, dá-se pela prática social conjunta. A tese que direciona esta reflexão está fundada na ideia de que a disputa por um lugar na cidade trata das suas projeções, nos desejos, nas condições e nos processos envolvidos na (re)produção, (re)forma e (re)qualificação do espaço urbano. A perversão está na concentração e na centralização da economia e do poder político, agravadas pelo excesso de informação, acirrando, assim, as desigualdades entre países e classes sociais, bem como da opressão e desintegração do indivíduo (SANTOS, 2014 [1988]).

Os estudos de comunicação, no que concerne a importância dos discursos, e do consumo, considerando a apropriação da cidade (usos/trocas/

experiência estética), reforçam a importância de interpretarmos a cidade desde as dinâmicas humanas. Estas se revelam tanto na transformação qualitativa do espaço habitado quanto na vasta anarquia mercantil (SANTOS, 2014), na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação de seu valor vem de uma luta sem trégua entre os vários tipos de capital. Se a urbanização desempenha um papel fundamental no reinvestimento dos lucros a uma escala geográfica crescente, há necessidade de se voltar a atenção para um novo tipo de direito humano: o direito à cidade. Neste ponto da história, concordamos com Harvey (2013), essa tem que ser uma luta global, predominantemente contra o capital financeiro, pois essa é a escala em que ocorrem hoje os processos de urbanização. Unificamos essa luta com a adoção do discurso sobre o direito à cidade como slogan e como ideal político.

Notas Bibliográficas

- Andrade, V. (2018), “Crédito da banca só para 1/3 das casas”, *Jornal Expresso*, Caderno Economia.
- Aníbal, S. (2018), “Novo alerta de bolha especulativa imobiliária em Portugal”, *Jornal Público*, Caderno Habitação.
- Antunes, C., Silva, G. R. (2018), “Lisboa vai criar novas regras de alojamento local em 180 dias”, *Jornal Expresso*, Caderno Economia.
- Baptista, A. (2018). “Lisboa lança concursos para mais de 1200 casas com rendas baixas. *Jornal Expresso*, Caderno Economia.
- Baptista, A. (2018), “Orçamento do Estado é injusto e tem lacunas”, *Jornal Expresso*, Caderno Economia, Patrocinado por BPI Expresso.
- Baptista, A. (2018), “Porto alvo de investimento israelita de €200 milhões. *Jornal Expresso*, Caderno de Economia.
- Caetano. E. (2018), “Qual bolha? Banqueiros dizem que dificilmente os preços das casas irão descer em Lisboa e Porto”, *Jornal Observador*, Caderno Economia, Sessão Mercado Imobiliário.
- Canclini, N. G. (2008[1995]), “Consumidores e Cidadãos”: conflitos multiculturais e globalização, 7a ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ.
- Crisóstomo, P. (2019), “Casas compradas à Fidelidade são controladas a partir das ilhas Caimão”, *Jornal Público*, Caderno Economia, Sessão Offshores.
- Fortuna. C. (org.) (2001[1997]), “Cidade, Cultura e Globalização: ensaios de sociologia”, Oeiras, PT: Celta Editora.
- Francisco, S. (2018), “Nova lei do alojamento

local entre em vigor a 22 de outubro. O que muda? Diário de Notícias, Caderno Poder.

- Harvey, D. (1989), "The Condition of Post-modernity: an enquiry into the origins of cultural change", Cambridge, Massachusetts: Blackwell Published.

- Harvey, D. (2005[2001]), "A produção capitalista do espaço", São Paulo: Annablume.

- Harvey, D. (2012[2008]), "The right to the city", *The New Left Review*, n. 53, Tradução Jair Pinheiro (2012), "Lutas Sociais", São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul/dez.

- Henriques, J. G., Manso, M. (2019), "Joziana e Wolner só sonham regressar ao Brasil e começar tudo de novo", *Jornal Público*, Caderno Sociedade, Sessão Imigração.

- _____ (2013), "O direito à cidade: a qualidade de vida urbana virou uma mercadoria." Há uma aura de liberdade de escolha de serviços, lazer e cultura - desde que se tenha dinheiro para pagar, *Tribunal livre da luta de classes*, Revista Piauí, ed. 82, jul.

- _____ (2014), "Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana", São Paulo: Martins Fontes.

- Leal, L. (ed.). (2014), "A comunicação não é um sistema de linguagem, e sim um sistema de organização do comum", *Entrevista com Muniz Sodré*, *Rev. Ecopós: comunicação e gosto*, v. 17, n. 3, entrevista.

- Lefebvre, H. (2001[1968]), "O direito à cidade", São Paulo: Centauro.

- _____ (1969), "A vida quotidiana no mundo moderno", Lisboa: Editora Ulisseia.

- _____ (2011), "A cidade do capital", Rio de Janeiro: DP&A.

- Lemos, A. (2007), "Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós-massivas e territórios informacionais", *Rev. Matrizes*, n. 1, pag. 121-137, out.

- Lusa, M. A. (2018, dezembro 2), Marcelo congratulou-se com 16 "óscares" do Turismo atribuídos a Portugal. *Jornal Público*, Caderno Sociedade, Presidente da República.

- Margato, D. (2018), "Nacionalização de brasileiros aumenta 37%", *Jornal de Notícias*, Caderno Nacional, Sessão primeiro plano.

- Matias, K. N. C. (2016), "Henri Lefebvre e a dialética da tríade: considerações sobre a produção social do espaço", *Rev. Norus: novos rumos sociológicos*, v. 4, n. 6, jul/dez.

- Mateus, C., Bourbon, M. J. (2018), Web Summit. Paddy ajudou a criar pelo menos dois mil empregos em Portugal, *Jornal Expresso*, Caderno de Economia.

- Marques, P. V. (2018). Quartos arrendados

por sexo. Sexo para pagar rendas. Como as rendas caras aumentam a prostituição, Diário de Notícias, Caderno Habitação.

- Mateus, J. N. (2018), "Economia da partilha promete revolucionar também o imobiliário", *Jornal Expresso*, Caderno Economia, Sessão Imobiliário.

- Miranda, E. (2019), "Imobiliário: SIGI(lo) é a alma do negócio", *Jornal Expresso*, Caderno Economia.

- Pereira, A. C. (2018), "Portugal disponível para receber mais refugiados da Grécia", *Jornal Público*, Caderno Sociedade.

- Pereira, M. (2018), "Não residentes compraram quase 8% dos imóveis vendidos em Portugal", *Jornal de Notícias*, Caderno Economia.

- Pincha, J. P. (2018), "Em Santa Catarina, Lisboa enfrenta os seus monstros", *Jornal Público*, Caderno Local, Reportagem.

- Pinto, L. (2018), "Comprar uma casa em Portugal custa quase mil euros o metro quadrado", *Jornal Público*, Caderno Habitação.

- Santos, C. R. S. (2006), "Dos negócios na cidade à cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço", *Cidades*, v. 3, n. 5, p. 111-122.

- Santos, M. (2008[2000]), "Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal", Rio de Janeiro: Record.

- Santos, M. (2014), "Metamorfose do espaço habitado", 6a. Ed, 2a. reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.

- Soares, M. G. (2018), "Consulado congela pedidos de brasileiros", *Jornal Expresso*, Caderno Política.

- Seixas, J. (2016), "Dez teses sobre o centro histórico de Lisboa", *Diário Público*, 08.08.2016. <https://www.publico.pt/2016/08/08/local/opiniaao/dez-teses-sobre-o-centro-historico-de-lisboa-1740575> acessado em 10.03.2019.

- Seixas, J.; Tulumello, S.; Allegretti, G. (2019), "Lisboa em transição profunda e desequilibrada, Habitação, imobiliário e política urbana no sul da Europa e na era digital", *Cad. Metrop.*, São Paulo, v. 21, n. 44, pag. 221-251, jan/abr.

- Silverstone, R. (2002[1999]), "Por que estudar a mídia?", São Paulo, Brasil, Edições Loyola.

- Urry, J. (2007), "Mobilities", Cambridge, UK: Polity Press.

Políticas e Práticas de Habitação em Marvila: Passado, Presente e (que?) Futuro

João Martins^a

Resumo

A cidade de Lisboa, e Marvila em particular, são hoje fortemente influenciadas por fenómenos de transformação socio-espacial, nomeadamente na reutilização do seu património tangível. Retomando o trabalho de Henri Lefebvre, discutiremos a natureza habitacional da Lisboa oriental pós-industrial, a chegada de novos utilizadores e usos ao território, mas também o papel dos cidadãos na decisão acerca da reutilização de vazios urbanos. Focar-nos-emos na criação de um novo jardim comunitário, resultante da participação autónoma dos moradores, assim como da sua importância na restante Marvila, como um exemplo de transformações urbanas mais alargadas.

Palavras-Chave

Marvila, Corredor Verde Oriental, Mudança Socio-espacial, Gentrificação.

Abstract

The city of Lisbon, and Marvila in particular, are today strongly influenced by socio-spatial transformation processes, namely on the re-use of its tangible heritage. Recapturing the work of Henri Lefebvre, we will discuss the housing nature of post-industrial eastern Lisbon, the arrival to the location of new users and uses, but also the citizen's role on the decision about the re-use of urban voids. We'll focus on the creation of a new community garden, resulting from the autonomous participation of the residents, as well as on its importance to the rest of Marvila, as an example of more enlarged urban transformations.

Keywords

Marvila, Eastern Green Corridor, Socio-Spatial change, Gentrification.

Introdução

As dinâmicas contemporâneas de urbanização formal e informal em Lisboa, o debate em redor das potenciais alternativas que mitiguem os efeitos negativos sentidos nas últimas décadas e os impactos conhecidos das intervenções da iniciativa pública (central ou municipal), levantam uma discussão fundamental no campo das políticas urbanas. Em particular, sobre os espaços marcados por fenómenos de degradação económica e social, decorrentes de processos de abandono industrial, criando áreas de utilização não programada, constituindo vazios urbanos (Cabannes e Raposo, 2013).

Este artigo centra-se num território de características muito particulares na cidade de Lisboa e em particular da freguesia de Marvila. Iremos detalhar o uso futuro de um espaço expectante localizado numa parte da antiga Quinta do Marquês de Abrantes, entre a atual Biblioteca e o Apeadeiro de Marvila, assim como os efeitos

potenciais dessa transformação na restante Marvila ribeirinha.

Este vazio urbano em particular, tinha sido programado municipalmente para ser um local de acolhimento de populações com baixos recursos na modalidade de cooperativa de habitação nos anos 1980, mas que não se efetivou por questões ligadas à falência da entidade promotora, criando um espaço expectante (Câmara Municipal de Lisboa, Departamento de Construção de Habitação, 1996). Cerca de quatro décadas depois, este espaço vazio foi convocado como uma área futura de implantação do Programa de Renda Acessível (PRA) da Câmara Municipal de Lisboa (Câmara Municipal de Lisboa, SD), ao qual a população local respondeu de forma crítica. Em contrapartida, e através de um processo de participação dos residentes, foi proposta, em sua substituição, a criação de um jardim comunitário, a integrar no futuro Corredor Verde Oriental de Lisboa.

Esta quinta, originalmente criada como uma área de exploração agrícola antes do desenvolvi-

^a Sociólogo, investigador integrado do CinTurs - Research Center for Tourism Sustainability and Well-being da Universidade do Algarve e antigo investigador no projeto "ROCK: Regeneration and Optimization of Cultural Heritage in Creative and Knowledge Cities" dinamizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL).

mento industrial da área, acabou por tornar-se numa Área Urbana de Génese Ilegal (Câmara Municipal de Lisboa, 2013), ou seja uma área composta de alojamentos contíguos, que não foram licenciados, marcada por formas de qualidade irregular, que se consolida no final da década de 1950, com o nome de Bairro Chinês, alojando muitos dos migrantes provenientes das Beiras (principalmente de aldeias do concelho de Cinfães) que vinham trabalhar na indústria que se localiza em Marvila (Junta de Freguesia de Marvila (S/D); Antunes, 2017; Machado, 2017; Reboło, 2017; Ferreira, e Gomes, 2015; Soares, 2011).

Tomando como caso de estudo o espaço expectante da antiga Quinta do Marquês de Abrantes e os seus usos futuros, e através de um diálogo com o passado e o presente de Marvila, este artigo pretende oferecer uma abordagem sociológica a um contexto histórico e presente bastante precário no acesso à habitação por parte de largos setores da população em Lisboa. Discutimos se Marvila poderá constituir-se como um caso exemplar no campo dos Estudos Urbanos, de observação de práticas no campo da Habitação, levantando questionamentos em redor de uma ideia de cidade, ou de parte dela. O artigo tomará o recente processo de implementação do PRA na parte não requalificada da antiga Quinta do Marquês de Abrantes/Bairro Chinês, assim como da criação do novo jardim, para explorar cenários futuros de transformação urbana numa das áreas da cidade com maior potencial futuro de implantação de alojamentos, resultantes da existência de vazios urbanos, como aquele a que daremos mais atenção.

Metodologia

Este artigo é resultante de uma investigação em redor da importância e potencial dos espaços denominados de vazios urbanos, a sua origem, ligação ao património tangível e intangível local e do seu potencial otimizador de processos de regeneração urbana. A investigação foi integrada no projeto ROCK: "Regeneration and Optimization of Cultural Heritage in Creative and Knowledge Cities", cuja aplicação se localizou nos territórios ribeirinhos das freguesias de Marvila e do Beato, financiado pelo programa Horizonte 2020, iniciado em 2017, com término em 2020 e com o número de acordo 730280. Os dados constantes deste artigo foram recolhidos entre abril de 2018 e abril de 2020.

Através de uma análise de literatura técnica, legislativa e académica e de um conjunto



Imagem 1 - Fotografia de vazio urbano na antiga Quinta Marquês de Abrantes

Fonte: autor, 2020

de entrevistas semi-diretivas, conseguimos ter uma percepção alargada de todos os processos construtivos na área, assim como da origem das populações residentes no antigo Bairro Chinês, inscrevendo-as como elementos de valorização patrimonial (tangível e intangível). A nossa presença em assembleias comunitárias e reuniões informais de moradores, permitiu desenvolver uma estratégia de investigação que passava por perceber os novos usos dos espaços vazios e o papel dos moradores na sua reutilização.

Passado: Industrialização, Bairro Chinês e a sua reconversão habitacional

Para assinalar a existência de uma "problemática urbana" (Lefebvre, 1968, p. 11), teremos de nos debruçar sobre o papel da industrialização enquanto indutor da urbanização. Como elemento disruptivo, a indústria tenderia a surgir em espaços com determinadas características espaciais de implantação inicial: ligadas a forças motrizes ou de energia (rios, florestas, carvão), transporte, matérias primas ou reservas de mão de obra, que estariam já dedicadas a atividades pré-industriais em oficinas não mecanizadas.

Este é o caso dos territórios ribeirinhos de Marvila e do Beato, onde uma nova classe social, a burguesia, já fortemente ligada ao comércio colonial, vai instalar novas atividades, agora de natureza industrial. Este processo é favorecido pela criação da linha ferroviária de ligação entre Lisboa e o Carregado, inaugurada em 1856, assim como pelo acesso facilitado ao rio Tejo.

Tal como noutros pontos da cidade, e respondendo ao *input* industrial que se concentra



Imagem 2 - Localização dos Bairros 4 Crescente
 Legenda: 1 PRODAC-SUL; 2 Quinta do Chalé;
 3 Marquês de Abrantes e 4 Alfinetes
 Fonte: Criação em Google Earth, 2020



Imagem 3 - Imagens dos Bairros 4 Crescente
 PRODAC-SUL (à esquerda em cima), Quinta do Chalé
 (à direita em cima), Marquês de Abrantes (à esquerda em
 baixo) e Alfinetes (à direita em baixo)
 Fonte: autor, 2020

Bairro	Ano (Término)	População (N)	Alojamentos (N)/ Arrendados (N)	Origem
PRODAC-SUL	1973	1178	499/367	Bairro Chinês
Quinta do Chalé	1979	333	172/84	
Marquês de Abrantes	2000	1361	593/416	
Alfinetes	2005	1204	405/367	Estrada de Chelas e Curraleira

Tabela - Bairros que compõem o 4 Crescente em 2011¹

na frente ribeirinha, a aptidão agrícola e de lazer de algumas quintas e palácios é profundamente alterada, passando a ter três novos usos: armazéns comerciais, pavilhões industriais e dando resposta às necessidades habitacionais destes operários e suas famílias, a criação de novos núcleos populacionais. Estes alojamentos de trabalhadores industriais e suas famílias foram criados pelos próprios industriais (Vila Flamiano), por empresários dedicados ao aluguer de habitações para este público em particular (Vila Dias), ou criados pelos próprios residentes, em bairros de barracas, compostos de alojamentos precários de madeira e chapa, e que ocupam os espaços exteriores de algumas quintas, como o Bairro Chinês (Reis, 2013).

Atualmente, os territórios que compunham este bairro de barracas têm vindo a ser denominados, principalmente pelas entidades de assistência social e promoção cultural a trabalhar na área, como 4 Crescente, consubstanciado num Grupo Comunitário com o mesmo nome, sugerindo a união entre os 4 bairros: PRODAC-SUL, Quinta do Chalé, Marquês de Abrantes e Alfinetes, onde estão presentes um complexo ecossistema de entidades do terceiro setor (associações, grupos informais, pequenas empresas), projetos de investigação científica e intervenção local (financiadas pela iniciativa municipal) e agentes associados à experimentação cultural e artística.

Para que seja mais clara a informação acerca dos bairros em que se alojaram as populações do antigo Bairro Chinês, hoje 4 Crescente, passamos a apresentar a tabela ao lado, que congrega alguma informação acerca destes bairros.

Mas nem todos os terrenos foram ocupados na totalidade, o que levanta a importância dos usos futuros dos espaços vazios, em particular dos terrenos sem uso constante entre a Biblioteca Municipal e o Apeadeiro de Marvila, que recentemente foram convocados como local de implantação de novas habitações orientadas a estratos sociais mais modestos, não na modalidade de realojamento, mas integrados no Programa de Renda Acessível recentemente criado pela Câmara Municipal de Lisboa.

Esta estratégia de mobilização dos espaços vazios da freguesia de Marvila com novos usos urbanos é acompanhada pelo aumento da visibilidade e importância de espaços pós-industriais, mas também de um passado ligado à Nobreza, seus palácios e quintas. Entre as ruínas e espaços vazios decorrentes do fim da indústria, mas também do falhanço dos processos de edificação de

¹ Os dados referentes à população, número de alojamentos e alojamentos arrendados, foram recolhidos com base numa contagem ao nível da subsecção, proveniente dos Censos de 2011. Apesar de terem passado 10 anos desde a última contagem e de potencialmente terem existido algumas mudanças, estes são os dados agregados mais fiáveis para estes bairros de gestão municipal, maioritariamente ocupados por alojamentos de propriedade camarária.

habitação a custos reduzidos; deu-se uma clara aposta no uso destes territórios com objetivos de dinamização cultural². Um dos exemplos mais marcantes da reutilização do património tangível deste território, de abertura desta área da cidade a outros utilizadores e à restante Lisboa, é decorrente da requalificação da antiga Quinta das Fontes, que desde os finais de 2016, acolhe a Biblioteca de Marvila.

Inaugurada como a última grande intervenção da Câmara Municipal de Lisboa nos terrenos do antigo Bairro Chinês, depois de todos os processos de realojamento na área, a Biblioteca de Marvila tornou-se um ponto determinante na dinamização cultural da comunidade local, tanto por parte dos mais novos através do acesso às novas tecnologias, como da população sénior na valorização das suas memórias e restante património imaterial. Ao mesmo tempo, este novo equipamento cultural consubstancia uma estratégia municipal de fomento do acesso de novos utilizadores urbanos àquela área, empregando a dinamização cultural dos territórios e das suas comunidades como fator de regeneração urbana (Evans, 2005).

Presente: O Programa de Renda Acessível (PRA) e o processo comunitário de participação dos residentes “Transformar Marvila com Jardim e Ciclovias”

O Programa de Renda Acessível (PRA) da Câmara Municipal de Lisboa é um programa que vai no sentido de criar condições de acesso à habitação – embora declaradamente insuficientes – a estratos das classes médias e não através dos procedimentos até aí vigentes, que passavam pelo apoio a famílias alojadas em bairros de barracas. O objeto do programa passa pela criação de uma bolsa de arrendamento para estratos intermédios, inferiores ao mercado, mas superiores às rendas praticadas nos processos de realojamento, operando um *social mix* dos territórios de implantação, que no caso da Quinta do Marquês de Abrantes, são contíguas às já existentes de natureza social, operando uma estratégia de diversificação dos utilizadores de habitações em bairros municipais.

As reações dos moradores do 4 Crescente³ ao PRA foram particularmente negativas, defendendo que os destinatários dessas casas deviam ser os seus familiares (filhos, netos) e de que em



Imagem 4 - Biblioteca de Marvila com os antigos muros da Quinta das Fontes

Fonte: autor, 2020

primeiro lugar deveriam estar “os nossos”, ou seja, que essas habitações deveriam ser entregues a agregados familiares com relações familiares ou de amizade com os atuais residentes. Perante um contexto claro de déficit habitacional e aumento generalizado das rendas na cidade de Lisboa, os conflitos tornam-se mais evidentes, colocando diferentes agentes sociais com rendimentos semelhantes, mas de socialização diferenciada, em confronto pelo acesso à habitação a custos controlados.

Esta reação enérgica dos moradores às intenções do PRA, acabou assim, 3 meses depois da apresentação pública do projeto, por implicar uma séria reformulação do mesmo. Em resposta, os moradores apresentaram uma proposta alternativa à municipalidade que acabou por ser aceite. Desta forma caía o projeto inicial do PRA, com a construção de 493 fogos (2/3 em renda acessível, os restantes privados) (Câmara Municipal de Lisboa, 2018), sendo em seu lugar implantadas apenas 70 habitações e um novo jardim com ciclovias.

Futuro: O Direito à Cidade “Verde” e os novos usos e utilizadores em Marvila

A contestação dos moradores à implementação de mais habitação a custos moderados no vazio urbano da antiga Quinta do Marquês de Abrantes, enuncia uma nova fase de transformação territorial e urbana, não só deste território, mas também de toda a restante Marvila portuária. Esta alteração, este desviar de percurso, e o pa-

² Entre estes processos, teremos de enunciar a criação de uma Galeria de Arte Urbana nos Bairros Marquês de Abrantes e Quinta do Chalé, mas também da reocupação de antigos lugares icónicos como o Armazém Abel Pereira da Fonseca, da Fábrica da Borracha, dos Fósforos, de Manutenção Militar ou do Braço de Prata, com novos usos e utilizadores, em que a criatividade, a reutilização de materiais e de espaços apresenta uma relevância central.

³ Numa sessão aberta da Junta de Freguesia de Marvila para discutir o presente e o futuro da freguesia e dinamizada pelo projeto ROCK



Imagem 5 - Mapa de vazios urbanos na área de intervenção do projeto ROCK em Marvila e Beato
 Legenda: Vazio da Quinta do Marquês de Abrantes em padrão cruzado a branco
 Fonte: Criação em Google Earth, 2020

pel dos moradores e da sua organização, traz a ocasião perfeita para discutir a cidade, as suas periferias, mas também as suas comunidades locais e a sua mobilização para o exercício do direito à cidade.

Esta escolha, apesar das boas intenções dos seus promotores, ligadas à melhoria significativa da qualidade de vida das populações já instaladas e à sua participação autónoma; enuncia um processo mais alargado, que é valorização territorial deste espaço, através da alteração da sua função urbana original (habitação – lazer), mobilizando um novo campo de direitos, o “direito à natureza” (Lefebvre, 1968, p. 117). Hoje, face a um cenário urbano global marcado pelo cumprimento da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, muitos destes espaços vazios vão ser ocupados maioritariamente por manchas verdes.

A criação deste novo espaço verde irá promover a chegada de novos utilizadores, não de populações com as mesmas dificuldades associadas ao acesso ao alojamento (como estes residentes sentiram décadas atrás), mas de novos agentes sociais que pretendem desenvolver formas de interação social num contexto urbanizado como verde. Este (novo) uso vem consubstanciar um conjunto de práticas já existentes nesta área da cidade, como o uso lúdico do Parque do Vale Fundão (em obras de beneficiamento), ou mesmo da Quinta das Flores, a primeira experiência de Hortas Urbanas geridas pela municipalidade nesta área.

Apesar da enorme fragmentação territorial existente, marcada por condições de mobilidade interna bastante precárias, o vazio urbano da antiga Quinta Marquês de Abrantes é análogo a outros espaços expectantes, que naturalmente irão ser influenciados pela criação deste jardim. O incremento da área verde irá favorecer a procura de terrenos por parte de novos empreendedores urbanos (incluindo fundos de investimento imobiliário) em espaços análogos, que visam aí instaurar novas modalidades de alojamento orientadas a estratos sociais mais elevados, induzindo, ao mesmo tempo, a produção e reprodução de novos padrões de consumo quotidiano urbano. Daí que, perante o contexto atual associado ao preço dos alojamentos e das suas rendas, da significativa mobilização de muitos dos fogos da cidade de Lisboa para modalidades de uso como o alojamento local, da dificuldade crescente de muitos estratos sociais mais modestos no acesso à habitação, estes vazios urbanos ganham uma crescente visibilidade mediática e importância ao nível fundiário⁴.

Assim, este jardim não alterará somente os territórios circundantes da antiga Quinta do Marquês de Abrantes, mas uma área mais abrangente, que seguramente irá valorizar-se ao nível imobiliário com este novo espaço verde. Todos estes movimentos, processos, indicam a vontade dos promotores de efetuar processos de regeneração urbana e de revalorização económica do espaço, ou de pelo menos efetuar uma reconfiguração dos seus usos.

Estas mudanças promoverão uma abertura à restante cidade dos espaços mais icónicos desta Lisboa oriental, face a uma dinâmica contemporânea fortemente associada à valorização da cultura e património urbanos, criando espaços renovados de consumo lúdico, em que a mercantilização da cultura e espaço urbano são convocados como elementos fundamentais na diversificação económica e social de territórios e comunidades infringidas por processos longos de depravação económica e social (Lestegás, Seixas, Lois-González, 2019; Sequera e Nofre, 2018; Pavel, 2017; Mendes, 2012)

Conclusões: Vazios urbanos e a gentrificação em potência da restante Marvila ribeirinha

Apesar da enorme visibilidade mediática, nacio-

⁴ Em Marvila, teremos de ressaltar as transformações em curso na área da Matinha e Avenida Infante D. Henrique, onde se localiza o empreendimento *Prata Living Village*, projetado para a área desde 1999, mas apenas iniciado recentemente. Marvila apresenta uma presença significativa de terrenos urbanizáveis, decorrentes da existência de vazios urbanos, cuja valorização imobiliária de 2017 para 2018, materializada num aumento de 80% no preço médio do m² (INE, 2018) vem consubstanciar.

nal e internacional de Marvila, vista como um território em processo de transformação socio-espacial, em que os novos usos associados ao consumo lúdico do património pós-industrial estão bastantes patentes, são relativamente poucas as publicações de natureza científica que detalham a transformação recente do território de Marvila (Nunes e Sequeira, 2011; André, Nevado, e Luís, 2018; Gennari, 2018; Nevado, 2016).

Nesse sentido, acreditamos que esta falta de informação, apesar da presença de vários investigadores no terreno, é decorrente da sua transformação recente, não sendo possível ainda caracterizar de forma derradeira um processo que ainda está a decorrer, cujo final ainda é incerto. Este elemento motiva-nos a continuar a trabalhar os novos usos do território em Marvila, assim como da convocação das memórias dos seus residentes enquanto elementos de património cultural.

Apesar de encontrarmos alguns elementos de transformação socio-espacial que nos aproximam do conceito de gentrificação, como a substituição de usos funcionais nos espaços vazios (habitação-lazer), ou mesmo nas antigas fábricas e armazéns industriais da Marvila ribeirinha (indústria-lazer), acreditamos estar ainda longe de um processo final em que o conceito de gentrificação possa ser totalmente utilizado (Marcuse, 2016, Lees, 2011; Smith, 1996; Harvey, 1989). Apesar dos processos de bullying imobiliário a ocorrerem presentemente na Vila Pereira (ou Prédio Santos Lima), da criação de habitações de luxo no empreendimento *Prata Living Village*, ou mesmo da criação de um novo jardim com usos lúdicos a integrar no futuro Corredor Verde Oriental, desconhecemos a velocidade a que o processo decorrerá, o sentido que irá ter, assim como o papel que a comunidade ainda aí residente terá em todo este processo.

Mais uma vez os territórios pós-industriais de Marvila apresentam-se como um espaço privilegiado para compreender as dinâmicas urbanas da cidade de Lisboa, plasmando muitas das controvérsias e desafios quotidianos. Apresenta dentro de si uma miríade de intervenções públicas, desde centrais a municipais, mas também de campos diversos, desde o marketing à economia, passando pelo urbanismo ou gestão urbana de espaços verdes, particularmente em contextos urbanos fragmentados decorrentes de abandono pós-industrial (Loures, 2015). Denotam um campo de mudanças que deverá, no futuro mais ou menos longínquo alterar este território na sua globalidade: de forma mais direta nas reutilizações do património pós-industrial junto da área

portuária, de uma forma indireta nos espaços remanescentes do antigo Bairro Chinês, com a criação do novo jardim comunitário.

Durante a nossa experiência de dois anos de investigação no território, acompanhámos a enunciação e mediatização de processos de transformação profundamente radicais e que, se forem cumpridos, alterarão significativamente esta zona ribeirinha da cidade de Lisboa. Apesar da enorme campanha mediática em redor de Marvila, que teve os seus efeitos na visibilidade do território, mas também no aumento exponencial do preço dos solos urbanos, das transformações em espaços icónicos como os Armazéns Domingos Barreiro ou o Convento do Beato (futuros hotéis), comercializados e mobilizados como pano de fundo de grandes operações urbanísticas, dois anos depois da nossa presença no território, ainda não é totalmente claro o sentido das mudanças que irão ocorrer.

Percebemos que o ritmo de transformação é mais lento do que as intenções dos promotores, ou mesmo do tom mais alarmante de algumas publicações jornalísticas. A transformação socio-espacial de Marvila é marcada por um processo difuso, com avanços e recuos, diverso dos processos clássicos de gentrificação, que apontam para processos rápidos de transformação urbana, com a chegada massiva de novos agentes sociais, que no caso de Marvila, ainda têm uma dificuldade significativa em manter-se no local por mais do que alguns meses. Diríamos que hoje estamos perante um processo iniciático, que poderá degenerar num processo de gentrificação, mas que por agora ainda apresenta alguns obstáculos, sendo um deles a existência de um largo contingente de habitação social, que devido à natureza dos títulos de arrendamento (municipais e por essa razão longos), poderá travar de alguma forma as intenções de alguns promotores imobiliários.

Para responder à pergunta inicial, se Marvila iria ou não manter-se como um laboratório de experiências de habitação para estratos sociais mais baixos, depois do processo do PRA na Quinta do Marquês de Abrantes, da participação da população e da decisão da municipalidade de integrar esses terrenos no Corredor Verde Oriental, teremos de afirmar que a resposta é negativa, pelo menos por agora. O processo que permitiu o realojamento de muitas famílias em situação de carência habitacional não continuará nos mesmos moldes.

Igualmente, a mobilização de um conceito fechado, nomeadamente o de gentrificação, de origem anglo-saxónica, que ajudou a compreender

as transformações de Nova Iorque, Londres ou mesmo Berlim, apresenta-se como uma importação algo forçada, que não reconhece as particularidades do processo de urbanização em outros territórios (Lees, 2011), nomeadamente em Portugal e em Lisboa, sendo necessário readequar este conceito às realidades territoriais urbanas muito particulares, como é o caso de Marvila. Novas estratégias de investigação, assim como um aprimoramento do conceito de gentrificação e a sua relação com Marvila apresentam-se como tarefas futuras da investigação em Estudos Urbanos, nomeadamente na compreensão da criação de novos pólos urbanos de dinamização cultural e criativa, mas fundamentalmente da transformação dos usos e utilizadores desta área pós-industrial.

Referências Bibliográficas

- André, Paula; Nevado, Ana e Luís, Nádia (2018), “O Passado no futuro na cidade de Lisboa: requalificação da arquitetura e regeneração urbana por via da re-funcionalização”, *Projeto História, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, ISSN 2176-2767, 62, 200-241.
- Antunes, Gonçalves (2017), *Políticas sociais de habitação (1820 - 2015): espaço e tempo no concelho de Lisboa*, Lisboa, Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Acedido em <https://run.unl.pt/handle/10362/28056>.
- Cabannes, Yves e Raposo, Isabel (2013), “Peri-urban agriculture, social inclusion of migrant population and Right to the City”, *City*, 17(2), 235-250, DOI:10.1080/13604813.2013.765652.
- Câmara Municipal de Lisboa (s.d), *CML, Renda Acessível: Modelo de Negócio*, acedido em <http://www.lisboarendaacessivel.pt/modelo-de-negocio.html>.
- Carlos Worm e Manuela Costa, (1996) *Departamento de Construção de Habitação*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- Câmara Municipal de Lisboa (2013), *Regulamento Municipal para Reversão Urbanística das Áreas Urbanas de Génesse Ilegal*, Edição CML.
- Câmara Municipal de Lisboa (2018), *Proposta 745/CM/2018, ponto 6 – Autorização para a celebração do contrato de concessão da «Operação Renda Acessível Benfica e Marvila», e afetação de património imobiliário tal como identificado no Caderno de Encargos*, Lisboa, Edição CML. Acedido em <https://www.am-lisboa.pt/301000/1/011360,000482/index.htm>.
- Evans, Graeme (2005), Measure for Measure: Evaluation the Evidence of Culture’s Contributions to Regeneration, *Urban Studies*, 42, 959-983 .
- Ferreira, Susana e Gomes, Ana (coord.) (2015), *PRODAC: Comunidade em construção, Lisboa*, Edições Santa Casa da Misericórdia.
- Gennari, Carlotta. (2018), “Regeneração urbana, cidade criativa e gentrificação: Estudo do caso de Marvila em Lisboa”. *Sociabilidades Urbanas – Revista de Antropologia e Sociologia*, 2(6), 113-123.
- Harvey, David (1989), *The Condition of Post-modernity*. Oxford: Blackwell
- INE (2018), *Estatísticas de Preços da Habitação ao nível local 4º trimestre de 2018*. Acedido em file:///C:/Users/35196/Downloads/07Pre%C3%A7HABLocal_4T2018_PT.pdf.
- INE (2011), *Censos da População*. Mapas brig, acedido em <http://mapas.ine.pt/map.phtml>.
- Junta de Freguesia de Marvila (S/D), *Bairro Chinês*: Acedido em <http://jf-marvila.pt/index.php/historia-da-freguesia/historia/marvila-e-a-nossa-historia-2/bairro-chines>.
- Lees, Loretta (2011), The geography of gentrification: thinking through comparative urbanism, *Progress in Human Geography*, 36(2), 155-171.
- Lefebvre, Henri (2001 [1968]), *O direito à Cidade*. Trad. Rubens Eduardo Frias, São Paulo, Centauro.
- Lestegás, Iago; Seixas, João, Lois-González, Rubén-Camilo (2019), “Commodifying Lisbon, A Study on the Spatial Concentration of Short-Term Rentals”, *Soc. Sci.*, 8, 33, 1-15.
- Loures, Luís (2015), “Post-industrial landscapes as drivers of urban development, *Habitat International*, 45, 72-81.
- Machado, João (2017), *O lugar para a participação – o Bairro PRODAC*, Tese de Mestrado em Arquitetura, Lisboa, ISCTE-IUL, Instituto Universitário de Lisboa. Acedido em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/15704>.
- Marcuse, Peter (2016), “Gentrification, Social Justice and Personal Ethics”, *International Journal of Urban Research*, 39, 1263-1269.
- Mendes, Luís (2012), “Nobilitação urbana marginal enquanto prática emancipatória: Alternativa ao discurso hegemónico da cidade criativa?” *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 99, 51-72.
- Nevado, Ana (2016), “The Eastern waterfront area of Lisbon: progress, decline and regeneration,” *Joelho*, 146-152.
- Nunes, João e Sequeira, Ágata (2011), “O Fado de Marvila: Notas sobre a origem cidadina e o destino metropolitano de uma antiga zona industrial de

Lisboa”, *Forum Sociologico*, 21, 33-41.

- Pavel, Fabiana (2017), “Turismo e mercantilização da cidade”, *Espaços Vividos e Espaços Construídos*, 1, 21-28.

- Rebolo, João (2017), *O Realojamento do Bairro Chinês em Marvila Participação e Autoconstrução como processo – o caso da Prodac (1970-1974)*, Tese de Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo, Lisboa, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. Acedido em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/13723>.

- Reis, Margarida (2013), *Pátios e Velas da Zona Ribeirinha Oriental: Materialidade, memória e recuperação urbana*, Mestrado em História Moderna e Contemporânea na especialidade de Cidades e Património, Lisboa, ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa. Acedido em <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/6967>.

- Soares, Ana (2011), *Identidade Territorial de um Bairro Social: O caso da Quinta Marquês de Abrantes*, Dissertação de Mestrado em Gestão do Território – Território e Desenvolvimento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Disponível em <http://hdl.handle.net/10362/7120>

- Sequera, Jorge e Nofre, Jordi (2018), “Shaken, not stirred New debates on touristification and the limits of gentrification”, *City*, 22, 1-13.

- Smith, Neil (1996), *The new urban frontier, gentrification and the revanchist city*, Londres, Routledge.

As vozes do lugar na pesquisa de campo: possibilidades de acolhimento e abordagem de narrativas

Polyana Coelho^a, Raquel Gonçalves^b

Resumo

A pesquisa foi construída em torno às experiências de luta em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil. Trata-se de uma população dependente da mineração, carente de infraestrutura, equipamentos e serviços públicos e, portanto, distante da possibilidade de acesso e direito à cidade. Acompanhando as mobilizações de 2013 no Brasil, o distrito foi palco de lutas populares por melhores condições de vida despertando subjetividades e apontando desafios da luta urbana e da auto-organização popular. A partir da história oral buscou-se trazer a voz dos entrevistados preservando a originalidade e a livre expressão das narrativas.

Palavras-Chave

Lutas populares, História oral, Subjetividades, Narrativas.

Abstract

The research was built around fighting experiences in Antonio Pereira, Ouro Preto district, Minas Gerais, Brazil. It is a population dependent on mining, lacking infrastructure, equipment and utilities and thus far from any possibility of entitlement to the city. Accompanying the 2013 mobilizations in Brazil, the district was the scene of popular struggles for better living conditions, awakening subjectivities and pointing to challenges of urban struggle and popular self-organization. From the oral history we sought to bring the voice of the interviewees preserving the originality and free expression of the narratives.

Keywords

Popular struggles, Oral history, Subjectivities, Narratives.

Introdução

Em meio ao ressurgimento dos movimentos sociais urbanos abriu-se, em junho de 2013, no Brasil, um ciclo de lutas inspirado na forte onda de mobilizações que, desde 2011, inundavam o cenário do capitalismo globalizado de novas experiências de enfrentamento e resistência popular contra governos e regimes que se impunham às classes subalternas.

As mobilizações e ocupações preencheram o cenário político brasileiro entre 2013 e 2016. Embora a passividade tenha retornado em 2017, não se pode dizer que o ciclo de lutas se fechou; a classe dominante apertou o cerco político-ideológico para garantir sua hegemonia e alterou a correlação de forças, mas as tensões sociais permanecem latentes.

Tais mobilizações surgem em torno à precariedade e ao aprofundamento da crise urbana

recolocando na ordem do dia a luta pelo direito à cidade. A ideia do direito à cidade, tal como se apresenta no século XXI, conforme aponta Harvey (2014, p.15), distante de uma retomada dos pensamentos de Henri Lefebvre e do contexto das lutas da década de 1960, ressurge como uma nova consigna, resultado do somatório das diversas pautas específicas: moradia, infraestrutura, mobilidade, transporte público, contra as remoções, contra a segregação, além de outras tantas.

Contudo, segundo os preceitos de Lefebvre, o direito à cidade deve contemplar o direito de reinventar e recriar a cidade, decidir coletivamente pelos rumos e processos de urbanização. É, sobretudo, “o direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade)” (Lefebvre, 2001, p.134).

Nesse sentido, seria necessário construir uma nova práxis e um novo homem, “o homem

^a Arquiteta-urbanista, Professora da Faculdade e Colégio Santa Rita (Brasil) e arquiteta da Secretaria de Cultura e Patrimônio da Prefeitura Municipal de Ouro Preto. E-mail: polyanapcoelho@gmail.com

^b Arquiteta-urbanista, Professora Associada do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: raquelgargon@hotmail.com

da sociedade urbana”, afastando os obstáculos que limitam essa caminhada como, por exemplo, as ideologias, os mitos e as falsas estratégias. “A vida urbana ainda não começou”, afirma Lefebvre, e complementa que “apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das [...] soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra” (Lefebvre, 2001, p.113).

Qual seria, no entanto, a possibilidade real de promoção de uma iniciativa revolucionária de construção da sociedade urbana? Lefebvre aponta que em meio à estrutura dominante existem brechas, “abismos”. Contudo, “esses vazios não provêm do acaso. São também os lugares do possível, elementos flutuantes ou dispersos, mas não a força capaz de os reunir” (Lefebvre, 2001, p.115). Nesse sentido seria necessária a realização de uma metamorfose radical.

A partir da perspectiva de uma necessária revolução urbana, buscamos entender em que medida as ações coletivas e a ação direta podem ser consideradas experimentações de espaços de representação e participação e qual seria o potencial de transformação dessas ações. A ocupação dos espaços de decisão, as ocupações por moradia, a retomada dos espaços públicos para manifestações políticas e culturais.

Para tanto, utilizou-se a experiência de luta popular ocorrida entre 2013 e 2016 em Antônio Pereira, distrito de Ouro Preto, MG, que correlacionou ação direta, ocupação do espaço, luta urbana e desobediência civil suscitando um movimento do sujeito político subalternizado no sentido da reapropriação de sua autonomia. Vizinho de Bento Rodrigues – subdistrito de Mariana destruído pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineração – o perímetro urbano de Antônio Pereira guarda intensa relação de proximidade territorial com as barragens de rejeitos da mineração. Altamente dependente da exploração mineral, tanto em termos econômicos quanto sociais, o distrito, que gera um alto contingente de impostos para Ouro Preto, chama a atenção pela carência generalizada em termos de infraestrutura, equipamentos urbanos, equipamentos comunitários e serviços públicos.

Contudo, ao contrário do quadro histórico de paralisia e passividade social que o caracterizava, o distrito foi palco de lutas populares por melhores condições de vida acompanhando o quadro nacional de mobilizações que se abriu em 2013. A insurreição de Antônio Pereira se apresentou como um rico despertar de subjetividades, capaz de apresentar elementos importantes no que diz

respeito aos desafios da auto-organização popular.

A pesquisa baseou-se em 21 entrevistas semi-estruturadas construídas a partir da história oral, que possibilita priorizar a linguagem dos atores. Na tentativa de trazer a voz e a narrativa dos entrevistados para o centro da pesquisa buscou-se uma forma não convencional de construção textual, na qual as narrativas são apresentadas de forma linear e a presença do pesquisador se restringe à seleção dos trechos dando um direcionamento temático; uma tentativa de proporcionar voz ativa aos atores que participaram diretamente do processo de investigação, preservando ao máximo os elementos narrados em seu conteúdo, originalidade e livre expressão. A análise das narrativas é apresentada posteriormente, a título de considerações finais.

1. Antônio Pereira em debate: três séculos de história na poeira do minério

1.1 Antônio Pereira: do berço colonial à luta popular

Localizado na Região Central de Minas Gerais o município de Ouro Preto possui uma área aproximada de 1.245 km² e sua população totaliza aproximadamente 70.281 habitantes (IBGE, 2014).

Surgido nos tempos da exploração aurífera no Brasil, ainda sob a colonização, o município de Ouro Preto tem mais de três séculos de história. Reconhecido mundialmente por sua arquitetura colonial, setecentista, reduto da arquitetura barroca e da arte de Aleijadinho, o município guarda uma intensa relação com a atividade de exploração mineral desde sua origem.

O reconhecimento do valor histórico e cultural de Ouro Preto começa a ganhar amplitude em 1933 quando Ouro Preto foi erigida a Monumento Nacional por meio do Decreto Nacional nº 22.928. Em 1938, o conjunto histórico da cidade foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que havia sido criado no ano anterior. Os anos seguintes foram marcados por inúmeras obras de restauração e tombamentos individuais. Passadas quatro décadas do tombamento nacional, em 21 de setembro de 1980, Ouro Preto recebeu da UNESCO o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, e passou a ter visibilidade internacional.

O território da pesquisa que aqui se apresenta, denominado Antônio Pereira, é um distrito do município de Ouro Preto. Os primeiros re-

gistros da exploração da área de Antônio Pereira e arredores datam de aproximadamente 1693, quando o português Antônio Pereira Machado teria, junto com outros exploradores, descoberto ouro em grande quantidade na região.

A exploração de metais preciosos, principalmente de ouro, foi a atividade econômica principal do distrito ao longo dos séculos XVIII e XIX, tendo momentos de auge e decadência. Foi a partir da metade do século XX que entraram em cena novas tecnologias e novos incentivos estatais que possibilitaram a exploração de novas jazidas de ouro, ferro e outros minerais.

No intervalo entre as décadas de 1970 e 1990, ocorreu a instalação das grandes mineradoras na região. O crescimento populacional acentuou-se profundamente e houve uma expansão urbana significativa. Contudo, Antônio Pereira não recebeu investimentos significativos em infraestrutura e urbanização e também não contou com uma política associada a recursos para a preservação do casario antigo, do patrimônio histórico e cultural assim como para a manutenção dos equipamentos públicos e comunitários. Há ainda outro problema social que decorre da população flutuante que passa pelo distrito, que em grande

parte são trabalhadores temporários em busca das novas oportunidades de trabalho abertas pelas grandes mineradoras que chegaram à região.

1.2. Os ares do novo século em Antônio Pereira: as reivindicações e o ciclo de lutas

Diferentemente do quadro historicamente consolidado no distrito, o que se viu em Antônio Pereira em 2013 foram mobilizações organizadas por moradores independentes, que apostaram na rua como espaço privilegiado de expressão da indignação frente à ausência de direitos sociais basilares tais como saneamento básico, infraestrutura urbana e moradia.

Em se tratando de uma população sem histórico de luta e sem organizações sociais sólidas e atuantes, as mobilizações que ocorreram no distrito, acompanhando o ciclo de lutas aberto no Brasil em junho de 2013, chamaram a atenção não só por terem abraçado a ação direta enquanto tática sistemática de reivindicação e pressão, mas também por terem permanecido em cena durante os anos seguintes com a mesma conotação de instrumento de resistência e luta por direitos.

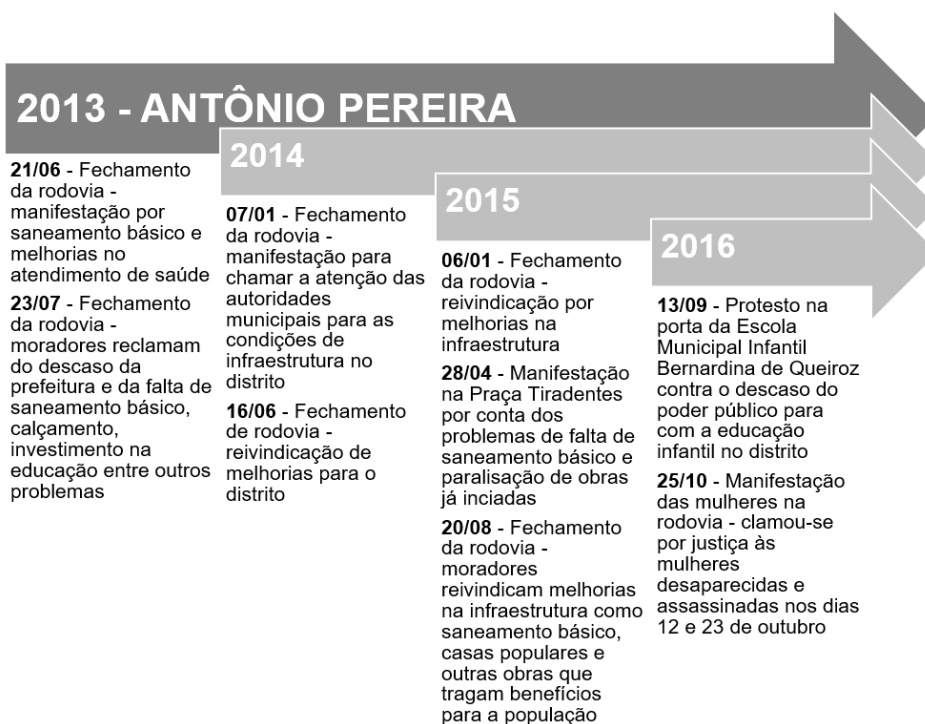


Imagem 1 - Cronologia das manifestações em Antônio Pereira

Fonte: Dados coletados pelas autoras, 2017

É extremamente significativo o quanto a autonomia do sujeito político morador do distrito de Antônio Pereira avançou por meio da ação direta. Vejamos o caminho percorrido pela pesquisa.

2. A pesquisa de campo: projeto, processo e prática

Trata-se de uma pesquisa construída em torno das descrições das experiências de luta e das condições de vida em Antônio Pereira. A pesquisa de campo buscou acumular sobre a necessidade da luta urbana enquanto prática cotidiana e desafio constante. Buscamos nos aproximar da organização popular em Antônio Pereira, numa tentativa de apresentar a compreensão da organização e da luta popular a partir das narrativas dos indivíduos que participaram ou estiveram próximos da ação coletiva.

As vozes, sistematizadas nas entrevistas, são o alicerce da pesquisa. Foram realizadas 21 entrevistas por meio das quais conhecemos a história do lugar, a história das pessoas, compreendemos melhor as múltiplas estruturas sociais e suas interconexões e percebemos as relações sociais e territoriais estabelecidas.

As entrevistas foram obtidas pelo método da História Oral, utilizado como máximo expoente da pesquisa de campo. Tal escolha se deve ao fato de que História Oral nos permite “reconstruir a história através de suas múltiplas versões; captar a lógica e o resultado da ação através do seu significado expresso na linguagem do ator [...]” (Alberti, 2013, p.20). Em uma rápida definição, Alberti (2013) observa que a História Oral é um “método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo [...]” (Alberti, 2013, p.24). A relevância do método da História Oral decorre da necessidade de priorizar a linguagem dos atores, dando voz às narrativas individuais e locais, no sentido de construir uma abordagem que tem no saber popular e local a sua base fundamental.

Na pesquisa em questão utilizamos um mesmo roteiro geral temático para todas as entrevistas semiestruturadas. Contudo, longe de ser um roteiro rígido, as questões propostas serviram para impulsionar o diálogo garantindo um espaço bastante flexível e aberto às narrativas e à história de vida dos entrevistados, narrativas estas que compõe nosso próximo subtítulo e que nortearam nossas análises e considerações.

Os agentes sociais que aqui emprestam sua

narrativa para ilustrar as temáticas e as questões urbanas em debate não foram determinados pela pesquisa preliminarmente. Para nos aproximarmos do campo de pesquisa, fizemos um primeiro contato com os diretores das escolas e com o presidente da Associação de Moradores de Antônio Pereira. Realizado esse primeiro contato, a rede ilustrada pelo fluxograma abaixo foi sendo construída. À medida que as narrativas indicavam novos interlocutores de relevância para a pesquisa, estes iam sendo incorporados ao grupo participante sendo que ao final efetivamos um conjunto de 21 agentes sociais entrevistados. O nosso quadro de narrativas é composto, portanto, da seguinte estrutura:

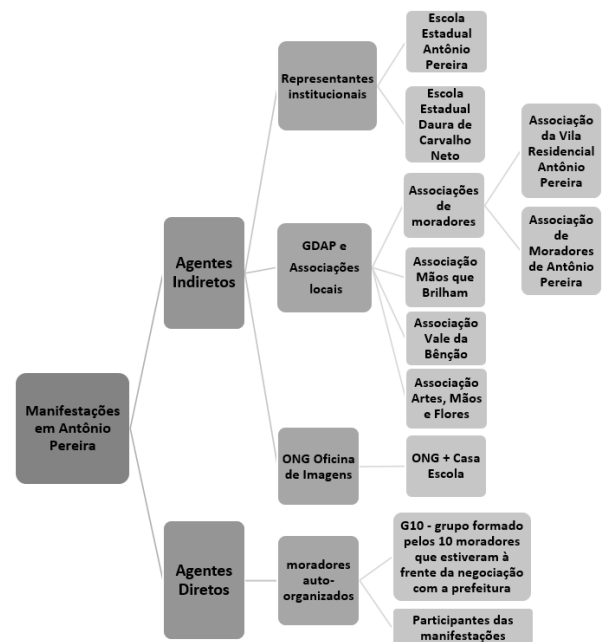


Imagem 2 - Diagrama dos participantes da pesquisa

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2017

A metodologia foi construída no sentido de encontrar os elementos para a compreensão dos seguintes aspectos: 1. Quem eram os manifestantes e o que os levou à ação direta? 2. Quais os resultados dessa ação? 3. Qual a repercussão para os diferentes agentes sociais? 4. Qual o nível de aprovação/reprovação da tática para os diferentes grupos? 5. Qual a relação entre a ação direta e a ação institucional para os grupos em questão? 6. Qual a relação desses agentes sociais com os espaços de participação popular sobre a política urbana e sobre a política de habitação do

Município de Ouro Preto? 7. Quais os desdobramentos desse ciclo de lutas?

A articulação das diferentes narrativas em um texto único e a supressão das interferências da voz do pesquisador foram recursos utilizados no intuito de proporcionar uma maior aproximação com as narrativas e não apenas com os resultados analíticos da pesquisa. Esse esforço foi fundamental para o resultado da pesquisa deixando que os acontecimentos sejam narrados por suas próprias vozes.

3. As vozes do lugar: contadores de sua própria história

Para uma melhor compreensão das narrativas, vale ressaltar os elementos gráficos que foram utilizados no tratamento dos depoimentos e das fontes orais. Quanto aos elementos de tratamento da narrativa, utilizamos os parênteses e as reticências (...) toda vez que o entrevistado fez uma pausa mais longa, iniciou uma construção verbal/ frasal e não deu seguimento, utilizou uma expressão típica da oralidade, iniciou uma ideia e mudou para outra ideia ou para outra construção frasal logo em seguida. Para as expressões incompreendidas a partir do áudio, utilizou-se o parêntese e a interrogação (?).

Quanto aos recortes feitos pela entrevistadora no ato da transcrição foram utilizados os colchetes e as reticências [...], servindo tanto para a exclusão de palavras, frases ou até mesmo parágrafos inteiros. Tal recurso também foi utilizado para inserir palavras de auxílio à compreensão do texto, palavras que não foram pronunciadas pelo entrevistado e também para inserir elementos da discussão, uma vez que as perguntas foram totalmente suprimidas.

A ideia de transformar as entrevistas em narrativas contínuas, com a sua incorporação ao longo do corpo do texto da pesquisa, demandou que a transcrição fosse, em grande parte, realizada com a correção da concordância verbal e nominal. Ressalta-se, ainda, que para as expressões inadequadas para a norma culta, foram utilizadas as aspas; por exemplo, “todo mundo”. Para um destaque feito pelo entrevistado em relação à fala de outra pessoa, ou a de sua própria fala em um determinado momento do passado, utilizamos as aspas e o travessão “_”.

Por último, a separação dos trechos de fala por temas auxiliou na junção das diversas vozes, dissonantes ou não, na perspectiva de salientar o quanto o conflito e a diversidade (de posturas e opiniões) são parte indissociável da construção coletiva. Seguem as vozes.

3.1. Prioridades

“[...] Hoje em dia a prioridade para mim aqui, até mesmo antes da segurança – porque, igual eu te falei, violência tem em todo lugar – é saneamento básico lá no loteamento novo. O restante ainda dá para segurar, está caminhando.”

“[Pergunto: quais são as demandas mais urgentes?] Infraestrutura, esgoto (...) saneamento básico pra mim, hoje, aqui, é o de mais urgência. [...] A nossa água é de péssima qualidade, [tem] esgoto a céu aberto, e isso afeta toda a comunidade, porque vem problema de saúde, questão social, então tudo influência. Então, assim, saneamento básico para mim hoje é o mais urgente dentro da comunidade.”

3.2. As mobilizações

“[...] Um dia, de tanto eu ficar vendo aquele negócio de manifestação na televisão, eu levantei de manhã e falei com a minha vizinha: ‘_ Nós podíamos fazer uma manifestação lá naquela BR’. Aí ela ficava assim: ‘_ A polícia vai é bater em nós lá’. Eu falei com ela: ‘Vai nada!’. Aí, nós pegamos e tomamos a iniciativa. Eu tinha cinco reais, meu vizinho tinha dois, aquele dali tinha três, o [vizinho] de lá tinha dez, e nós começamos a juntar. De cinco em cinco, de dois em dois (...) tinha menino que chegava com 50 centavos. Aí nós começamos a fazer cartolina. Olha o muro como é. Nós escrevíamos era nesse muro aí. Nós [compramos] cartolina, faixa, tinta (...). Eu sempre falei assim: ‘_ Ó, gente, o Pereira precisa de muita coisa. Mas infelizmente, nós estamos precisando acordar o poder público para o loteamento’. Se chover ali onde estão aqueles dois carros, ninguém passa, nem o morador da casa fica dentro da casa, de tanta água e fez que ficava dentro da casa dele, porque era tudo a céu aberto. Quando chovia, para sair de casa nós tínhamos que fazer a volta lá em cima, pegar a BR, andar mais de meia hora para pegar a BR para chegar lá na praça. A minha vizinha estava grávida da menina dela não podia ir comigo. Eu e ela que começamos o negócio, mas ela não podia [ir comigo]. Aí juntamos eu, C., a M. (...) e nós começamos. Juntamos painéis, aquele negócio todo. Aí nós falamos assim: ‘_ ô, gente, será que vai alguém?’. Começamos a comprar foguete (...). Quatro horas da manhã nós começamos a soltar foguete. Aí nós andávamos batendo lata, menina, andamos o Pereira todo! Até chegar cinco horas da manhã, batendo lata. Nós olhávamos para trás e só [tinha] menino do tamanho dos

meus meninos andando atrás de nós. Ninguém acompanhava. Quando nós chegamos na BR eram cinco horas. Quando deu nove horas, nove e pouca, começou a chegar gente. Aí começou. A principal prioridade que pedíamos aqui era saneamento básico, era rede de esgoto, água, o asfalto aqui, a escola, que é estadual mas que (...) a prefeitura podia dar uma adiantada (...) e assim foi. Nós fomos pedindo mais para o lado de cá. Aí assim, obra não ficou em bom estado, mas para nós melhorou numa questão, pelo menos não tem rede de esgoto na rua mais, (...) aquilo ali é água, não é esgoto. Mas, por causa da empresa ficou tudo para trás, não teve o término das obras, a rua continua com os buracos do mesmo jeito, tem bueiro a céu aberto.”

3.3. Limites da ação direta – táticas e resultados

“Eu participei [das manifestações], fui a algumas. Sei lá, parece que fica só naquilo. Depois eu pensei mesmo assim, eu não participo mais de manifestação em estrada não, porque prejudica muito quem não tem nada a ver com isso. Eu ficava com pena vendo aqueles carreteiros parados ali, o dia todo, parado ali no sol, às vezes com fome (...). [Surte] pouco [efeito], deu pouco [resultado]. Agora com o WhatsApp todo mundo fica sabendo de tudo, né? Mas antes não, era um falando para o outro. Um falava pro outro, ligava pra gente, passava avisando com o carro de som, sabe? Quando era de madrugada eles começavam a soltar uns foguetes lá e a gente sabia que estava começando. Mas eu não ia de madrugada não. Mas teve gente aí que ficou muitas horas na estrada (...). Mais de 24 horas na estrada aí, parado. Então eu acho assim, igual greve de professores. Prejudica quem? Os alunos, os meninos. São os maiores prejudicados, não são? Eu acho que são os maiores prejudicados, porque eu nunca vi greve nenhuma surtir efeito. Infelizmente. Porque quem está lá em cima não está nem aí para quem não está indo na escola não, né?”

“Não participei das manifestações, (...) mas concordei em partes. Não participei porque eu não achei correto as pessoas fecharem a BR atrapalhando os serviços das empresas, sendo que nós tínhamos era que cobrar da prefeitura. Eu entendi que era uma forma de chamar a atenção, mas porque não foi todo mundo pra porta da prefeitura de Ouro Preto? Que é quem nos deve muito aqui [...]. Então eu não participei das manifestações. Mas, eu acompanhei, e nesse período das manifestações as organizações esta-

vam trabalhando num projeto junto com a Vale, né? Que foi onde conseguimos a construção da cobertura da quadra e fez aquela praça lá. Então nesse período a gente estava fazendo isso.”

“Eu nunca participei [das manifestações]. Porque o meu pensamento não é esse [de] parar a BR. [...] Eles paravam e as pessoas não podiam nem ir e nem vir, isso impedia muita gente tanto de trabalhar como de estudar; e [tinham as] pessoas que (...) trabalhavam fora [daqui]; pessoas que estavam com horário marcado de alguma coisa, perderam. Eu pensei que a gente podia fazer uma manifestação lá, na sede, lá na prefeitura. Sempre pensei desse jeito. Por isso que eu não entrei. [...] Mas, [se] teve o aspecto negativo, (...) teve o aspecto positivo também. De repente os empregados pararam de trabalhar [parando] os serviços das empresas. E ninguém quer parar, né? A empresa quer produzir. Ela tem uma meta. Então (...) eles já bateram direto lá na prefeitura também, porque uma coisa movimenta a outra. Teve esse aspecto positivo, porque preocupou. [...] O prefeito veio aqui (...) eu acho que (...) deu um alerta sim, mas não foi uma coisa que eu achei que adiantou muito pra nós aqui não. Principalmente nessa administração [passada].”

3.4. Direito à cidade

“Para mim [o direito à cidade] é qualidade de vida saudável, espaços urbanizados, espaços de recreação para crianças (...) porque nós temos poucos aqui dentro de Antônio Pereira. É uma saúde completa, atendimento odontológico, que aqui é escasso [...]. E uma participação maior do poder público aqui dentro. Acho que é o principal. E, acima de tudo, o respeito das grandes empresas e parceria com o poder público [para] estar sanando algumas dificuldades que são muitas aqui dentro.”

“Direito à cidade para mim, que moro aqui no distrito, é o acesso que a gente não tem. [...] Direito à cidade eu posso entender, na forma popular, como o direito de conhecer a cidade, de ser um cidadão.”

“Direito à cidade? Eu acredito que seria uma cidade melhor, um lugar melhor (...) e o tomar posse, né? Você se empoderar do que é seu. Acredito que seria isso! Viver bem!”

“Então, diante de todas as perguntas que você fez, eu acho que o direito à cidade seria eu ter um representante do meu distrito em cada conselho. Porque se eu tenho um representante meu, ativo dentro da minha comunidade dentro do conselho de saúde, [por exemplo], eu vou ter uma boa

saúde onde eu moro, porque ele vai buscar, ele vai gritar, ele vai pedir. Então assim, diante de tudo aí exposto, para nós termos direito à cidade seria [necessário] participar um membro da comunidade em cada conselho.”

3.5. Troca de saberes

“[...] Se precisar voltar, as portas estão abertas! É bom porque (...) às vezes a pessoa vê assim o lugar, mas não sabe o que acontece e o que está por trás. Não sei se eu dei a minha entrevista direitinho, mas a minha intenção é essa aí! Ajudar a crescer e deixar para os filhos, porque os filhos estão crescendo (...) não passaram pelo que a gente já passou.”

Considerações finais

A investigação do contexto local nos possibilitou chegar a alguns apontamentos. Os manifestantes eram, em sua maioria, moradores diretamente afetados pela carência de infraestrutura urbana, serviços e equipamentos públicos e formaram um novo grupo de lideranças, até então pouco envolvidas com a participação nos espaços comunitários, o que gerou certo conflito com os grupos já existentes. Embora seja de difícil assimilação, os conflitos entre ideais e táticas de luta de diferentes atores são uma grande potência e precisam ser vistos como elementos positivos, necessários ao amadurecimento da organização popular uma vez que possibilitam experimentar novas práticas e novas conclusões.

Em relação à ação direta e à desobediência civil dos atos, pautados na interrupção do trânsito da MG-129, concluímos que a apropriação da ação direta como um instrumento de luta se deu a partir do conhecimento, mediante redes de telecomunicação, da onda nacional de mobilizações, aberta em junho de 2013.

Os moradores que foram às manifestações tinham como alvo o poder público, tomado pela grande maioria dos moradores como o responsável pelas más condições de vida no distrito. As mineradoras, mesmo sendo eximidas pelos manifestantes da responsabilidade em relação aos problemas mais urgentes da comunidade, foram propositalmente afetadas como parte da tática para alcançar visibilidade. Podemos perceber a relevância desse enfrentamento tendo em vista que as empresas adotam claras táticas de convencimento e controle social. Está presente no imaginário coletivo uma imagem positiva e hu-

manizada das mineradoras que ‘se preocupam’ com o lugar, ‘acreditam’ nos projetos, ‘investem’ nos jovens e na população em geral. Com a total ausência do poder público na promoção de melhores condições de vida para os moradores de Antônio Pereira, de fato as mineradoras acabaram por consolidar investimentos sociais, equipamentos urbanos e comunitários que chamaram a atenção da comunidade e melhoraram as condições de vida.

Diante desse cenário, foi altamente significativa a pressão exercida sobre as empresas no momento das mobilizações. No entanto, a resposta sobre a repercussão das mobilizações para os diferentes agentes sociais se encaixa nesse mesmo contexto de análise. Em nível nacional, houve uma rápida reestruturação do discurso e da narrativa midiática contra a desobediência civil; era preciso reestabelecer o controle por parte da elite dominante.

Outro questionamento que levantamos no projeto de pesquisa foi: qual a repercussão da auto-organização para os diferentes agentes sociais? A repercussão das mobilizações foi positiva na grande maioria das entrevistas; mesmo em desacordo com a tática, muitos agentes sociais indiretos apontaram que a mobilização popular gerou modificações positivas na relação do poder público e na relação das mineradoras com os moradores do distrito. Contudo, a organização e a participação dependem de resultados concretos para motivarem os grupos a permanecerem envolvidos com a luta popular.

O avanço da consciência dos moradores para a necessidade de luta e organização permanente é um dos maiores desafios da organização popular que se esbarra diretamente com a cultura da representação, que retira do indivíduo a sua autonomia para planejar, decidir, fiscalizar etc. Os desentendimentos dentro do grupo também foram elementos de desestímulo e descrédito da luta popular, principalmente dentre os agentes diretos.

Ainda há muita indefinição em relação aos caminhos da auto-organização em Antônio Pereira. A comunidade está, desde o ano de 2017, empenhada em reivindicar o retorno das atividades da Samarco, e tem utilizado os aprendizados do ciclo de lutas para pressionar o poder público na aprovação e autorização das atividades mineiras. Agentes diretos e indiretos estão articulados nessa pauta do retorno da Samarco comparecendo às audiências públicas, reuniões de conselho e aos demais espaços nos quais a discussão esteja pautada. Todas as entrevistas realizadas trataram do retorno da Samarco como algo urgente e necessário.

Sem a devida ruptura do círculo vicioso destrutivo da mineração, por uma política efetiva de diversificação de renda e superação da desigualdade social, será difícil vislumbrar um cenário diferente. Há uma dependência generalizada do distrito e do entorno à mineração há pelo menos três séculos e não há nenhuma iniciativa de reversão desse quadro. Nesse sentido, é bastante compreensível que o movimento da comunidade seja exatamente oposto ao movimento que as universidades (professores, alunos), que parte dos técnicos, dos movimentos ambientais e dos movimentos sociais organizados vem fazendo no sentido de questionar a exploração mineral e seu modelo insustentável, principalmente em relação às barragens.

À comunidade resta, portanto, uma forte dependência econômica cada vez mais refletida em dependência sociocultural, que permanecerá enquanto a mineração for uma atividade competitiva e lucrativa ou enquanto durarem as reservas de minério. “Após qualquer um destes dois momentos, termina a dependência, mas resta a pobreza” (Zonta e Trocate, 2016, p. 194).

Diante do exposto, foi possível verificar que as experiências de ação coletiva são iniciativas importantes no que diz respeito à recomposição da luta popular e à desconstrução da heteronomia dos trabalhadores, enquanto sujeitos historicamente subalternizados e politicamente cerceados. A ação coletiva em Antônio Pereira, Ouro Preto, MG, apontou que, ainda que a correlação de forças não abra possibilidades para a estruturação de organismos de luta da classe, é possível despertar a autonomia da população por meio da ação direta, da ocupação do espaço e da desobediência civil.

Referências bibliográficas

- Alberti, Verena (2013, 3ª ed., 1990, 1ª ed.), *Manual de História Oral*, Rio de Janeiro: Editora FGV.
- Braz, Mariana Diniz et. al. (2013), *Processo de Tombamento do Conjunto Arqueológico e Arquitetônico das Ruínas da Antiga Matriz De Nossa Senhora da Conceição*, Belo Horizonte, MG: Grupo Memória Arquitetura Ltda
- Harvey, David (2014), *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*, São Paulo: Martins Fontes.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2014). *Perfil dos municípios brasileiros 2013*, Rio de Janeiro: IBGE.

- Lefebvre, Henri (2001, 5ª ed, 1968, 1ª ed.) *O direito à cidade..*, São Paulo: Centauro.

- Strauss, Anselm; Corbin, Juliet (2008, 2ªed., 2008, 1ª ed.), *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*, Porto Alegre: Artmed.

- Tarrow, Sidney (2009), *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*, Petrópolis, RJ: Vozes.

- Zonta, Marcio; Trocate, Charles (Orgs.) (2016), *Antes Fosse Mais Leve a Carga: reflexões sobre o desastre da Samarco/Vale/BHP Billiton*, Marabá: Editorial iGuana.

Arquitectos nos bairros autoproduzidos: renovar as práticas nas margens da cidade e à margem da profissão

Marie Segonne^a

Resumo

Uma parte crescente da população mundial encontra nos bairros autoproduzidos uma solução adaptada aos seus recursos e necessidades. Apesar de serem construídos à margem do planeamento urbano, estes bairros despertam o interesse de arquitectos e urbanistas desde há décadas. Alguns deles desenvolvem projectos alternativos para a melhoria das condições de vida *in situ*, tentando assim transformar uma parte da cidade autoconstruída. A partir de três casos de estudo em França, propomos uma análise crítica dessas iniciativas na perspectiva do direito à cidade preconizado por Lefebvre.

Palavras-Chave

Bairros autoproduzidos; Arquitectura alternativa; Autoconstrução; Direito à cidade.

Abstract

A growing part of the world's population finds in self-produced neighbourhoods a solution adapted to their resources and their needs. Despite their independence from urban planning, these neighbourhoods attract the interest of architects and urban planners since decades. Some of them develop alternative projects to improve living conditions *in situ*, thus trying to transform a part of the city built without them. We propose a critical analysis of these initiatives from the perspective of the right to the city advocated by Lefebvre, based on three cases study in France.

Keywords

Self-produced neighbourhoods; Alternative architecture; Self-construction; Right to city.

Introdução

Enquanto os cidadãos mais pobres enfrentam formas de exclusão socioespacial (de la Rocha *et al.*, 2004), parte deles encontram nos bairros autoproduzidos uma maneira de compensar a falta de habitação adaptada aos seus recursos e às suas necessidades. A persistência e o desenvolvimento massivo desta forma de habitat a nível mundial salientam o fracasso do planeamento urbano e do sector da construção perante a procura de habitação que acompanha a urbanização crescente. Apesar de construídos à margem do planeamento urbano, os bairros autoproduzidos despertam o interesse dos arquitectos e urbanistas desde há décadas. John Turner (1976), um dos pioneiros, salientou os benefícios da auto-organização e da autoconstrução. Ao lado de sociólogos e antropólogos, tais como William Mangin (1967), contribuiu para subverter as representações associadas a esses bairros e renovar a abordagem desenvolvida por organizações internacionais (Valladares, 1987). Esta mudança

influiu várias intervenções pelo mundo, nomeadamente o Serviço de Apoio Ambulatório Local criado em Portugal em 1974 (Ascensão, 2013).

Desde então, os debates internacionais mudaram numa injunção à erradicação dos bairros autoproduzidos, em favor da melhoria *in situ* (Deboulet, 2016). Arquitectos de várias países desenvolvem iniciativas neste sentido. Visando reduzir injustiças espaciais e implicar os cidadãos na construção da cidade, procuram transformar uma parte da cidade que se constrói sem eles. Parte-se da hipótese que, resultantes de outro modo de produção do espaço, os bairros autoproduzidos são terrenos favoráveis à implementação de práticas alternativas, usando neste sentido a noção de direito à cidade como ferramenta de análise dessas iniciativas.

Desde a publicação do Direito à Cidade em 1968 (Lefebvre, 1972 [1968]), o conceito foi amplamente reutilizado, com várias interpretações e, por vezes, de modo abusivo (Schmid, 2012). Mobilizaremos o direito à cidade mediante duas vertentes principais: o “direito à obra” e o “direi-

^a Arquitecta e estudante de doutoramento em Sociologia da Universidade Paris VIII, no centro de investigação LAVUE (equipa ALTER), sob a orientação de Agnès Deboulet. E-mail: marie.segonne@outlook.com

to à apropriação” (Lefebvre, 1972 [1968]: p.140). Estas noções partem do entendimento da participação significativa dos moradores nas decisões que influenciam a produção do espaço (Purcell, 2009) e o direito a “habitar” no sentido de “participar na vida social, numa comunidade” (Lefebvre, 1972 [1968]: p.25). Considerando, na linha do Lefebvre (1974), que a produção de outro espaço requer outro modo de produção, este artigo centra-se nas práticas, mais do que os projectos realizados.

Baseia-se numa investigação¹ desenvolvida em 2017 e 2018, sobre os arquitectos que trabalham nos bairros autoproduzidos de França. Assenta na observação participante de três experiências, registadas e objectivadas num diário de campo, bem como na realização de onze entrevistas: seis foram realizadas com protagonistas das experiências observadas e as restantes cinco a arquitectos fora dos casos de estudos, que também trabalham nos bairros autoproduzidos de Ile-de-France.

A intervenção dos arquitectos no contexto francês

Em França, segundo o relatório da *Fondation Abbé Pierre*², cerca de 17 500 pessoas moram em bairros autoproduzidos. Estes cidadãos sofrem, em média, um despejo a cada três ou quatro meses. As regulares evacuações dispersam os moradores no território, fragmentam as suas redes sociais e dificultam a escolarização das crianças (Fassin *et al.*, 2014). Associações alertam para as condições de vida extremamente precárias e para os desafios sanitários associados. Neste contexto, alguns actores do terceiro sector, tais como *Médecins du Monde*, saem dos seus campos de acção originais para melhorar as condições de vida nestes bairros.

Desde os anos 2010, vieram juntar-se arquitectos que se opõem aos despejos e fazem vários projectos de melhoria *in situ*. No entanto, a ausência de autorização de construção e a instabilidade do estatuto residencial destes bairros restringem as oportunidades de acção num enquadramento convencional, *a fortiori*, de uma profissão regulamentada³. Neste sentido, para desenvolver estes projectos, os arquitectos geralmente intervêm como associação e/ou como académicos, mas não na qualidade de arquitectos no sentido da lei. Em certos casos,

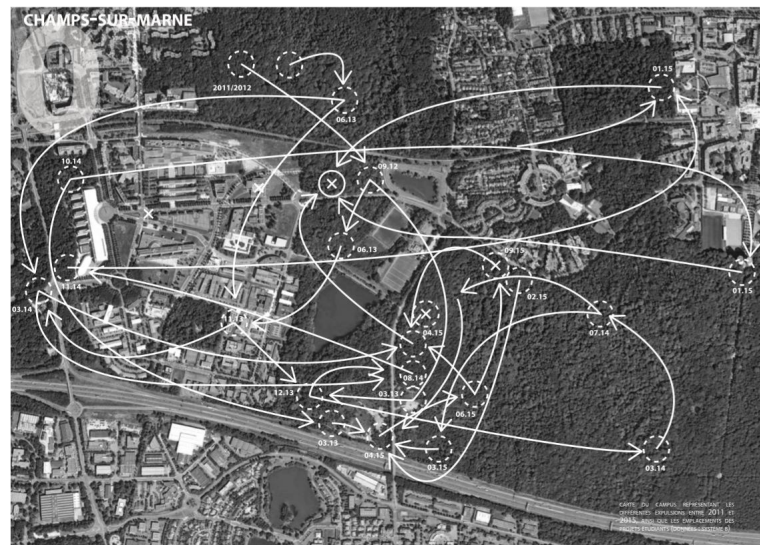


Imagem 1 - Mapa dos despejos identificados por Systeme B entre 2011 e 2015

Fonte: T. Nantier, N. Bailly, 2018

na sequência desses projectos alternativos, os arquitectos têm acesso a encomendas profissionais para centros de alojamento. Trata-se de um envolvimento nas questões de precariedade urbana, na continuidade de várias acções percebidas pelos actores como prosseguindo um mesmo objectivo (Becker, 1960). Se estas encomendas apresentam continuidade com anteriores projectos desenvolvidos pelos actores envolvidos (arquitectos, associações ...) e as populações beneficiárias, contudo elas marcam a transição de uma prática militante para uma prática profissional. Por consequência, os projectos entram neste enquadramento com regulamentação específica, alterando as modalidades de concepção e de construção.

Os três casos de estudo localizam-se em Champs-sur-Marnes e Stains, dois municípios nos subúrbios de Paris, e reflectem esta diversidade de quadro de acção: universitário, associativo e profissional.

Bidonvilles et habitats précaires: uma disciplina académica

Em Champs-sur-Marnes, o primeiro caso de estudo corresponde a uma disciplina da *École d'Architecture de la Ville et des Territoires de*

¹ « *Les architectes face aux bidonvilles d'aujourd'hui : entre pratique militante et exercice professionnel* », tese de mestrado em sociologia na universidade Paris 8, sobre a orientação de Agnès Deboulet.

² A *Fondation Abbé Pierre* é uma fundação direccionada para a habitação dos desfavorecidos, de reconhecido interesse público. Cada ano publica um relatório detalhado sobre as deficiências da habitação em França.

³ Em França, a profissão do arquitecto é regulamentada pela Lei de 3 de Janeiro de 1977.



Imagem 2 - Caminho novo para entrar no bairro

Fonte: M. Segonne, 2018

Marne-la-Vallée denominada *Bidonvilles et habitats précaires*⁴ (BHP). É constituída por duas cadeiras opcionais. A primeira combina aulas teóricas, visitas de estudo e atelier de projecto. Durante as visitas organizadas aos bairros perto da escola (num raio de 800 metros), os estudantes encontram os moradores e realizam propostas em pequenos grupos. O segundo curso é um workshop de uma semana, onde os grupos constroem as propostas. Cada grupo é livre de trabalhar sobre um tema à sua escolha e os projectos podem ser feitos nos próprios bairros ou no campus universitário.

Durante o workshop em 2018, sete propostas foram realizadas: 1) um grupo realizou um caminho em gravilha para se chegar às casas e construíram caixas de correio e de doações na via pública (Imagem 2) ; 2) outros estudantes trabalharam sobre o conforto térmico e propuseram combustíveis para fogões feitos com cartão reciclado no campus, para substituir as árvores cortadas na floresta; 3) um grupo realizou um chuveiro; 4) dois grupos trabalharam sobre as relações e intercâmbios entre os moradores e os outros utilizadores do campus em torno da cultura; 5) o primeiro grupo construiu um suporte de projecção móvel, de forma a se organizarem sessões de cinema na escola e no bairro; 6) o segundo grupo colocou caixas de troca de DVDs e de livros em diversos lugares do campus; 7) o último fez uma exposição itinerante que tinha como objectivos dar maior visibilidade à questão dos bairros autoproduzidos em França e promover as iniciativas

desenvolvidas na BHP.

Ao longo deste processo, participei nas duas cadeiras enquanto estudante independente, realizei três entrevistas com estudantes e tive várias conversas informais com os intervenientes e os alunos da turma. Para além disso, consultei os diários de bordo dos vários grupos desde a criação da disciplina em 2015.

Escola de Système B : um projecto militante

A disciplina BHP baseia-se na prática militante da associação *Système B comme bidonvilles*⁵. Criada por três arquitectas, os seus objectivos são dar a conhecer e mudar as representações sobre os bairros autoproduzidos, assim como melhorar as condições de vida dos moradores. Assim, a disciplina e a associação perseguem os mesmos objectivos, trabalhando no mesmo território e envolvendo parcialmente os mesmos actores, sejam eles moradores ou arquitectos. Duas das fundadoras da *Système B* leccionam na disciplina BHP, facilitando o encontro entre os moradores e os alunos, e vários estudantes participam enquanto voluntários nos projectos da associação. No entanto, a disciplina e a associação diferenciam-se pelos projectos produzidos. A *Système B* não está sujeita ao calendário universitário, tendo por isso mais liberdade relativamente às instituições, e aceita correr mais riscos, nomeadamente em relação aos poderes públicos, o que lhe permite realizar maior projectos e prosseguir com intervenções nos bairros mais precários apesar das pressões da câmara.

Desde 2016, a associação desenvolveu um projecto de escola para a organização de oficinas de pré-escolarização das crianças e aulas de línguas. Um primeiro edifício foi construído e usado durante seis meses, até à sua demolição por ordem da câmara. Em resposta, as arquitectas mudaram a forma de conceber o projecto. Enquanto construíram a primeira escola para ter uma maior durabilidade, desenharam a segunda para ser desmontada e montada de novo à medida que decorriam os despejos. Os membros da associação, pré-fabricaram a escola durante o Verão de 2017 em Saint-Denis, antes de a colocar in situ em Novembro. Três meses depois, a escola foi destruída pelas forças de segurança.

Neste projecto, participei na instalação da segunda escola enquanto voluntária (Imagem 3) e realizei uma entrevista com uma arquitecta co-fundadora da associação e professora da disciplina BHP.

⁴ Bairros de lata e habitações precárias.

⁵ Sistema B como Bairro de barracas

O Mesnil : uma encomenda profissional

O terceiro caso é um projecto de realojamento temporário *in situ* no quadro de uma encomenda clássica. Em Stains, há uma grande área de hortas familiares, cujas barracas de arrumos são, em parte, residências principais. É neste contexto que a associação les *Enfants Du Canal*⁶ (EDC) leva a cabo um projecto-piloto, o Mesnil, permitindo acompanhar as famílias que ali moram num processo de inserção. O projecto consiste em realojar os moradores em casas condignas *in situ* durante período definido. Neste período, a associação trabalha com os moradores sobre o acesso aos direitos comuns, ao emprego e à solução de alojamento perene e adequada.

Para a construção das casas temporárias (Imagem 3), a associação associou-se ao atelier de arquitectura e urbanismo Oboh. Esta encomenda profissional surge na sequência de uma primeira colaboração, fora do âmbito profissional, entre a EDC e uma das duas arquitectas associadas. Uma delas já participou em diversos projectos militantes de melhoria das condições de vida *in situ*. No início de 2017, a associação e o atelier de arquitectura trabalharam juntos na programação do edifício. O projecto foi dividido em duas fases: na construção dos espaços comuns e depois nos alojamentos. A obra iniciou em Maio de 2018 e, quando estiver terminada, o Mesnil poderá acolher trinta famílias ao mesmo tempo.

Trabalhei sete meses enquanto arquitecta no atelier responsável pelo projecto de realojamento. Nessa altura, participei nas fases de execução das áreas comuns e de estudo prévio, licenciamento e execução das casas temporárias. Também realizei duas entrevistas com a arquitecta referida com um intervalo de seis meses.

Assim, os três casos escolhidos permitiram observar as diferenças e semelhanças entre iniciativas universitárias, associativas e profissionais, bem como destacar as circulações das práticas alternativas e o modo como se renovam no quadro de uma encomenda clássica.

Privilegiar o processo ao objecto

Globalmente, os projectos desenvolvidos nos bairros espontâneos podem diferir quanto à sua natureza (programa, escala de intervenção, tipo de construção), ao enquadramento em que se desenvolvem e aos actores envolvidos. Mas,



Imagem 3 - Estaleiro da escola

Fonte: <https://systemebidonville.com/> 2017

Imagem 4 - Construção do Mesnil

Fonte: <http://archioboh.tumblr.com/> 2019

⁶ “As crianças do canal” é uma associação criada após a ocupação do Canal Saint-Martin, durante o Inverno de 2006-2007, para chamar a atenção sobre as condições de vida dos sem abrigo.

geralmente, os arquitectos consideram esses projectos iguais. Salientam que fazem uma “arquitectura processo”, em oposição à “arquitectura objecto”, na qual o caminho até ao projecto tem mais relevância do que o objecto em si. Esta abordagem alternativa tem a sua origem numa sensação de perda de sentido da profissão.

Uma perda de sentido na prática clássica da profissão

Como recorda Purcell (2002), o direito à cidade é sobretudo uma zona de resistência à hegemonia neoliberal, que destrói o espaço social, mas também a prática da arquitectura (La Cecla, 2008). Enquanto o atelier é a forma privilegiada para exercer esta profissão (Chadoin, 2013), as entrevistas salientam um discurso recorrente oposto ao atelier clássico. Esta recusa faz eco a uma tendência contemporânea face aos colectivos, ligada a uma nova geração de arquitectos, chamada “geração Z” (Ferreira, 2014: p.29-30; Moreira, 2010). Para os autores, esta propensão resulta de uma desilusão em relação à profissão.

Os estudantes e os jovens profissionais denunciam as más condições de trabalho quando os arquitectos começam a trabalhar. A quantidade de horas extraordinárias (muitas vezes não pagas), a compartimentação das tarefas e o tempo passado em frente de um computador são os principais factos postos em causa. Também a precariedade do emprego está muito presente, apesar de não ser evocada directamente. Entre os arquitectos inquiridos durante a investigação, todos os licenciados nos anos de 2010, com excepção de um, trabalham num atelier com o estatuto *auto-entrepreneur*⁷.

Os arquitectos mais antigos que, muitas vezes, já estão no comando de um atelier, lamentam as condições do exercício da profissão:

“Quando somos arquitectos, em geral, é que queremos melhorar as coisas, melhorar a vida das pessoas... Globalmente, a arquitectura está feita, especialmente na habitação, para melhorar a vida das pessoas têm de acordar muito cedo” (entrevista⁸, 2017).

Este extracto testemunha o desfasamento entre as representações que os arquitectos têm do seu papel na sociedade e a realidade da pro-

fissão. Por um lado, a procura da rentabilidade levou a uma optimização da construção à custa da qualidade dos projectos. Constrangimentos normativos significativos pesam sobre a profissão, tendendo a tornar o que é pertinente impossível (Champy, 2009). No Mesnil, por exemplo, um projecto efémero estava a ser desmontado após dois anos de uso, tendo havido a oportunidade de ir buscar materiais de marcenaria e electricidade. Mas o material de marcenaria não cumpria os novos padrões de qualidade ambiental que surgiram pouco tempo antes e, para a instalação eléctrica, as empresas recusaram o uso desse material. Estas são responsáveis pelo seu trabalho durante dez anos após a entrega do edificio e não quiseram pôr em risco a sua responsabilidade jurídica pela utilização de materiais reutilizados.

Assim, na maior parte das vezes, os entrevistados vão buscar o sentido perdido na arquitectura convencional fora do enquadramento clássico da profissão e nas margens da cidade planeada. A precariedade dos bairros autoconstruídos aproxima-se da vocação social e política do arquitecto, que domina as representações dos entrevistados. Ao mesmo tempo, a sua alteridade e a sua liberdade relativamente aos padrões deixa antever outros modos de produzir o ambiente urbano.

Maitrise d’œuvre, maitrise d’ouvrage, « maitrise d’usage »

A arquitectura é legalmente organizada em torno do tríptico *maitrise d’ouvrage – maitrise d’œuvre*⁹ – empresas, distinguindo assim a encomenda, da concepção e da construção. A investigação sobre a evolução da profissão mostra uma complexificação da divisão tripartida (Chadoin, 2013). As encomendas públicas, tal como as privadas, mudam e envolvem um número crescente de actores em missões cada vez mais específicas (Biau et Tapie, 2009) colocando assim os utilizadores no final da cadeia. Em contraste, os arquitectos entrevistados salientam o envolvimento dos moradores nos seus projectos. Eles falam de “*maitrise d’usage*”¹⁰ para reconhecer as competências dos utilizadores ao mesmo nível da *maitrise d’œuvre* e da *maitrise d’ouvrage*.

Para Lefebvre (1972 [1968]: p.105), a verdadeira participação chama-se “autogestão”. Nos bairros autoproduzidos, os arquitectos colocam

⁷ Equivalente ao recibo verde em Portugal.

⁸ Todas as entrevistas foram anónimas.

⁹ A *maitrise d’ouvrage* é o mandatário. A *maitrise d’œuvre* designa as pessoas que desenham o projecto (arquitectos, engenheiro) e fazem a interface entre o mandatário e as empresas.

¹⁰ Literalmente “Controlo do uso”.

as suas competências profissionais ao serviço de uma população que já tem o que Jean-Pierre Olivier de Sardan (1995) chama de “conhecimentos técnicos populares”, dado que eles próprios produzem os bairros onde moram. Neste âmbito, parece-nos difícil recorrer à noção de autogestão. Por isso, consideramos a participação como o facto de ter uma voz significativa nas decisões que produzem o espaço urbano (Purcell, 2009).

Mesmo assim, a participação é muito matizada. No caso da disciplina BHP, os estudantes encontraram os moradores e, até certo ponto, determinaram o programa com eles. Segundo os grupos, distinguem-se duas abordagens. No primeiro caso, os estudantes tomaram conhecimento da situação com os moradores, estabeleceram um diagnóstico e fizeram uma proposta com base neste. É o caso, por exemplo, do caminho em gravilha que foi planeado em reacção a várias reclamações sobre a dificuldade em manter as casas limpas por causa da lama. No segundo caso, as propostas foram escolhidas através de um processo de codecisão, tal como o chuveiro, que resulta de uma demanda direta dos moradores. No entanto, a maior parte dos grupos fizeram o próprio desenho dos projectos sem os moradores. Os diários de bordo e as entrevistas mostram que voltaram pouco ao bairro durante a concepção por falta de tempo, mas também por desconforto relacionado com a posição de ajuda. Uma estudante explica:

“Não nos atrevamos muito por não os querer incomodar e ao mesmo tempo faz-se isso para os apoiar e ao mesmo tempo não se quer ter a posição de eu sei fazer, então vou fazer algo muito fixe e afinal é... Sabes...” (entrevista, 2018)

Esta aparente contradição entre incómodo e apoio resulta de uma abordagem que consiste em “*aller vers*”¹¹ (Gardella et Cefai, 2011: p.19), onde a intervenção é motivada pela potencial necessidade da vítima, mais do que o seu pedido explícito.

No caso de Système B, as observações, concentradas no tempo da montagem, não permitem avaliar a participação dos moradores nas decisões. No entanto, a associação trabalha sobre o mesmo território e com as mesmas pessoas desde há vários anos, o que leva a acreditar que o projecto é, pelo menos, baseado num conhecimento profundo do contexto.

No caso do Mesnil, a inscrição do projecto numa encomenda clássica de arquitectura colo-

ca a *maîtrise d’ouvrage* (EDC) numa posição de intermediária entre os moradores e as arquitectas. A associação contracta as arquitectas e atribui as casas construídas aos moradores. Várias oficinas foram realizadas para estabelecer o programa e organizar o sítio. Estiveram presentes as arquitectas, trabalhadores sociais e trabalhadores *pairs*¹² de EDC, bem como os voluntários *Romcivic*. É um programa de inserção social organizado por EDC, destinado aos jovens que moram ou moraram nos bairros precários. Durante o voluntariado, eles ajudam os trabalhadores no acompanhamento dos outros moradores. Assim, nessa primeira fase, os futuros moradores do Mesnil foram representados pelas trajectórias pessoais dos voluntários *Romcivic*, mas não foram directamente envolvidos.

Depois disso, as arquitectas continuaram a propor workshops para projectar com os moradores. Mas a associação, que se disse favorável ao envolvimento dos moradores, por fim não permitiu a organização de outra oficina, alegando: não terem tempo, as reivindicações dos moradores serem muito específicas e não se adequarem a alojamentos temporários, etc. Argumentos semelhantes já foram observados por outros investigadores em projectos participativos (Rabinovich, 2013). Para além disso, uma das arquitectas já tinha organizado um workshop com moradores para outro projecto da mesma associação, mas dessa vez inscrito no âmbito de um voluntariado, o que leva a acreditar que as reticências observadas não abrangem uma postura própria da associação, mas mais um posicionamento ligado ao contexto de projecto: uma encomenda profissional, ou seja, uma relação comercial.

Assim, quer na BHP, quer no Mesnil, os projectos são desenhados em grande parte sem os moradores, confirmando o facto de que os projectos participativos não são sempre *bottom up* (Raposo et al., 2016). Mesmo se o estabelecimento do programa faz parte do trabalho dos arquitectos, o desenho fica no coração da profissão. O facto da participação ser minimizada nesta fase, pode ser interpretado como uma dificuldade dos profissionais em delegar as decisões associadas aos conhecimentos que reivindicam, como já mostraram investigações em outros países (Philifert, 2013).

“Pensar” e “fazer” o projecto

Em contraste com a baixa participação no desenho, em várias iniciativas observadas ou evocadas nas entrevistas a construção é a fase com

¹¹ Literalmente “ir para”.

¹² Os trabalhadores *pairs* são antigos sem-abrigo agora assalariados da associação, que fazem parte de um programa de inserção social.

maior envolvimento dos moradores e torna-se um verdadeiro momento de encontro em volta do “fazer”. Enquanto a *mâtrise d’oeuvre* e a construção são juridicamente da responsabilidade de actores dissociados, os arquitectos entrevistados querem “pensar” e “fazer” o projecto. Esta vontade surge na sequência do movimento *makers* surgido na década 2000. O movimento *makers* é caracterizado por uma visão estimulante do “fazer” e pela sua relação com o trabalho, que se traduz “numa prática produtiva que encontra em si própria o seu próprio fim” (Lallement, 2015: p.23). Este movimento acaba com as antigas representações do trabalho baseado no ascetismo e no sofrimento (*idem*: p.99) e concordam assim com a oposição à ideologia productivista que atravessa a obra de Lefebvre. O autor afirma a necessidade de actividades criativas, de obra, de imaginário e de encontro (1972 [1968]: p.107-108), necessidade essa que, de certa forma, encontra uma resposta na prática do “fazer”.

Vários entrevistados consideram as obras como um tempo de convívio e salientam simultaneamente uma aprendizagem pelo fazer e um prazer de fazer. Cinco dos seis entrevistados que leccionam em escolas de arquitectura desenvolvem pedagogia do fazer. Fora da universidade, o estaleiro também é considerado um tempo de formação. Vários arquitectos solicitam organismos certificados para fazer “obra de inserção”, um dispositivo que permite, ao mesmo tempo, a formação e o emprego de pessoas precárias.

Muitas vezes, a construção é acompanhada de momentos festivos com os vários actores. Nos casos da BHP e da *Systeme B*, as crianças juntam-se espontaneamente nas obras *in situ* e os adultos presentes dão uma mão, emprestam as ferramentas ou trazem o café. Os homens, acostumados a construir barracas, comentam as técnicas usadas, salientando assim ironicamente a sua maior experiência. Para os estudantes entrevistados, estes encontros constituem uma das maiores aprendizagens de BHP.

Nas encomendas clássicas, a efervescência ligada ao “fazer” encontra-se sob outras formas. Os projectos são geralmente adaptados às pequenas empresas de construção, favorecendo assim o trabalho manual à grande indústria. É o caso do Mesnil, para o qual os elementos foram dimensionados de acordo com as capacidades e as competências de pequenas empresas parceiras. O estaleiro é considerado um lugar e um tempo de partilha, permitindo congrega os diversos actores e cidadãos. No Mesnil, por exemplo, a fim de abrir o estaleiro aos futuros moradores, tal como aos vizinhos, e para iniciar a apropria-

ção do sítio, diversos eventos festivos, visitas e oficinas criativas foram propostos ao mandatário e às empresas. Esta postura é inspirada, em grande parte, por outras experiências nas quais as arquitectas participaram com outros colectivos, como PEROU, Constructlab o EXYZST.

Assim, a prática do “fazer” atende as vertentes social e psicológica (Crawford, 2011) do direito à cidade (desenvolvimento pessoal, prazer...), não só para os moradores, mas sobretudo para os arquitectos. O estaleiro, com a sua temporalidade e as oportunidades que traz (encontro, formação, emprego...), pode encarnar as cidades efémeras e as centralidades móveis evocadas por Lefebvre (1972 [1968]: p.121).

Para concluir, é difícil encarar as intervenções referidas como expressão do direito à cidade pelos cidadãos porque são em grande parte iniciadas e controladas pelos profissionais. Mas, considerando que uma resistência eficaz à neoliberalização requer intervenções em vários registos e escalas (Purcell, 2009), parece-nos que o desafio dessas iniciativas se situa mais na reivindicação dos arquitectos do seu próprio direito à cidade, enquanto a hegemonia neoliberal produz uma alienação do trabalho e conduz os profissionais a se afastarem de toda a vocação social. Através destas experiências, os arquitectos tomam o controlo da sua prática, na vontade de a tornar mais humana, mais interactiva e mais gratificante.

Referências bibliográficas

- Ascensão, Eduardo (2013), “Following engineers and architects through slums: the technoscience of slum intervention in the Portuguese-speaking landscape”, *Análise Social*, 206, p. 154-180.
- Becker, Howard (1960), “Notes on the Concept of Commitment”, *American Journal of Sociology*, 66, p. 32-40.
- Biau, Véronique ; Tapie, Guy (dir.) (2009), *La fabrication de la ville: métiers et organisations*, Marseille: Éditions Parenthèses.
- Chadoin, Olivier (2013), *Etre architecte: Les vertus de l’indétermination. Une sociologie du travail professionnel*, Limoge: Presses universitaires de Limoge.
- Champy, Florent (2009), *La sociologie des professions*, Paris: PUF.
- Crawford, Margaret (2011), “Rethinking «Rights», «Rethinking Cities»: A Response to David Harvey’s «The Right to the City»”, *The Right to the City, Sydney: Tin Sheds Gallery*, p. 33-37.

- Deboulet, Agnès (2016), “Introduction. Rethinking Precarious Neighborhoods. Knowledge and recognition”, In Agnès Deboulet (org.), *Rethinking Precarious Neighborhoods*, Paris: Études de l’AFD, p. 9-35.
- Fassin, Éric ; Fouteau, Carine ; Guichard, Serge ; Windels, Aurélie, (2014), *Roms & riverains: une politique municipale de la race*, Paris: La Fabrique éditions.
- Ferreira, Ana Catarina de Sousa Louro (2014), *As iniciativas de intervenção local dos arquitetos: oportunidades de inovação sócio-territorial? Estudo de caso na Cova do Vapor*, Tese de mestrado, Lisboa: ISCTE.
- Gardella, Edouard ; Cefai, Daniel (2011), “La morale de l’urgence sociale. Une enquête au Samu social de Paris”, *Empan*, 84, p. 18-24.
- Harvey, David (2012), *Rebel cities: from the right to the city to the urban revolution*, Nova Iorque: Verso.
- La Cecla, Franco (2008), *Contro l’architettura*, Torino: Bollati Boringhieri.
- Lallement, Michel (2015), *L’Âge du faire. Hacking, travail, anarchie*, Paris: Le Seuil.
- Lefebvre, Henri (2000 [1974]), *La production de l’espace*, Paris: Economica
- Lefebvre, Henri (1972 [1968]), *Le droit à la ville suivit de Espace et politique*, Paris: Anthropos.
- Mangin, William (1967), “Latin American Squatter Settlements: A Problem and a Solution”, *Latin American Research Review*, 2, p. 65-98.
- Moreira, Inês (2010), “Mapa de Jovens Práticas Espaciais”, *Revista arquitetura*, 21 (11), p. 20-25.
- Olivier de Sardan, Jean-Pierre (1995), *Anthropologie et développement: essai en socio-anthropologie du changement social*, Paris : Karthala.
- Philifert, Pascale (2013), “Le monde professionnel de l’aménagement urbain au Maroc. Peut-on parler de renouvellement ? ”, in Agnès Deboulet, Michèle Jolé (org.) *Les mondes urbains: le parcours engagé de Françoise Navez-Bouchanine*, Paris: Éditions Karthala, p. 239-254.
- Purcell, Mark (2009), “Le Droit à la ville et les mouvements urbains contemporains”, *Rue Descartes*, 63 (1), p. 40-50.
- Purcell, Mark (2002), “Excavating Lefebvre: The right to the city and its urban politics of the inhabitant”, *GeoJournal*, 58 (2), p. 99-108.
- Rabinovich, Adriana (2013), “L’articulation des savoirs dans les projets urbains”, in Agnès Deboulet, Michèle Jolé, *Les mondes urbains: le parcours engagé de Françoise Navez-Bouchanine*, Paris: Éditions Karthala, p. 285-304.
- Raposo, Isabel; Crespo, José Luís; Lage, Joana (2016), “Participatory approaches in the qualification of semiurbanised periurban areas: The case of the Odivelas Vertente Sul Area”, in Manuela Mendes (org.) *Architecture and the Social Sciences Inter and Multidisciplinary Approaches between Society and Space*, Londres: Springer.
- Rocha, Mercedes González de la; Perlman, Janice; Safa, Helen; Jelin, Elizabeth; Roberts, Bryan R.; Ward, Peter M (2004), “From the Marginality of the 1960s to the “New Poverty” of Today: A LARR Research Forum”, *Latin American Research Review*, 39 (1), p. 183-203.
- Schmid, Christian (2012), “Henri Lefebvre, the right to the city, and the new metropolitan mainstream”, in Neil Brenner (org.) *Cities for People, Not for Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*, Nova Iorque: Routledge, p. 42-62.
- Turner, John F. C. (1976), *Housing by people: towards autonomy in building environments*, Nova Iorque: Pantheon Books.
- Valladares, Licia (1987), “Les initiatives d’autoconstruction dans les villes du Tiers monde : revue de la littérature”, *International Review of Community Development*, 17, p. 13-24.

RMMAS

NORMAS

Normas para apresentação de originais da E-Revista:

ESTUDOS SOBRE A CIDADE

ESPAÇOS

VIVOS • CONSTRUÍDOS

Requisitos para a apresentação de originais:

1. Os artigos propostos deverão ser originais, comprometendo-se os autores a não os candidatarem em simultâneo a outra publicação.

2. Os textos devem ser formatados a espaço e meio (inclusive as notas e bibliografia) e corpo de letra 12. Devem ser enviados por e-mail (cidade.convive@gmail.com), com o ficheiro de texto em Word for Windows.

3. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 30.000 caracteres (com espaços), incluindo notas, bibliografia, quadros e figuras. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo com um máximo de 650 caracteres, se possível traduzido em inglês. A seguir ao resumo devem ser acrescentadas três ou quatro palavras-chave. Cada artigo não deve ultrapassar um total de sete quadros ou figuras. Deve apresentar também um reduzido número de notas de rodapé.

4. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, preferencialmente sem numeração, ou com numeração árabe.

5. As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas devem ser formatados em itálico.

6. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos.

7. Nas chamadas de nota de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.

8. As referências bibliográficas das obras citadas devem obedecer às seguintes orientações:

a) Livro – Apelido, Nome Próprio (ano, ev. ref. da primeira edição),

Título do Livro: subtítulo, Local de edição: Editor.

b) Artigo em publicação periódica – Apelido, Nome Próprio (ano), Título do artigo: subtítulo, Nome da Revista, volume (número), páginas.

c) Textos em coletâneas – Apelido, Nome Próprio (ano, com ou sem ref. à primeira edição), Título do texto: subtítulo, em Nome Próprio e Apelido (org.), Título da Coletânea, Subtítulo, Local de edição: Editor, páginas.

9. Todos os trabalhos enviados devem:

a) conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;

b) quando incluírem materiais gráficos, fazer-se acompanhar dos respetivos – no programa em que foram construídos – com indicação, no texto, dos locais onde devem ser inseridos. Todos os materiais gráficos devem ser concebidos em preto e branco ou em tons de cinzento. Os elementos extratexto (gráficos, mapas, gravuras ou fotografias) devem ser entregues em ficheiros autónomos devidamente identificados: os gráficos num só ficheiro Excel; outras figuras, em formato ‘.png’, ‘.jpg’ ou ‘.tif’, em ficheiro próprio único.

c) assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;

d) vir acompanhados de breve currículo do(s) autor(es), com indicação da formação académica e da situação profissional do(s) autor(es), bem como das instituições em que desenvolve(m) atividade e elementos de contacto (endereços(s) de e-mail).

10. Os artigos propostos para publicação serão submetidos a parecer de especialistas das áreas científicas em causa, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do conselho de redação.

REFEREES QUE PARTICIPARAM

Agustín Cocola-Gant, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da UL

Aitor Varea Oro, FAUP

Alexandra Paio, ISCTE-IUL

Andreia Arruda, Universidade Católica de Campinas

Eduardo Ascensão, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da UL

Elisabete Freire, FAUL

Fabiana Pavel, CIAUD-FAUL

Filipa Ramalhete, UAL

Francisco Serdoura, FAUL

Joana Pestana, ISCTE-IUL

João Cabral, FAUL

Jorge Nicolau, CIAUD

José Luís Crespo, FAUL

Juliana Demartini, Universidade do Estado de Mato Grosso

Júnia Ferrari, Universidade Federal de Minas Gerais

Jussara Nogueira, Universidade Estadual do Maranhão

Luís Mendes, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da UL

Manuela Mendes, FAUL e CIES_ISCTE

Maria Helena Lenzi, Universidade Federal de Santa
Catarina

Patrícia Pereira, Faculdade de Ciências Sociais e Huma-
nas da UL

Paulo Moreira, London Metropolitan University

Renato T. de Saboya, Universidade Federal de Santa
Catarina

Rita Almendra, FAUL

Rita Ochoa, UBI

Sara Eloy, ISCTE-IUL

Sara Medeiros, Universidade Federal do Rio Grande do
Norte

Simone Tulumello, Instituto de Ciências Sociais da UL

Teresa Madeira e Silva, ISCTE-IUL

Teresa Sá, FAUL

Tiago Cardoso, UBI